

AGROECOLOGIA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA

ÊMERSON NEVES DA SILVA | SOLANGE TODERO VON ONÇAY
DENILSON DA SILVA | ULISSES PEREIRA DE MELLO
ORGANIZADORES



**ÊMERSON NEVES DA SILVA | SOLANGE TODERO VON ONÇAY
DENILSON DA SILVA | ULISSES PEREIRA DE MELLO
ORGANIZADORES**

AGROECOLOGIA, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PERSPECTIVA



© Dos Autores, 2023

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo dos trabalhos aqui publicados.

Projeto 642021 - UFFS 37/2021

Curso de Extensão Desenvolvimento,
Organização Social, Agroecologia

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Revisão

Greice Anzolin

Projeto gráfico

Acervus Editora

Imagem da Capa

Diego Chaves (*in memoriam*)

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Cristina Moraes (UDESC)

Diego Ferreto (UNISANTOS)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)

José Francisco Guelfi Campos (UFMG)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinicius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A281 Agroecologia, organização social e desenvolvimento regional em perspectiva [recurso eletrônico] / Emerson Neves da Silva [et al.] (Orgs.). – Passo Fundo : Acervus, 2023.
2 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.

Demais organizadores: Solange Toderó Von Onçay, Denilson da Silva e Ulisses Pereira de Mello.
ISBN 978-65-81266-77-6 (E-book).

1. Agroecologia. 2. Sustentabilidade. 3. Movimentos sociais. 4. Planejamento regional. I. Silva, Emerson Neves da, org.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>Denilson da Silva Emerson Neves da Silva Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad Ulisses Pereira de Mello Solange Toderó Von Onçay</i>	
Fundamentos da educação popular: a experiência formativa e o método de sistematização	13
<i>Denilson da Silva Edson Cordeiro dos Santos Júnior Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad Solange Toderó Von Onçay Ulisses Pereira de Mello</i>	
Os eixos temáticos do curso de extensão	29
<i>Denilson da Silva Edson Cordeiro dos Santos Júnior Solange Toderó Von Onçay Ulisses Pereira de Mello</i>	
A configuração histórica da questão agrária no Brasil	63
<i>Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad Zenicléia Angelita Deggerone</i>	
Mulheres e Agroecologia: em busca de novas relações	83
<i>Naira Estela Roesler Mohr Adriana Maria Mezdari</i>	
Agricultura familiar e Agroecologia: a trajetória de formação do Núcleo Missões da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul	107
<i>Cristina Bremm Everton Picolotto</i>	

**A Agroecologia como uma semente revolucionária
na sociedade em risco** 135

*Julie Rossato Fagundes | Leonice Aparecida da Fátima Alves Pereira Mourad
Lucas Felipe Bertoni | Solange Todero Von Onçay*

**Extensão rural no contexto do desenvolvimento rural
sustentável: uma análise na região do Médio Alto Uruguai,
Rio Grande do Sul** 155

Tatiane dos Santos | Valdecir José Zonin | Cheila Fátima Lorenzon

Sobre os autores 183

APRESENTAÇÃO

DENILSON DA SILVA | EMERSON NEVES DA SILVA
LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
ULISSES PEREIRA DE MELLO | SOLANGE TODERO VON ONÇAY

É com imenso prazer que apresentamos ao público a obra: *Agroecologia, organização social e desenvolvimento regional em perspectiva*. A presente produção é composta pela síntese de um processo formativo vivenciado pelo conjunto de atores políticos (movimentos sociais, sindicais, organizações e instituições de ensino superior)¹ do Alto Uruguai Gaúcho e por artigos que dialogam com a perspectiva formativa do curso de extensão “Desenvolvimento, Organização Social, Agroecologia e Sustentabilidade no Campo: desafios e limites”. O curso foi organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e elaborado por autores que, em uma ou outra medida, tiveram participação neste processo.

A atividade geradora das reflexões que seguem foi estruturada em eixos temáticos articulados entre si de tal forma a permitir que

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Levante Popular da Juventude, Centro de Promoção da Agroecologia (CAPA) e Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP).

os participantes fossem capazes de compreender e significar as temáticas. A discussão e a intervenção dialógica esteve presente ao longo do processo formativo mobilizado pela teoria e prática orientada na concepção de que o campo é um lugar de vivências, resistência e projetos em prol da construção de uma sociedade mais justa, equânime, humana e democrática.

A formação estendeu-se durante o ano de 2022, em Erechim (RS). O curso foi pioneiro em reunir estes atores, pensando coletivamente o processo interventivo de desenvolvimento pelo viés dos despossuídos do campo e buscando ser um espaço permanente entre a prática socio-organizativa das entidades sociais populares e as teorias que permitem pensar e repensar o mundo capitalista atual, visando transformar a realidade. A finalidade do processo formativo foi fortalecer o papel das organizações para interagir politicamente no seu contexto, coordenando e estruturando espaços rumo a um projeto de luta, de mobilização e de ação social transformadora.

Durante o período de realização do curso, vivíamos dias de grandes retrocessos em termos de conjuntura política do país – “terra arrasada”, poderíamos dizer. Especialmente em se tratando dos desmantelamentos dos direitos sociais e da fragilidade da democracia no país. Era uma situação que impactava a todos – organizações, movimentos sociais e instituições de ensino parceiras –, cujos vínculos mais estreitos dentre elas centravam-se na construção de iniciativas formativas “[...] aos oprimidos que se colocam em marcha na busca de *ser mais*” (Freire, 2000, p. 23), em um fazer-se sujeito histórico e político.

Com o passar do tempo da formação e o avanço nos eixos temáticos, ressurgiu um feixe de esperança: o processo eleitoral no Brasil e a vitória do campo democrático representada por Luiz Inácio Lula da Silva. Desse estágio, ficou demarcada a dura lição: a democracia

conquistada, em suas concessões necessárias, explicita limites e pode ser perdida em um piscar de olhos, ou seja, vimos a face autoritária manifestar-se mesmo em um período democrático.

Diante do quadro que tínhamos, perguntávamo-nos: até onde seria possível a resistência dos setores oprimidos da sociedade? Em um nível macro, o que assegurar diante das investidas do capital, dentre elas as que tomam o lugar do Estado, fragilizando o estado de bem-estar social e do bem comum (Dardot; Laval, 2017) e impondo a produção de estágios privatistas ultraliberais? O que poderia lançar luz à formação dos setores populares? Como avançar na resistência, no fortalecimento das organizações, assegurando os poucos direitos que se alinham com a democracia, conquistados com muita luta sobre o calejar do povo trabalhador na condição de subalternidade? Perguntávamo-nos sobre os possíveis rumos que a formação deveria apontar em termos de resistência, de pautas reivindicatórias, do papel das organizações e mesmo das instituições de ensino superior parceiras no processo. Com que ferramentas, como contrapor a ideologia midiática, por exemplo, do *agropop*, que toma de assalto nossa juventude? São preocupações ativas, das organizações entrelaçadas pelos aportes de uma exercida luta, a qual não deixa um só momento de sossego, sem que precisemos ouvir o rugir do necessário afiar de ferramentas.

O fato é que vivemos uma crise societária, que exige a construção de respostas contra-hegemônicas imediatas, que cheguem dos lugares mais humildes e inesperados até os postos mais altos. Cientes de que a luta habita em nós, é preciso revigorá-la, cultivá-la, seja em nossas entidades, organizações, instituições de ensino ou em nosso trabalho de base, criando engajamento, ampliando a base nos setores populares, junto aos trabalhadores, povos tradicionais e classes populares em geral. Militância, pertença, engajamento, contra-he-

gemonia são palavras reverberadas nas lutas sindicais, nos movimentos sociais, nas práticas conscientizadores da Educação Popular, nas campanhas solidárias, nas mais diversas lutas pelos direitos humanos e ambientais, pelo alimento saudável, pela vida, pela Agroecologia, por relações igualitárias de gênero e geracional, lutas que nos irmanam e nos fazem uma grande e forte trincheira a favor dos subalternizados. Sendo esta luta pertencente a uma ética humanizadora, precisamos irradiar nossas práticas para que solidarizem e territorializem energia, pulsando nosso fazer pensar, o qual, irmanado com outros coletivos, permaneça vivo no enfrentamento, na resistência, na proposição, na construção de força de luta reavivadas.

Rumo ao esperançamento (Freire, 2000), brotam questionamentos, desde o nosso *entre lugar, o da luta, e que a cada dia nos mostra a que viemos*. Para onde queremos dirigir nosso *que fazer* político-formativo? Sendo este o da resistência orgânica, é importante perceber que, diante da hegemonia ultraliberal, há retrocesso das forças populares. Assim, também somos convocados a refletir sobre a maneira como os processos de organização popular ocorrem, como atingimos os setores populares, como proceder com o trabalho de base, ou seja, como elaboramos processos de organização popular que se revertam em força contra-hegemônica? Por um lado, como nossos processos formativos corporificam e constroem conteúdo e prática, reflexão e ação dentro de um movimento dialético que possa se contrapor à força ideológica do projeto do capital? É nisso que vemos potencialidades na sistematização dessa experiência.

Aliás, a sistematização das experiências foi parte da metodologia presente no processo formativo, pela qual buscamos fazer um ensaio aprimorando o processo, refletindo e qualificando os envolvidos. Entendemos que o método de sistematização se traduz na dinamização das práticas das organizações envolvidas.

Para a sistematização, a ação desenvolvida torna-se objeto de estudo, relacionando, de forma orgânica, os componentes trazidos pelos eixos do projeto, os quais assumem politicamente a dimensão da classe trabalhadora e das lutas pela resistência aos modelos antagônicos e que a confrontam. Articular coerentemente objetivos e procedimentos quanto ao marco teórico do eixo torna-se fundamental na relação entre a dinâmica de reflexão/estudo e a definição política do programa na perspectiva referida. No trato com os conhecimentos, o método dialético nos leva a ter como ponto de partida o fazer social desses coletivos, permitindo-lhes, sistematicamente, novos níveis de compreensão histórica e estrutural que, como em um movimento em espiral, projetam e sustentam novos níveis de ação.

A obra é aberta com o capítulo “Fundamentos da Educação Popular: a experiência formativa e o método de sistematização”, escrito por Denilson da Silva, Edson Cordeiro dos Santos Júnior, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Solange Toderro Von Onçay e Ulisses Pereira de Mello, o qual dialoga com os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Popular, referências que foram geradas no contexto sócio-histórico dos movimentos e organizações populares da América Latina e que tem como objetivo o fortalecimento de processos organizativos. A sistematização de experiências, ferramenta metodológica e de empoderamento dos envolvidos, passa a ser o potencial capaz de recriar os conhecimentos e mobilizar a luta a serviço dos setores populares. Dessa forma, o primeiro capítulo da obra, embebida desses fundamentos, explicita a intencionalidade política e pedagógica da Educação Popular por meio da vivência de um percurso formativo, no qual os sujeitos são formadores e se formam no processo. O aprofundamento que fazem da leitura da sociedade de classes permitiu fortalecer e estabelecer redes de articulação entre as entidades e os movimentos populares

participantes, reunindo e reafirmando suas bandeiras de resistência e de luta.

O segundo capítulo, “Os eixos temáticos do curso de extensão”, de autoria de Denilson da Silva, Edson Cordeiro dos Santos Júnior, Solange Todero Von Onçay e Ulisses Pereira de Mello, apresenta os oito eixos temáticos que aprofundaram um conjunto de temáticas recorrentes no processo formativo. Para além de um processo descritivo e de relato dos temas apresentados em cada etapa, os seus autores articulam os elementos teóricos e conceituais apresentados pelos diferentes colaboradores aos aspectos reflexivos que afloraram em cada momento de forma dialógica com os participantes. Em cada um dos eixos são apontadas questões problematizadoras e que, em alguma medida, vão articulando os desafios e as necessidades a serem superadas coletivamente a fim de qualificar o desenvolvimento produtivo, social, econômico e agroambiental da região, dos sujeitos e das organizações sociais envolvidas no curso de formação.

O terceiro capítulo, “A configuração histórica da questão agrária no Brasil”, das autoras Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad e Zenicléia Angelita Deggerone, demonstra que a desigualdade social atual é um dos frutos da concentração fundiária, ou melhor, é uma característica histórica que marca a forma de organização da sociedade brasileira. É uma questão de classe, na qual a especulação de poucos gera a escassez e a fome de muitos. Nesse sentido, as autoras abordam o caráter jurídico que transforma a terra em mercadoria, com recorte temporal de 1500 até 1964, quando da promulgação do Estatuto da Terra. Perpassam, assim, pelo viés histórico das capitânias hereditárias, das sesmarias até se chegar à Lei da Terra de 1850, divisor de águas da questão fundiária no Brasil.

O quarto capítulo, “Mulheres e Agroecologia: em busca de novas relações”, das autoras Naira Estela Roesler Mohr e Adriana Maria Mezdari, apresenta uma abordagem que relaciona estudos

feministas e/ou de gênero com a discussão sobre processos econômicos da sociedade. As autoras pautam a reflexão na perspectiva do termo conhecido como consubstancialidade, ou seja, no imbricar das relações entre classe, gênero e questões étnico-raciais. Apontam, também, a importância da diversidade de territórios no planeta e as manifestações multiculturais de cada local, dificultando vislumbrar a totalidade e suas devidas particularidades.

No quinto capítulo, “Agricultura familiar e Agroecologia: a trajetória de formação do Núcleo Missões da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul”, os autores Cristina Bremm e Everton Picolotto constroem o texto com o intuito de dar visibilidade aos agentes que se propõem a trabalhar e viver segundo um modo de vida que preza pela sustentabilidade ambiental e apontam quais são os motivos que os levaram a isso. Para isso, concebem o texto em diálogo com 12 famílias agricultoras da região das Missões e da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Ademais, tornam o capítulo muito enriquecido ao apresentar o processo sócio-histórico que levou à formação de um Núcleo de Agricultura Ecológica na região da Fronteira Noroeste e das Missões do estado.

“A Agroecologia como uma semente revolucionária na sociedade em risco”, dos autores Julie Rossato Fagundes, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Lucas Felipe Bertoni e Solange Todero Von Onçay, apresenta a Agroecologia como um potencial já evidenciado em inúmeras práticas desenvolvidas desde os tempos ancestrais, que pode fazer toda diferença, sendo contraponto na relação antagônica homem-natureza. Nesse sentido do antagonismo, os autores elucidam aspectos impactantes, em especial, a partir de enfoques das teses do autor germânico Ulrich Beck, que chama atenção para os riscos contemporâneos que a humanidade está correndo. Por fim, demonstram que já existem inúmeras práticas materializadas contra-hegemônicas sendo realizadas em nosso meio.

E, por fim, encontramos o texto “Extensão rural no contexto do desenvolvimento rural sustentável: uma análise na região do Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul”, em que Tatiane dos Santos, Valdecir José Zonin e Cheila Fátima Lorenzon defendem a ideia de que o rural não pode mais ser visto como um local atrasado e com atividades homogêneas, pois o contexto encontra-se repleto da diversificação das atividades produtivas. Assim, apresentam a transformação da base técnica da agricultura como um papel primordial nesse processo de diversificação. Ao anunciarem essa dimensão, também refletem o esgotamento do modelo de crescimento imposto ao setor agrícola e, desde esses aspectos, chamam a atenção para o novo caminho, que pode e precisa ser traçado pela extensão rural no Brasil.

Em suma, compreendemos que é necessário extrair dos processos os elementos que permitiriam sair de certa letargia e naturalização oriunda do contexto político que se vivia e encontrar uma forma de recolocar em curso a força de luta presente na organização social e popular e nos movimentos sociais da região. Essas práticas já foram demonstradas, em especial ao se constituírem como sujeitos políticos que inauguram o esperar do amanhã imbuído de outros referenciais. Falamos de um mundo em que caiba todos os mundos e com reciprocidade, matizando nosso *ser mais*, que me permite ser eu, porque existe o outro em sua singularidade.

Que a leitura que compartilhamos nesta obra seja capaz de produzir engajamento e mobilização à luz do esperar freireano!

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR:

a experiência formativa e o método de sistematização

DENILSON DA SILVA | EDSON CORDEIRO DOS SANTOS JÚNIOR

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD

SOLANGE TODERO VON ONÇAY | ULISSES PEREIRA DE MELLO

A simultaneidade entre a ação e o processo de sistematização, realizado de forma indissociável pelos próprios sujeitos que participaram da experiência, traz presente a gênese em termos de metodologia da Educação Popular. Essa maneira de incidir sobre os processos formativos pode significar avanços no fortalecimento da prática, uma vez que possibilita um rigor reflexivo e um caráter prático, ou seja, desvenda, no próprio percurso formativo em andamento, fortalezas e fragilidades. Desse modo, auxilia na condução mais adequada do processo, pautado pela ação dialógica mencionada por Freire (2019), sendo capaz de materializar-se na produção de conhecimento ao longo dos processos formativos.

Essa dinâmica constitui-se dos fios dialéticos da reflexão-ação-reflexão, produzindo um *movimento em espiral crescente*, articulando teoria e prática diante da realidade a ser transformada, conforme propõe Hurtado (1992). Esse movimento pode possibilitar avanços no desencadear de um pensar-fazer mais coerente, com mais en-

gajamento e, sobretudo, com solidariedade ética pelo outro e pelo compromisso de classe, visto que a reflexão coletiva desnuda contradições sociais e permite o processo que educa ao encharcar-se dos sentidos, vivências e subjetividade dos envolvidos.

Esses vínculos são empoderadores também das organizações, *atores políticos* dotados de pertencimentos, agregados em torno de um projeto societário contra-hegemônico. Ao fortalecerem seus sujeitos (militantes), ao produzirem rupturas, ao inaugurarem novas possibilidades, vão se constituindo em *sujeitos coletivos políticos*. Nesse caso, a exigência primordial é a construção de “intelectuais orgânicos”, que compõem a si e as organizações que se apresentam como atores históricos capazes de “sintetizar os germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 1975, p. 1558). Para isso, reiteramos a importância de essas organizações e seus intelectuais estarem organicamente junto com o povo, constituindo uma base.

Guardando sintonia com essa concepção, prospectamos desenvolver um processo de sistematização do curso de extensão “Desenvolvimento, Organização Social, Agroecologia e Sustentabilidade no Campo: desafios e limites”, organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS), em 2022, no campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O objetivo principal de tal processo foi nutrir o curso pelo potencial formativo da sistematização e, ao refletir, analisar e tematizar, permitir um movimento entre o aprofundamento teórico dos eixos temáticos e a relação prática das instituições participantes, desde suas lutas e de suas especificidades.

Assim, de forma dialógica e participativa, a partir de uma coordenação colegiada, buscamos produzir reflexões e análises possíveis, com a intencionalidade de fortalecer e canalizar esforços às organi-

zações e instituições, no sentido de potencializar ações transformadoras. Essa dinâmica sinaliza sempre novas demandas, que não se esgotam com a finalização do curso, mas sim, como consequência dele, ensejam materializar novas ações, atividades e necessidades à Agroecologia e ao desenvolvimento social e sustentável na região.

Entendemos que o processo da sistematização, pelo seu potencial problematizador e dialógico, poderia apontar novas dimensões, estimulando formas de construção de processos organizativos, participativos, de resistência e de organicidade. Tal potencial permitiria o engajamento e o surgimento de novas lideranças, novas iniciativas e mais empoderamento dos atores sociais e políticos.

Com os limites materiais e estruturais próprios do processo, a sistematização ajudou na reflexão e possibilitou a emergência de questões-chave e problematizadoras em cada eixo do curso, a cada novo encontro. Assim, foram percebidos enfoques centrais a cada temática abordada, que, concebidos dentro de uma abordagem multidimensional em unidade dialética, foram nos auxiliando no aprofundamento da conjuntura diante de um momento histórico de acirradas disputas de lutas de classe. Proporcionou, também, o fortalecimento e o estabelecimento de redes de articulação entre as entidades e movimentos sociais populares em suas bandeiras de luta. Neste trabalho, são apresentados os elementos dessa construção metodológica elaborada no rico processo de sistematização.

Fundamentos da Educação Popular e a interface com a sistematização

O curso de extensão “Desenvolvimento, Organização Social, Agroecologia e Sustentabilidade no Campo: desafios e limites” foi con-

cebido com o fim de fortalecer o papel das organizações e formar lideranças para atuarem politicamente nesse contexto, coordenando e estruturando espaços e processos rumo a um projeto de luta, de mobilização e de ação social. A formação organizada a partir de grandes temas contribuiria para os participantes apropriarem-se de conhecimentos-chave abordados por meio de eixos temáticos estruturantes que poderiam desencadear ações de intervenção consciente e organizada, estreitando vínculos entre as organizações participantes. Essa formação, identificada com um projeto de sociedade dos trabalhadores, inclui a perspectiva do campo enquanto lugar de vida, de cultura, de resistência, de luta e de ação social.

Para tanto, utilizamos a metodologia da *sistematização de experiências* como percurso metodológico, ancorada na compreensão de Oscar Jara (2012, p. 84):

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os diversos fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Oscar Jara (2012) apresenta a possibilidade da sistematização de experiências como enfoque metodológico para a produção de conhecimentos e saberes que emergem das experiências. Por isso, é necessário reconhecer as singularidades, a dinamicidade e a complexidade das experiências, suas interações e movimentos em permanente possibilidade de transformação.

Sem condições de desenvolver todo o processo em sua integralidade, propomos, como sugere Oscar Jara (2012), cinco passos estruturantes à sistematização da experiência: o ponto de partida, a

formulação do plano de sistematização, a recuperação do processo vivido, as reflexões de fundo e os pontos de chegada. Buscamos aporte nesses passos, alcançando o possível diante dos desafios materiais que a realidade nos apontava. Nessa releitura, sem afastarmos dos princípios de Jara (2012), reorientamos a metodologia sobre cada momento vivenciado, fornecendo os elementos básicos para seguir elaborando o processo de sistematização, mantendo a profundidade, o rigor e o sentido desde o viés emancipador da Educação Popular.

Assim, a proposta pedagógica necessariamente política do curso, a partir dessa concepção, nutriu-se da metodologia da sistematização, buscando, na relação ação-reflexão-ação, nuances para a discussão básica da elaboração/apropriação de conhecimentos. Sempre à serviço das lutas populares e da opção por uma ética revolucionária, comprometida com a construção de um outro projeto social e produtivo enquanto lugar de convivência humana, no qual os eixos do desenvolvimento sustentável, da Agroecologia, da cooperação e da organização social e sindical não poderiam ficar de fora. Entendemos que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Popular podem ser importantes referenciais nos processos formativos transformadores, porque, gerados no bojo da luta de classe, forjam processos de resistência e/ou enfrentamento ao modelo neoliberal excludente de sociedade. Os acúmulos produzidos pela Educação Popular vão na direção do fortalecimento teórico-prático e metodológico dos movimentos sociais e organizações populares da América Latina, para os quais a sistematização das experiências é um instrumento com potencial de animar os processos, recriando, refundamentando e dinamizando conhecimentos e práticas libertadoras/emancipadoras.

Assumir a dimensão que estamos tratando, leva-nos a concordar com o vínculo entre conhecimento e realidade na perspectiva

interventora, o que demanda sermos capazes de captar o dinamismo intrínseco de cada contexto e de cada processo em seu momento histórico, que não é linear, mas traz presente antagonismos e contradições. Trata-se de incorporar o movimento dialético, cuja apreensão do real, que é o estatuto das contradições da realidade, precisa ser compreendida e, ao estabelecer pontes/conexões com as bases teóricas, poderá produzir o dinamismo transformador necessário.

A dimensão processual e a conexão com a realidade poderão levar à compreensão da totalidade, cujos objetivos, em suas conexões e sua historicidade contraditória, se constituem no decurso de seu desenvolvimento. É nessa perspectiva que os objetivos educativos relacionados ao conjunto das dimensões do ser humano se formulam, podendo ter, na concepção freiriana, como prática libertadora e emancipadora, uma frente de referência teórico-metodológica.

E, poderíamos nos perguntar, *por que o povo não capta as contradições dentro de uma totalidade? Por que as situações antagônicas não são vistas em sua realidade? Por que as “situações limite” não são identificadas em sua globalidade, ficando estas nas apreensões das manifestações periféricas?* À luz de Freire, podemos compreender essa fragmentação como alienante e desconectada dos processos, afinal, Freire (1978) aponta que a questão fundamental é que, em faltando aos homens uma correspondência da totalidade, captando-a aos pedaços, faltará nexos para a sua compreensão crítica. Ou melhor, faltará a *interação constituinte*, levando o povo a não reconhecer essa interação. E não podem conhecê-la, explica Freire (1987), pois seria necessário partir do ponto inverso. “Isto é, lhes seria indispensável ter uma visão de totalidade do contexto para, em seguida, separarem ou isolarem os elementos ou as parcialidades do contexto, através de cuja visão voltariam com mais clareza à totalidade analisada” (Freire, 1970, p. 96).

Segundo Freire (1987), investigar a realidade deve nos levar ao compromisso com ela, isto é, não podemos ter um olhar passivo sobre a realidade, de conformação. Ao contrário, a investigação é ponto de partida para a ação interventora, provocadora da mudança. Em seus últimos escritos, Freire (2000, p. 79) faz o seguinte apelo:

Meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também de quem intervém como sujeitos de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.

A Educação Popular, conforme Paludo (2001) e Brandão (1971, 2002a, 2002b), entrelaça-se à Educação Libertadora (Freire, 1987) em seus referenciais, que muito contribuíram para o contexto de luta de classes presente no cenário latino-americano, já nos mostrando caminhos, sendo um deles o Estado, pelos aportes das políticas públicas, porém não apenas ele. A formação, que é o que justifica esse processo, passa pelo esforço de constituir uma base teórico-prática que ajude a formular um pensamento epistêmico, crítico, contra-hegemônico e prático, sendo capaz de gerar uma metodologia participativa em que todos possam se inserir e se constituir como sujeitos construtores do processo, ou seja, intelectuais orgânicos e “educadores populares”.

Para essa concepção, a dimensão política precisa estar sempre vinculada à prática social. Já a prática pedagógica possibilita a compreensão na perspectiva de classe, ao trazer à tona elementos de interpretação-informação, ao resgatar o compromisso real com o povo e suas causas em uma autêntica prática. Nesse contexto, a prática é entendida como a “concepção que integra, em unidade dinâmica e dialética, a prática social e sua análise, a compreensão teórica, a

relação entre a prática como a ação transformadora e a teoria que guia e ajuda a conduzir a ação” (Hurtado, 1992, p. 45). Esse processo complexo exige o desvelamento e o enfrentamento dos valores ideológicos que se contrapõem à organização e à solidariedade de classe, elementos que o capitalismo, em seu estágio neoliberal, precariza e esfacela, impondo a lógica da individualização, da concorrência e da desumanização à sociedade global (Dardot; Laval, 2017).

A experiência formativa e o método da sistematização

O curso de extensão “Desenvolvimento, Organização Social, Agroecologia e Sustentabilidade no Campo: desafios e limites” foi estruturado em oito eixos temáticos. A experiência formativa, que chamamos de curso, foi agregando focos articuladores de componentes que se encontram imbricados nas práticas da maioria das instituições participantes. Assim, o programa foi fruto de debates junto às organizações partícipes, mediante suas necessidades.

Buscamos, portanto, reverberar diálogos entre a prática socio-organizativa dos Movimentos Sociais Populares (MSP) ou das Organizações Sociais Populares (OSP) e as referências a serem aprofundadas teoricamente, como estudos e teorias que permitissem refletir/repensar o mundo atual em suas estratégias neoliberais, imperialistas, colonialistas, ideologicamente dominadoras e concentradoras de poder e de capital, estimuladoras da competição e da exploração do homem e da natureza. Desse modo, a defesa de uma concepção de conhecimento libertador e emancipador, concebido como uma abordagem multidimensional, em unidade dialética, poderia ajudar no aprofundamento e leitura da realidade complexa, reorientando e fortalecendo as organizações e movimentos populares em suas ações e na defesa das lutas de classes.

O primeiro eixo trabalhado foi “O cenário internacional e os desafios para o agrário”, o qual teve como ementa *formas de organização social; desenvolvimento do capitalismo; relação capital e trabalho*. O propósito com esse eixo foi estudar o cenário internacional na atual sociedade e os grandes desafios no confronto de disputas do projeto do capital (ultraneoliberal), bem como compreender e reafirmar o papel dos MSP e OSP como questão problematizadora para o debate. Após a explanação teórica da temática, que acontecia sempre em turno anterior, destacamos como questão central, *ao estudar o cenário e seus movimentos internacionais de influência neoliberal, discutir o papel das entidades e a função dos dirigentes a partir da perspectiva da ética no direcionamento político das entidades. As ideias defendidas pelas organizações da população trabalhadora têm força suficiente para reorientar os rumos da sociedade? O que é necessário refundamentar? Quais são as bases teóricas? A partir de que forças articuladoras? Como articulá-las?*

O segundo eixo temático, “Brasil no século XXI: o agrário e as possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa”, buscou analisar o agrário, o agronegócio e as organizações dos trabalhadores da agricultura familiar e camponesa diante dos instrumentos do Estado, especialmente os governos (Poder Executivo nas três esferas) e os mandatos (Poder Legislativo em suas três esferas). Por esse caminho, foram abordados os desafios éticos e políticos dos dirigentes que assumem o direcionamento dessas instituições, na perspectiva de uma leitura de classe. Como questão norteadora para o debate, reiteramos a necessidade de *compreender a posição política apropriada para o momento atual, recuperando a história e fortalecendo as entidades da agricultura familiar/camponesa e as Organizações e Movimentos Sociais do Campo*.

O terceiro eixo temático, “Estado e soberania energética”, pro-

curou aprofundar as referências do projeto político do campo popular e a soberania energética e as implicações para a sociedade e para o desenvolvimento. Como questão norteadora para o debate, elegemos o seguinte eixo reflexivo: *como estabelecer perspectivas de gestão e mobilização buscando alternativas energéticas sustentáveis, bem como outras ações de fortalecimento e agregação de renda a partir do ensaio de um projeto societário sustentável, com base em outra economia?*

Com o quarto eixo temático, “Economia Solidária e Cooperativismo”, procuramos compreender a história do cooperativismo; os elementos fundantes do cooperativismo e suas relações no sistema de produção; os princípios do cooperativismo tradicional, do cooperativismo de caráter solidário, do associativismo e da cooperação; a agroindustrialização; as relações de poder; a democratização dos processos cooperados; e o método de coordenação, planejamento, monitoramento e avaliação nos sistemas cooperados. Como questões norteadoras do debate, formulamos as seguintes: *É possível fazer da economia solidária e do cooperativismo pilares para a construção de um projeto societário popular? Quais são as experiências da região na articulação de ações e iniciativas e no fortalecimento dos caminhos para as iniciativas na interação social, dando visibilidade à reestruturação produtiva?*

O quinto eixo temático, “Organização Sindical e Popular: dilemas e potencialidades”, resgatou o histórico do sindicalismo no mundo e no Brasil, dando ênfase ao sindicalismo rural e em como ele se portou nos diferentes momentos da história. O sindicalismo rural tem um diferencial em relação ao sindicalismo urbano, principalmente porque os agricultores e agricultoras familiares são considerados “autônomos” e, portanto, não possuem “patrões”. Enquanto, no meio urbano, os trabalhadores organizados em sindicatos têm suas pautas apresentadas a seus empregadores, o sindicalismo rural

busca melhorar a qualidade de vida de seus associados, a partir de pautas reivindicadas ao Estado. Refletimos, dessa maneira, sobre as transformações ocorridas no meio rural e a postura do sindicalismo, a forma de relação com o Estado e com a base social, também contemplando a importância da organização sindical na atualidade e quais novas formas organizativas de resistência emergem diante das transformações no mundo do trabalho. Como questão orientadora, destacamos: *qual é o sentido da organização sindical em nosso contexto e quais novas formas organizativas de resistência emergem diante das transformações nas relações de trabalho?*

O sexto eixo temático, “Sociedade e Cultura: os conflitos geracionais e a sucessão familiar no agrário do Alto Uruguai”, discutiu a socialização das ciências e a construção do conhecimento coletivo pela Educação Popular; a sistematização e seus fundamentos; o saber popular voltado para a ação coletiva e o método de trabalho de base. Como questão norteadora do debate, abordamos *como fortalecer uma perspectiva de gestão democrática e participativa a partir de uma atitude de escuta e inserção das demandas da base, desde sua ação cotidiana até a luta estratégica e de classe.*

O sétimo eixo temático, “Meio ambiente e Agroecologia: resistência, desafios e possibilidades”, propôs como debate os impactos ambientais gerados pela Revolução Verde em contradição com o sistema agroecológico de produção de alimentos. As consequências desse modelo suscitaram discussões associadas, como o combate ao desperdício de alimentos, bem como a forma sustentável da redução da fome, as quais fizeram parte do eixo temático do encontro. Como questões norteadoras para o debate, tivemos as seguintes indagações: *o que é Agroecologia? Como se dá a relação entre Agroecologia e soberania alimentar? Quais são os limites e as potencialidades?*

O oitavo eixo temático, “Feminismo e Agroecologia: luta, re-

sistência e emancipação no campo brasileiro”, adotou como debate central estudos feministas e/ou de gênero na interface com os processos econômicos da sociedade, as relações de produção em um modelo que funciona sob a acumulação da riqueza e a reprodução da desigualdade social, ainda mais dicotomizadas nas relações de gênero. Após, identificamos novas experiências de reestruturação produtiva para além do econômico que estão sendo gestadas como caminhos alternativos, sustentáveis e humanizadores. *Quais são as questões atualmente colocadas para as relações de gênero? Que alternativas estão sendo gestadas? Quais são os novos sentidos que as experiências apontam?*

Apresentamos, até aqui, os principais temas abordados ao longo do curso de extensão e, de forma muito sintética, em cada um desses momentos, tanto a questão mais latente a partir das provocações expostas pelos sujeitos convidados a partilhar suas experiências práticas e teóricas acumuladas sobre o tema, como, sobretudo, a articulação e intervenções que tais aspectos estimularam juntos aos cursistas. Antes de encerrar esta seção, vamos recuperar alguns elementos que nos parecem justificáveis quanto à metodologia usada no processo de sistematização.

Segundo Hurtado (1992), a combinação de um tríptico diagnóstico constitui-se como ponto de partida da metodologia da Educação Popular – vamos aqui fazer uma adaptação da proposta de sistematização proposta por Hurtado, simplificando-a:

1. O reconhecimento objetivo e sistemático na vida institucional do eixo desenvolvido, produzindo sobre a ação uma análise à luz dos fundamentos teóricos aprofundados (objetivação);
2. Análise das ações/relações que a entidade realiza (potencialidades, fragilidades);

3. Interpretação do resultado das ações, mantendo sobre ela uma intencionalidade. O diagnóstico é o pressuposto que dará conta da premissa “partir da prática” no movimento epistemológico “prática-teoria-prática”, qualificando-a.

O passo seguinte é o processo de explicitar/articular dialeticamente o que move a entidade à teoria que fundamenta o projeto político, a ação e a reflexão da prática, voltando-se para o curso, com partilha e propósito de realimentar o processo.

Ao longo do curso de extensão, em cada eixo trabalhado nas sucessivas etapas, a Comissão de Sistematização realizava, antes do encerramento dos trabalhos, uma síntese dos principais elementos discutidos na jornada. A Comissão, com o apoio da entidade responsável pelo dia de trabalho, socializava os registros (escritos, fotográficos etc.) com todo o grupo (cursistas) para que o coletivo, de forma participativa, colaborasse e garantisse a legitimidade da síntese realizada, bem como indicasse encaminhamentos. Na última etapa, no encontro de encerramento do curso, a Comissão de Sistematização apresentou uma síntese geral das atividades realizadas nos módulos, visando estimular as discussões para a avaliação final do curso.

Com essa metodologia, pretendíamos atingir os seguintes objetivos:

- a) permitir uma leitura crítica da realidade impactante sobre as práticas socio-organizativas das OSP, em uma perspectiva do viés da luta de classe, partindo da análise da ação das próprias organizações que, ao serem sistematizadas na dinâmica da ação-reflexão-ação, articulariam com as demais e fortaleceriam processos mobilizadores e organizativos;

- b) gerar um processo reflexivo, a partir da vivência e da análise das atuais questões que impactam as formas político-organizativas, visando ao empoderamento e à cooperação nos processos de organização e gestão das organizações e movimentos sociais, considerando novos elementos de enfrentamento ao projeto do capital e de construção de perspectivas às organizações dos trabalhadores;
- c) dinamizar, de forma sistemática, o trato do conhecimento, compreendido como processo social que se formula e reconstrói permanentemente, combinando a dinâmica da ação coletiva e o esforço pessoal, tendo como base a realidade concreta a transformar;
- d) construir possíveis agendas de projeto (comum) que possam fortalecer as entidades e caracterizar um projeto para a região, contemplando as diversas ações das entidades envolvidas.

O curso de extensão, concebido como processo educativo, teve na organização dos participantes uma intencionalidade de fortalecer a política enquanto prática coletiva, entendendo que viver em coletivo é ser recíproco e solidário, é a vivência de uma relação que abre espaço para humanos se comunicarem de igual para igual. Segundo Pistrak (2000, p. 159),

[...] pode-se falar de responsabilidade coletiva, isto é, de responsabilidade de organização coletiva dos participantes e do coletivo por cada um de seus membros e de cada um de seus membros por todos. Colocando-se assim o problema pode-se falar de uma classe como uma unidade.

Em relação à dinâmica do curso, para o reconhecimento das

necessidades e interesses da maioria, sem desconsiderar a minoria, buscamos, na construção possível, estabelecer consensos a partir dos parâmetros do referencial do curso, coletivamente construído e explicitado. A participação organizada nas tomadas de decisão, na prática de valores humanizantes, tais como a transparência, a compreensão, a justiça e a solidariedade, ajudaram a compreender que um verdadeiro coletivo é todos estarem por um e um por todos.

No capítulo seguinte, realizamos uma reflexão com base nas diferentes temáticas tratadas, apresentando as convergências que elas guardam entre si, levando em consideração não somente o tema abordado em cada etapa do curso, mas sobretudo os elementos destacados coletivamente em cada um desses momentos e que aparecem sistematizados a partir das questões que aqui apresentamos. Em sua maioria, extrapolam os elementos e temas abordados e guardam relação com interfaces estruturais, de políticas públicas e de organização social, política e produtiva junto às diferentes organizações sociais.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1971.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **De angicos a ausentes: 40 anos de educação popular**. 2. ed. Porto Alegre: Mova-RS; Corag, 2002b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 12. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HURTADO, Carlos Nunes. **Educar para transformar, transformar para educar**: comunicação e educação popular. Petrópolis: Vozes, 1992.

GRAMSCI, 1975, **Caderno I**, 44, p. 44. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2 e 3. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JARA, Oscar. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pineviro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. Brasília: CONTAG, 2012.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.

PISTRAK, Moisey. **Fundamentos da Escola do trabalho**. Tradução de Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OS EIXOS TEMÁTICOS DO CURSO DE EXTENSÃO

DENILSON DA SILVA | EDSON CORDEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
SOLANGE TODERO VON ONÇAY | ULISSES PEREIRA DE MELLO

O que está se passando na América Latina e no mundo? Como as correlações de força do capital se recompõem diante dos desafios mundiais da crise sistêmica/pandêmica mundial? O que ocorreu com a emergência das lutas e organizações regionais na busca por democracia aos setores populares das décadas passadas? Basta a aparição da pandemia que a humanidade sacode, respingando na América Latina. Os protagonismos contra-hegemônicos alcançados e os poucos direitos conquistados dos setores populares, frutos de tantas lutas, em termos de suportar a opressão e a exploração das classes subalternizadas, são atingidos. Não são três anos de alerta que a pandemia traz à humanidade, é a explosão do eco de mais de 500 anos preso na garganta dos povos originários. Gritos entranhados e que pedem socorro à terra e ao surgimento de outro modelo social.

A pandemia poderia permitir o frear no avanço da concentração da riqueza, da expropriação e do lucro do capital financeiro

extraído das civilizações calejadas. O que se percebe, entretanto, é o acirramento do poder autoritário sobre os trabalhadores, o aumento da exploração dos recursos naturais e o esfacelamento dos direitos da classe trabalhadora que as relações capitalistas foram naturalizando. Esse cenário nacional pode ser interpretado como parte da ofensiva dos Estados Unidos para retomar o controle da América Latina? Não exclusivamente! Um fracasso dos governos progressistas que se ampliou no início do século XXI? Não inteiramente. Um projeto de país dependente e a reemergência predatória das elites locais, cada vez mais associadas às grandes corporações estrangeiras? Provavelmente.

Essas indagações estiveram presentes ao longo do processo formativo e principalmente nos momentos de *mística* que iniciavam as manhãs de trabalho ao longo da jornada: reflexões, constatações, contradições, antagonismos. Essas inquietações fazem o macro global presente e se manifestam como expressão da força hegemônica do capital na vida das pessoas, no cotidiano das instituições que representam os setores populares. O processo de desmonte das políticas públicas assolava o país em 2022, a pandemia impactava a todos, trazia-nos o luto, a dor da perda, mas também evidenciava ainda mais as históricas desigualdades sociais no Brasil e no mundo. As místicas lançavam algumas luzes e ajudavam no movimento necessário para seguirmos reanimando o curso, fortalecendo as ações próprias de cada organização participante e especialmente com a luta coletiva, muitas vezes articulada nesse mesmo espaço formativo.

A *mística*, segundo Bogo (2010, p. 1), “[...] é fundamental para a vida e para a luta. Sem *mística* na vida cotidiana, perdemos a alegria, a vibração, o interesse e a motivação de viver. Sem *mística* na luta, perdemos a vontade, a combatividade, a criatividade e o amor pela causa”. Como diz Bogo (2010), a *mística* na militância estimula.

Ao fazer um paralelo com as crianças em seu mundo, e com a organização da bagunça deixada, deparamo-nos com a reflexão de que a luta é ter o desejo de organizar seus brinquedos, nem o quintal, mas o mundo, desarrumado, bagunçado, de modo proporcional aos senhores que se acham donos do mundo e se colocam em uma postura de destruir o que estava arrumado, derrubar árvores, queimar, extrair minérios, poluir águas, ar, escravizar, expropriar, concentrar e cercar a terra e os bens, impedindo outros que têm necessidade de ter acesso. O sentido coletivo, de bem comum, fica comprometido (Dardot; Laval, 2017).

Os eixos que estruturam o curso procuram demonstrar, pelo viés de cada temática, um pouco dessas preocupações ativas. O primeiro eixo trabalhado foi “O cenário internacional e os desafios para o agrário”. Como discussão central, foi trazido um panorama do cenário internacional, impactado pela guerra Ucrânia-Rússia, estampando uma conjuntura que complexifica a geopolítica internacional, a qual terá grande repercussão na forma como as nações se organizam. A pandemia abalou o cenário internacional. E, nesse momento de guerra, tensiona-se o eixo de poder mundial que se firmou desde as duas guerras mundiais. Abre-se a possibilidade de uma bipolaridade com a entrada da China (e da Ásia), pondo em risco a hegemonia dos Estados Unidos. Ou seja, altera-se o quadro político, comercial e econômico.

Ora, não se descartam outros conflitos! A complexidade desse quadro se acentua, e o porvir é incerto na geopolítica global. O Brasil, ainda que não esteja no centro dessa polarização, tem um papel de destaque, seja pela sua importância na produção de alimentos (grãos e proteína animal), seja pela abundância em recursos naturais/mineiros, seja pelo papel aglutinador que possui na América Latina.

Há uma perda de hegemonia do mundo ocidental, presente

desde os tempos do feudalismo e do descobrimento das Américas – território que veio sendo tratado como o “quintal da Europa” para a busca de matérias-primas, mercadorias e novos mercados. Um saque brutal. Descobertas de minério, a evangelização, a subjugação e a escravização, primeiro dos povos originários (e sistematicamente o seu extermínio) e, depois, dos escravizados da África. O mundo se compôs, consolidando, com a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, uma dependência da América ao bloco eurocêntrico, através do desenvolvimento das forças produtivas, dominação do mundo, das ciências e dos aparatos técnicos. Assim, a grande mudança de conjuntura da atualidade está relacionada à perda de hegemonia dos Estados Unidos, gerando a possibilidade de um mundo com outros polos: China, Rússia, Índia, África do Sul. Ficam como questões-chave as seguintes indagações: a) Qual é o papel do Brasil nessa reestruturação de poder no mundo? Seguirá sendo uma “fazenda colonial”, exportando produtos primários? b) O que vem depois da pandemia e da guerra? Mais crises: alimentar e ambiental?

No eixo seguinte, o segundo, foi tema “Brasil no século XXI: o agrário e as possibilidades de desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa”, no qual vimos uma relação direta com o tema trabalhado no encontro anterior. E as principais indagações que apareceram como síntese naquele momento retornaram, ganhando novos contornos e apresentando novos desafios: *como compreender a posição política apropriada para o momento atual, recuperando a história e fortalecendo as entidades da agricultura familiar/camponesa e as Organizações e Movimentos Sociais do Campo?* A reflexão que nos fez apontar nessa direção vem calcada em outros pressupostos básicos, em uma perspectiva de superar o paradigma produtivo no rural brasileiro: a solidariedade de classe; a preocupação ambiental; os aspectos não comerciais; a agricultura ecológica.

Assim, faz-se necessário contextualizar o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo no país que, controladas pelo grande capital, hegemoniza o projeto de agricultura a favor do agronegócio. O capitalismo mundial, controlado pelo capital financeiro e por grupos empresariais e fundações privadas transnacionais cada vez mais concentradas, passa também a controlar os produtos agrícolas, a quantidade, a qualidade e o preço dos produtos, padronizando-os. As tais *commodities* controlam a produção agrícola (máquinas, fertilizantes, sementes, agrotóxicos etc.) e a circulação, concentrando lucros exorbitantes extraídos dessas cadeias.

Se, por um lado, a crise que vivemos com a guerra Ucrânia-Rússia interfere diretamente nas relações comerciais e geopolíticas mundiais, o capitalismo, em seu estágio neoliberal, se alimenta, sobrevive e se consolida nas sucessivas crises (Dardot; Laval, 2017). Em 2008, a crise financeira que eclodiu a partir da maior economia global, os Estados Unidos, afetando as economias e o sistema produtivo e econômico no mundo, fez com que houvesse uma ofensiva do capital, levando os mercados (financeiro e produtivo) a migrar para o hemisfério sul. Desse modo, houve investimentos em determinados setores, dentre eles a agricultura, apropriando-se de forma privada dos recursos naturais (água, terra e minérios, como cobre, bauxita, lítio, ferro e ouro). Acentuou-se o controle da produção de soja, milho, arroz e trigo; de proteína animal (carne bovina, suína e de frangos); de laranja e batata; e de usinas de etanol (sobretudo, de cana-de-açúcar).

No Brasil, essa situação catastrófica assolou intensamente a agricultura familiar/camponesa de cunho mais sustentável, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que incentivou a aproximação da produção rural capitalista às empresas transnacionais, as quais passaram a controlar a cadeia produtiva nacional de

modo organizado. Formou-se um mercado que controlava a produção de grãos, a fabricação de máquinas agrícolas, a produção de agrotóxicos, sementes transgênicas e fertilizantes de síntese química. O governo FHC, em 1999, no início do seu segundo mandato, ao desvalorizar o real brasileiro em função da crise econômica, forçou o aumento de exportações para gerar superávit na balança comercial, dando maior segurança de investimento aos especuladores internacionais e atraindo as aplicações financeiras de curto prazo.

Tal política econômica fez com que se constituísse uma nova força política no campo: a empresa rural capitalista, associada aos interesses das empresas transnacionais. Essa nova configuração refez o conceito de latifúndio improdutivo, valorizando-o e gerando investimentos, especialmente em grãos e em criação de bovinos, destinados prioritariamente ao mercado externo. Nesse processo, teve-se o bloqueio da Reforma Agrária e de inúmeras iniciativas que poderiam possibilitar avanços na produção de alimentos diversificados e nas políticas de incentivo à agricultura familiar e camponesa.

Esses elementos e o entendimento dessas novas realidades, do papel das crises do capital, e do quanto elas impactam e acentuam a expropriação, a concentração de renda e de riqueza, a hegemonização de um modelo único de produção, extensivo, calcado na ampliação da fronteira agrícola. Com ela, o aniquilamento cultural dos povos originários e sua segurança, a precarização social e produtiva da agricultura familiar, o desrespeito ambiental, com a derrubada da mata nativa e a extração mineral, que interfere na saúde humana, animal e do planeta, permeiam as reflexões nesse eixo. Esse cenário nos indica a necessidade individual e coletiva, a partir das organizações sociais que buscam uma outra relação nos processos produtivos no campo, de denunciar a propaganda positiva do agronegócio, braço forte do capitalismo neoliberal no campo; reforçar o conceito de

bem viver e bem comum (outra lógica, outra cosmologia, oriunda dos povos latino-americanos); afirmar o conceito de agricultura familiar camponesa para se diferenciar da perspectiva *farmer* americana; construir um projeto de desenvolvimento da região que envolva sindicatos, organizações sociais, cooperativas, movimentos etc.; estabelecer estruturas de organização que superem a dependência direta do poder público, não ficando à mercê da boa vontade de governos locais que, pelo dinamismo da política, se alternam periodicamente; fortalecer as organizações sociais, buscando a independência e a autonomia para aprofundar as pautas coletivas do setor, mesmo quando em governos progressistas; fomentar a produção de alimentos agroecológicos nas organizações produtivas, procurando sensibilizar o consumidor e ampliar a capacidade dos mercados e cadeias locais e territoriais (cooperativas).

O terceiro eixo temático, “Estado e soberania energética”, trouxe à tona a dura realidade de apropriações privadas dos bens públicos de setores estratégicos, como os recursos naturais, que permitem a “produção” de energia. Tais bens comuns são cobiçados e apropriados pelas grandes corporações, visando exclusivamente ao lucro, e a água é um deles. No Brasil, um cartel de apenas 15 grupos empresariais detém o domínio da indústria elétrica, estabelecendo controle nas usinas, nas unidades de “produção”, transmissão e linhas distribuidoras que comercializam a energia a 80 milhões de unidades de consumo do país.

O setor financeiro, através de bancos privados e fundos de investimentos nacionais e internacionais, está por trás do ramo energético, definindo o valor da tarifa de nossa conta de luz. São especuladores, que fazem do preço da energia elétrica no Brasil um dos mais caros do mundo, alcançando, em média, 15% de um salário mínimo nacional. Contraditoriamente, o país dispõe de recursos na-

turais renováveis e de especificidades estruturais que lhe asseguram a “produção” de energia a baixo custo.

De outra parte, o custo da tarifa impacta de maneira desigual as famílias brasileiras. Ele é cruel especialmente às famílias mais pobres, atingindo quase 74 milhões de consumidores urbanos e cerca de 4,5 milhões de agricultores que pagam uma tarifa absurda, em específico para a atividade agropecuária, que necessita de energia elétrica. Esse fator gera, como consequência, a elevação dos custos de produção, o que contribui para a estagnação do setor produtivo, podendo levar à falência de empreendimentos familiares e de pequeno porte, bem como expulsar famílias inteiras do campo. O aumento geral dos custos de produção pode causar o fechamento de estabelecimentos e postos de trabalho, empurrando para a miséria e desestruturando a vida de milhares de pessoas.

Sem dúvida, o setor energético é estratégico para o desenvolvimento e a soberania de qualquer país. Portanto, é uma área que, pela sua importância, deveria ser tratada como um *bem comum* e, para tanto, de controle do Estado. A luta, no país, para essa pauta aflora com o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Gilberto Cervinski, integrante da Coordenação Nacional do MAB, contribuiu na estruturação e partilhou dessa temática no curso de extensão. Sua experiência e seus acúmulos junto ao movimento social e a partir de seus estudos e reflexões destacaram que o preço da tarifa do quilowatt-hora cobrado da população pelas concessionárias é um verdadeiro assalto.

Em debate promovido pelo portal *Viomundo*, Cervinski (2021) afirmou que “[...] é um escândalo o que estão fazendo com o sistema elétrico brasileiro”, um verdadeiro roubo praticado na definição do preço da conta de luz:

Pagamos não o preço pela geração da energia hidráulica produzida na grande maioria aqui (62%), mas o equivalente a como se estivéssemos produzindo energia a carvão, petróleo ou gás natural, a exemplo de outros países que não têm os nossos recursos naturais de patrimônio (Cervinski, 2021, s/p).

O especialista ressaltou, nessa etapa do curso, que, com a privatização, a tendência é que esse quadro se agrave. Nesse sentido, cabe destacar que o governo Bolsonaro, favorável à privatização, lançou, em 2020, o Decreto n.º 10.350. Com esse instrumento legal e o aval do governo federal, as empresas podem tomar empréstimos em 16 bancos. Isso significa que, sob a fiança do povo brasileiro, a juros de quase 10% ao ano, o empréstimo autorizado é de 15,3 bilhões de reais. Esse montante, somado aos juros próximos a 10% ao ano, significa um impacto de aproximadamente 25 bilhões de reais para pagamento em 65 meses, ou seja, até o ano de 2025, e que será integralmente repassado nas contas de luz. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) ainda autorizou uma bonificação de mais de 9 bilhões de reais de aumento para as transmissoras de energia, por meio de dois aumentos nas Receitas Anuais Permitidas (RAP).

Vale ressaltar, dentre as várias ações sustentáveis que o MAB concretiza, a implantação dos Aquecedores Solares de Baixo Custo (ASBC), o que demonstra que há alternativas possíveis. Os ASBC são uma tecnologia alternativa que promove cerca de 30% de desconto mensal na conta de luz, por conta do aquecimento da água através da radiação solar, sem uso de energia elétrica durante o processo. Além do acompanhamento do MAB na instalação das placas, a implantação dos ASBC ocorre por meio de oficinas e rodas de conversa, em que se discutem temas sobre a soberania e a crise do modelo energético brasileiro, os constantes aumentos na tarifa de

energia e a privatização do setor elétrico, especialmente os casos da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Eletrobras. Destaca-se, também, a necessidade de criação de políticas públicas que possibilitem o acesso a tecnologias energéticas alternativas para o povo brasileiro, que atualmente paga a segunda tarifa de energia mais cara do mundo.

Assim, o MAB também constrói alternativas viáveis social e ambientalmente, além de expor à sociedade brasileira, de forma periódica, os nocivos efeitos ambientais da construção de grandes e médias centrais hidrelétricas no país, denunciando os danos socio-culturais às populações que vivem nesses territórios atingidos. Por outro lado, vê-se que a privatização dos recursos naturais amplia o descontrole público sobre a tarifa de energia elétrica, o que faz com que os sucessivos aumentos atinjam fundamentalmente a população mais pobre no campo e na cidade.

O quarto eixo temático, “Economia Solidária e Cooperativismo”, elucidou que o cooperativismo não é uma experiência recente, que tivemos experiências ainda no início do capitalismo, quando o trabalho cooperado se fazia presente, através do trabalho de ofício de artesãos que se reuniam para produzir mercadorias a partir do conhecimento de todo o processo produtivo. No Brasil, o cooperativismo é mais uma resistência do que uma alternativa. Para que se pudesse ter escalas crescentes, seria necessário haver um banco de financiamento das cooperativas. O Brasil já esteve mais organizado para lidar com o cooperativismo, tendo no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) a especificidade para tratar de tais demandas.

Ari de David, representante no Rio Grande do Sul da União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), em sua exposição nessa etapa do curso, exemplificou que o cooperativismo é uma porta de saída diante da

crise, buscando a cooperação, o entendimento e a ajuda mútua, seja para reconstruir a força organizativa para as políticas públicas e serviços, ou como fonte de renda, subsistência e soberania alimentar. Segundo David, a UNICAFES tem atualmente 150 mil pessoas associadas. Esse coletivo de cooperativas está organizado para a luta e o fortalecimento do trabalho cooperativo na agricultura familiar e na economia solidária no país. E a atual plataforma de reivindicações tem como pontos essenciais:

1. combate à fome e expansão da agricultura familiar, indicando a necessidade de consolidação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
2. degradação ambiental, apontando a importância de subsídios para preservação, sistema integrado de plantação, práticas de Agroecologia e geração de renda;
3. fortalecimento da agricultura familiar, destacando-se a necessidade de implementação de políticas públicas locais, estaduais e nacionais;
4. maior participação e controle social, ou seja, ampliar as formas de participação social e democratização através de conselhos e fóruns de debate e proposição;
5. acesso ao crédito, reforçando a demanda de investimentos e custeio para acelerar o crescimento (através da ampliação de créditos via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF);
6. combate ao desemprego e ao trabalho informal, considerando que cerca de 1 milhão de pessoas atua em péssimas condições de trabalho, sem nenhuma proteção ou cobertura de políticas públicas.

No campo alternativo, as cooperativas e associações têm se constituído como um dos grandes instrumentos de apoio às iniciativas, possibilitando oferta e distribuição de alimentos de qualidade. Entende-se que o que sustenta uma organização associativa são as pessoas e que uma cooperativa/associação é diferente de uma empresa capitalista ou de um empreendimento individual. Se uma empresa é uma união de capitais e de decisões pautadas na qualidade do capital que cada uma investe, na cooperativa é uma união de pessoas e de decisões democráticas, com o propósito de beneficiar a todos. O que se busca é, segundo Santos e Cristoffoli (2017, p. 36), “[...] ajudar as pessoas a extraírem suas capacidades para empreender e se relacionar coletivamente, serem conscientes delas e assim aumentar a sua autoestima e segurança”.

A apresentação desses elementos históricos e fundantes do cooperativismo nos leva a indagar a necessidade de construir bases mais emancipatórias na América Latina. Esses aspectos exigem e trazem presentes a compreensão dos princípios do cooperativismo tradicional, do cooperativismo de carácter solidário, do associativismo e da cooperação, a democratização dos processos cooperados e o método de coordenação. Por isso, é importante discutir esses elementos e superar os horizontes para se construir um futuro emancipatório para a América Latina.

Aliás, exige tanto discuti-los como reformular as bases de nossas economias; pensar, elaborar propostas para um novo modelo produtivo, distributivo, de consumo e de vida baseado na soberania popular e na justiça social e ambiental; e avançar nos caminhos de transição necessários para avançar nessa direção. Deve-se refletir e construir saídas efetivas em relação ao endividamento externo, à financeirização e ao extrativismo. É preciso que repensemos nossas economias – como forma de internacionalização e para além do país

–, alternativas de desenvolvimento e projetos de integração regional e, também, construindo ideias e práticas, tendo como referência a América Latina, Pátria Grande e Abya Yala.

O quinto eixo temático, “Organização Sindical e Popular: dilemas e potencialidades”, tratou do sindicalismo, compreendido como uma organização social destinada aos interesses dos trabalhadores, considerando as respectivas categorias profissionais, sobretudo em defesa dos interesses dos direitos trabalhistas. A luta sindical visa a superação do sistema de exploração econômica, política e ideológica da força de trabalho.

Para isso, Éverton Lazzaretti Picolotto, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), esteve presente, junto com as lideranças sindicais Alcemir Antonio Bagnara, coordenador-geral do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU), e Douglas Cenci, coordenador-geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS). Para o professor Picolotto, os sindicatos são associações criadas pelos trabalhadores para a sua própria segurança, organização, defesa e manutenção de salários e jornadas dignas de trabalho. Teve seu embrião formado na Inglaterra, em 1720, após muitos conflitos, criminalização e uma certa “coalizão do trabalho”. Uma lei de 1824 garantiu a livre associação aos operários ingleses, pois antes esse mesmo direito era restrito à classe dominante.

Diante desses elementos, buscamos dar prioridade ao tema, aprofundando principalmente o histórico do sindicalismo, com ênfase no sindicalismo rural e suas formas de organização, chegando até o contexto mais regional. Esses aspectos estão diretamente relacionados ao cotidiano da maioria dos sujeitos participantes do curso, que são protagonistas em seus espaços de organização social e sindical.

Mediante essa ressalva, destacamos que, em termos de organização sindical “oficial”, antes da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, diversas foram as formas de denominação dadas às organizações de agricultores, por exemplo, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), de 1954, e Ligas Camponesas, de 1955. Em nível nacional, a organização sindical criada em 1963 teve seu início marcado pela intervenção nos sindicatos pela ditadura sindical até o final da década de 1970. No Rio Grande do Sul, a Igreja Católica conservadora e a Frente Agrária Gaúcha (FAG) foram os principais impulsionadores da criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Naquele período, a maioria dos sindicatos desempenhava um papel assistencialista, com atendimento médico, dentário e previdenciário. No fim da década de 1970, surgiu o movimento denominado “novo sindicalismo”, que questionava a postura sindical e a prática dos dirigentes à época.

Esse movimento, organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi responsável pelas primeiras oposições sindicais da época. As oposições foram ganhando as disputas e, no fim da década de 1980, havia vários sindicatos municipais combativos fazendo lutas e reivindicando melhorias na agricultura familiar. Esses sindicatos entenderam que, juntando forças, poderiam ser ainda mais fortes. Assim, questionaram as estruturas oficiais e conservadoras (FETAG, CONTAG e STR) e criaram estruturas diferenciadas, como o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF), em Getúlio Vargas, no estado do Rio Grande do Sul, em 1997, que abrangia cinco municípios de atuação; a Federação dos Três Estados do Sul (FETRAF-SUL/CUT), em 2002; e, em 2003, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura

Familiar do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (SUTRAF-AU), sindicato unificado com atuação em 26 municípios da região do Alto Uruguai gaúcho.

As lutas históricas do sindicalismo produziram grandes avanços e conquistas para a categoria e, conseqüentemente, para o desenvolvimento regional. Grandes lutas pela reforma agrária, por saúde gratuita, por direitos previdenciários, por crédito, por seguro agrícola foram realizadas no estado e no país. Na década de 1980, as lutas pela saúde e previdência avançaram: foram muitas negociações, abaixo-assinados para os deputados constituintes, mobilizações em frente ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do estado e em Brasília. Por conseguinte, foi conquistado o Sistema Único de Saúde (SUS), o direito à aposentadoria para homens e mulheres, respectivamente, aos 60 e 55 anos, o salário-maternidade, a pensão por morte. Ainda hoje essas conquistas representam muito para o desenvolvimento social e econômico da região. A conquista desses direitos, no caso das aposentadorias rurais, além de fortalecer a seguridade social dos agricultores familiares locais, faz circular na região em torno de 500 milhões de reais anualmente.

Na década de 1990, o movimento sindical organizou oposições a algumas cooperativas e contribuiu para a criação de inúmeras outras cooperativas de produção e crédito, bem como empreendeu uma forte luta pelo crédito. Um marco importante foi a conquista, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para além da conquista do crédito, passou-se a adotar a identidade de agricultores e agricultoras familiares, antes denominados pejorativamente de colonos, pequenos agricultores ou trabalhadores rurais.

O ano de 2002 foi marcado pela forte estiagem e entrou para a história pela resistência dos agricultores mobilizados nas pontes que

unem os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No dia 8 de maio, houve uma ação agressiva da polícia contra os agricultores e agricultoras familiares que estavam mobilizados. Usando todos os meios de violência, a polícia desobstruiu a rodovia no município de Marcelino Ramos (RS), deixando centenas de feridos e 23 presos. Fruto desse lamentável episódio, a agricultura familiar conquistou o seguro agrícola, anunciado pelo presidente Lula em Erechim (RS), para mais de 10 mil pessoas. Essa política ainda hoje beneficia centenas de famílias da região e milhões de agricultores em todo o país.

Os anos seguintes também foram de muitas discussões, lutas e conquistas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (e a inclusão da agricultura familiar nele), o Programa de Habitação Rural, de Assistência Técnica, o Programa Minha Primeira Terra, bem como o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e o Proagro Mais, são alguns exemplos de programas que contribuíram para o avanço que o movimento sindical teve naquele período.

Além das lutas, o movimento sindical buscava sua consolidação na sociedade, por meio de uma forte atuação e de um sólido trabalho de base, com reuniões nas comunidades, visitas às famílias e ações municipais. Desenvolveu sozinho ou em parceria um conjunto de projetos de formação para dirigentes e agricultores e agricultoras familiares. Entre eles, podem-se destacar o Projeto Terra Solidária, Consórcio da Juventude Rural, Saúde Popular, Multiplicadores de Conhecimento para Mulheres Dirigentes, entre outros.

Outro tema de forte atuação do sindicalismo no Alto Uruguai foi no tocante às estiagens, que ocorreram nos últimos 4 anos. Houve a sensibilização junto às autoridades municipais, estaduais e federal, bem como a proposição de pautas de enfrentamento às estiagens, de políticas estruturantes, mas principalmente de crédito

emergencial e de medidas para reduzir as perdas pela agricultura familiar. A mobilização da base em reuniões e em audiências públicas municipais e regionais, as mobilizações de rua na região e no estado, e a articulação com a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional foram marcas de atuação do último período, discutidas durante a etapa do curso.

A partir de 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma, ocorreu uma série de retrocessos nas conquistas de políticas públicas. O SUTRAF-AU foi uma das entidades que fez a denúncia e foi à luta para evitar o retrocesso: foram dois acampamentos da Agricultura Familiar contra a reforma da previdência, um em 2017 e outro em 2019. Essa luta contribuiu para que a agricultura familiar evitasse a perda de direitos previdenciários. Também esteve na linha de frente, mobilizando pela vacina contra a Covid-19 e pelo fortalecimento da democracia brasileira, que esteve ameaçada.

Alguns elementos provocadores ao final do curso geraram discussão e reflexões, especialmente quando trabalhamos sobre o futuro do sindicalismo ou o sindicalismo do futuro, a luta pelo fortalecimento da agricultura familiar, a reconstrução de um conjunto de políticas públicas e a questão da produção de alimentos pela agricultura familiar, que se apresentam como desafios que o movimento sindical precisa ter na sua agenda.

O sexto eixo temático foi “Sociedade e Cultura: os conflitos geracionais e a sucessão familiar no agrário do Alto Uruguai”. O foco foi analisar o desafio da juventude rural, em especial considerando o contexto regional do Alto Uruguai gaúcho. O encontro iniciou com a exibição de parte do documentário *Celibato no Campo* (Celibato, 2010), que apresenta a problemática da intensa migração de jovens filhos de agricultores para as cidades e enfoca, principalmente, na educação de jovens mulheres, que saem para estudar e dificilmente

retornam às propriedades rurais, criando um novo fenômeno social: *o celibato masculino no campo*. Dessa forma, a produção audiovisual desoculta e aborda a questão de gênero e geracional no campo, muito presente na atualidade e que serviu para motivar o debate da etapa formativa. Esse documentário é rico ao expor representações presentes no contexto do campo através de depoimentos de personagens que dramatizam a história que o filme revela e que representam muitas vidas do interior do estado de Santa Catarina, mas também se reproduzem no Alto Uruguai Gaúcho e em outros estados do país.

A partir das reflexões promovidas pelo documentário, os assessores do encontro, os professores Darlan Kroth e Valdecir Zonin, ambos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), seguiram com a abordagem, demonstrando o “padrão” de comportamento dos conflitos geracionais no campo até meados dos anos 2000. Segundo Zonin e Kroth (2021), três motivadores ajudam na definição pela permanência no campo, ocasionando dualidades, sendo o primeiro associado à infância, o segundo à identidade, e o terceiro, ambiental:

1. Infância: período de conhecimento e adaptação com a primeira infância, quando tudo é novo e o padrão de valores é definido pelos responsáveis ou cuidadores.
2. Identidade: nesse primeiro período, a criança que cresce no campo tem ali o momento de identidade, geralmente dos 10 aos 14 anos, no qual se faz o sentido de pertencimento ao lugar e a criação de raízes.
3. Ambiental: depois desse período, a vida em comunidade/sociedade começa a aparecer em suas facetas; comparações como o tamanho de terras ou o tipo de atividade profissional começam a pesar na vida do jovem do campo; vive sempre a dicotomia entre ir para a cidade e trabalhar ou ficar no campo e cuidar das terras, continuando as atividades produtivas.

O movimento de êxodo rural é fortemente exacerbado pelo acesso às políticas públicas concentradas nos espaços urbanos. Esse é um grande diferencial em relação ao campo, sendo um dos fatores principais que acarreta a saída do jovem do campo. A precária oferta de bens comuns e infraestrutura indispensáveis à qualidade de vida forçam o deslocamento unidirecional do campo à cidade e o esvaziamento do campo. Trata-se da busca e do acesso à educação, ao emprego, ao lazer, à saúde, à cultura, ao transporte, às redes de comunicação e telefonia. Esses são fatores que empurram os jovens à cidade. Para aqueles que são forçados a não ficar no campo e a se mudar para a cidade, o desejo de estar no meio urbano fica por conta da probabilidade de conseguir trabalho, de ingressar no Ensino Superior e até mesmo da constituição de família.

Um outro elemento estrutural e que não se relaciona diretamente às políticas públicas ou à ausência delas, mas é fruto de como se estrutura a organização social no país, calcada na figura paterna nas famílias, seja na cidade ou no campo, como apontado por Zonin (2021, p. 55), é a “[...] gestão pouco participativa, centralizada no comando familiar – talvez fruto de uma herança patriarcal – e não totalmente resolvida; discriminação de gênero e geração – relegadas a desempenhar papéis subalternos nas unidades (mais voltadas ao gênero feminino) [...]”. Tais destaques são desafios referidos na intervenção de Zonin e Kroth (2021) e que precisam ser superados para que se garanta uma inversão no fluxo campo-cidade, fazendo com que a agricultura familiar possa proporcionar transformações importantes no desenvolvimento na região e no país.

Os aspectos indicados por Zonin (2021) no que tange aos gargalos presentes nos conflitos geracionais e na sucessão familiar no campo, tema deste eixo, ecoam no oitavo eixo, intitulado “Feminismo e Agroecologia: luta, resistência e emancipação no campo

brasileiro”. Ou seja, há um entrecruzamento das temáticas, existindo convergências dos temas abordados e desafiando-nos na direção do fortalecimento *da Agroecologia, da organização social e do desenvolvimento sustentável*, conceitos centrais no processo formativo que, orgânica e metodologicamente, sintetizamos. Zonin e Kroth (2021) destacam também, como desafios a serem superados e que dialogam com a centralidade patriarcal nas famílias de agricultores familiares, a necessidade de socialização das rendas internas nas propriedades familiares e o quase inexistente estímulo à introdução de processos de inovação, através da mecanização. Mas, sobretudo, a inovação pelo planejamento e potencialidade da utilização das novas tecnologias da informação para qualificar a produção, construir canais de comercialização dos produtos e minimizar os riscos da dependência da mão de obra manual (bastante reduzida na área rural).

Há ainda os novos cenários que fazem parte desse lugar: algumas ofertas de emprego vêm se materializando no campo diante dos apelos midiáticos do agronegócio e do quadro social que indica a violência. Além disso, a escassez de habitação e de trabalho digno nos grandes centros urbanos têm sensibilizado as gerações mais novas a permanecerem no campo. Esse novo contexto, chamado de *neorruralismo*, tem como protagonistas os filhos da geração que foi para a cidade em busca de melhores condições. Estes, agora, buscam viver no campo. Nota-se, porém, que muitos retornam como força de trabalho e mão de obra (empregados), e não como proprietários de sua unidade de produção familiar, cujo trabalho fazia parte das relações familiares. Há, também, alguns poucos que destoam e, como neorrurais, procuram o melhor dos mundos: a tranquilidade no interior alinhada com os serviços modernos, como *internet* de alta velocidade, e o conforto de tecnologias encontradas na cidade e adaptadas para o campo.

O sétimo eixo temático, “Meio ambiente e Agroecologia: resiliência, desafios e possibilidades”, teve como objetivo central analisar os impactos do agronegócio brasileiro e levantar discussões acerca da produção, da soberania alimentar e da sustentabilidade. Para aprofundar a discussão, contamos com a participação do professor Cláudio Fioreze, docente do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Viamão. Engenheiro agrônomo de formação e defensor das causas agroecológicas, o professor teve o propósito de contrapor os limites do agronegócio e destacar a importância da Agroecologia na realocação dos sistemas agroalimentares. Segundo Fioreze:

Em 2018, uma greve de caminhoneiros de alguns dias foi suficiente para que o sistema entrasse em colapso. Seja por razões ambientais, energéticas e econômicas, esse padrão é insustentável, pois é estruturalmente dependente do consumo de combustíveis fósseis. Por essa razão, um dos princípios da Agroecologia é a realocação dos sistemas agroalimentares. E isso só é possível através de redes de âmbito territorial. Não serão os grandes conglomerados empresariais que assumirão a função de coordenar essas redes descentralizadas de produção e distribuição de alimentos. (Petersen, 2018, s/p).

A insustentabilidade do agronegócio se estampa, gerando uma grande crise de produção de alimentos, posto que nos tornamos dependentes das cadeias de produção, bem como dos transportes de longas distâncias. Os argumentos de que o agro sustenta o Brasil ficam cada dia mais frágeis, haja vista a greve dos caminhoneiros realizada no ano de 2018, que mostrou que o sistema é totalmente dependente de um modelo vertical de logística e quase exclusivamente rodoviário:

Nem mesmo desconsiderando todos os impactos de ordem ambiental, social, econômico e da desregulação da vida e suas relações, é possível verificar a ineficiência desse modelo imposto. Isso porque sequer colocamos aqui o que de fato representa, do ponto de vista monetário e o desmatamento. Nem mesmo quantificamos os gastos de dinheiro público na criação de infraestrutura para o Agro. Sequer contabilizamos o quanto exportamos de água com a venda de *commodities*. Essa dívida ecológica não está sequer sendo mencionada aqui. Não contabilizamos a contaminação química dos habitantes brasileiros e o que isso representa de gastos públicos com o Sistema Único de Saúde (SUS). Não estamos contabilizando a erosão genética de nossas florestas (biopirataria). Se colocássemos essas e outras tantas “externalidades” na ponta do lápis, para usar o jargão do mundo empresarial, o resultado da conta seria ainda mais esdrúxulo e perverso. (Mitidiero Júnior; Goldfarb, 2021, p. 34).

Referendando as lutas variadas, a resistência que forja alguns avanços, queremos afirmar que a Agroecologia e o agronegócio, mais que divergentes, são antagônicos, pois possuem fundamentos opostos. As poucas políticas que geralmente são implementadas para a Agroecologia ainda são fragmentadas, frágeis e não se consolidam como mudanças dentro da estrutura fundiária brasileira.

Diante dessa constatação, urge intensificar a luta e a articulação das inúmeras iniciativas, dando visibilidade e apoio para que se busque incidir nos territórios, desde suas especificidades, resistências e biomas. É necessário algo que permita criar e sistematizar experiências mobilizadoras e que fortaleçam a elaboração de políticas públicas na área, ou seja, para que se busquem e se construam novos valores para a *convivência social e ecológica*. Nessa direção, aponta-

mos alguns desafios mais complexos e de maior escala, como o fato de que, para construir em maior escala, não é preciso criar outros sistemas de comercialização, estruturas de preços, incentivos de políticas; e de que grandes empresas do sistema alimentar industrializado integram verticalmente a produção, o processamento, o transporte e a comercialização de alimentos.

Na sequência, apresentamos o binômio *agricultura convencional versus agricultura sustentável*, apontando as principais diferenças entre as duas modalidades de produção, seus princípios e métodos, o que nos permite refletir de forma crítica e apontar experiências classificadas em níveis de transição agroecológica. Tais diferenças são:

1. centralização do poder e controle das multinacionais *versus* descentralização do poder, controle local e diversificado;
2. dependência de inúmeras fontes de energias externas e serviços provenientes do agronegócio *versus* baixa dependência de insumos de fora da propriedade e do complexo do agronegócio, inclusive do crédito rural;
3. domínio da natureza, eterna luta contra a natureza para extrair benefícios para a espécie humana *versus* harmonia com a natureza, sendo o homem e a natureza inseparáveis e interconectados;
4. baseada na especialização, na redução da base genética de plantas e animais e na monocultura *versus* baseada em práticas que estimulam a diversidade biológica em todos os níveis do sistema produtivo;
5. os recursos naturais são tratados como inesgotáveis *versus* comprometimento com a conservação dos recursos naturais a longo prazo;
6. a competição é vista como um aspecto positivo para a agri-

cultura e para a sociedade como um todo *versus* importância da cooperação entre os agricultores e da necessidade das comunidades rurais.

Esses aspectos demonstram que esses sistemas, como já referimos antes, são antagônicos. Portanto, reforçamos o princípio da Agroecologia, que se estrutura, segundo Fioreze, em três bases: teórica-metodológica, social-organizativa e técnica produtiva. Ainda de acordo com o pesquisador, *quanto mais um agroecossistema se parece com o ecossistema da região em que se encontra, maior será a chance de que esse agroecossistema seja sustentável.*

Há muitas iniciativas em processo e sendo implementadas e que merecem ser enfatizadas e/ou fomentadas, visto que apareceram ao longo da discussão dessa temática, seja pelo condutor, seja pelos relatos dos sujeitos participantes do curso, a saber:

- a) valorizar *de verdade* as Unidades de Conservação;
- b) visibilizar e apoiar os povos tradicionais e camponeses;
- c) fomentar as hortas escolares agroecológicas como ferramenta para trabalhar a Educação Ambiental Crítica, o Cooperativismo, a Economia Solidária e a Economia da Cooperação;
- d) ações permanentes de formação técnico-social;
- e) ecologizar políticas públicas (PNAE, PAA, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável/PMDRS, Atlas Socioambiental e outros);
- f) incentivar a inovação tecnológica (incubadoras sociais e sustentáveis);
- g) fortalecer e criar feiras e mostras agroecológicas;
- h) ampliar a ação em rede (NEAs; Ecovida; Redes de Educação).

Como estratégia geral para a Agroecologia, foi enfatizada a necessidade de valorizar os povos tradicionais e camponeses do entorno das Unidades de Conservação e das Áreas de Preservação Permanente (APPs); conectar atores sociais/productivos das cadeias agroalimentares aos ecossistemas naturais e produzir um conceito de Agroecologia de entendimento popular, tendo em vista irmos *in loco* para compreender as possibilidades de manter uma Unidade de Produção Familiar de forma sustentável e agroecológica. Assim sendo, a Agroecologia, para esses sujeitos, se reflete em vida mais saudável; produção agrícola dentro de uma lógica em que a natureza mostra o caminho; agricultura socialmente justa; trabalho na agricultura preservando o meio ambiente; novo equilíbrio das relações entre homem e natureza; e equilíbrio entre nutrientes, solo, planta, água e animais.

As discussões se encaminharam na perspectiva de demonstrar que há inúmeras iniciativas, como afirmam Tardin e Hadich (2020, p. 78), que apontam haver um movimento em curso “[...] entre ações práticas, urbanas e no campo, cabendo destacar a crescente e sistemática produção de alimentos saudáveis, associadas à regeneração da natureza, potencializando seus processos agroecológicos”. As experiências de redes para a produção e comercialização já são uma realidade e alternativa de organização de agricultores familiares na região do Alto Uruguai gaúcho. Essas redes nos permitem perceber os sinais de resistência, mostrando que há muitas formas de continuar vivendo da terra, da cooperação, da Agroecologia, desde que se some à perspectiva da construção de um outro projeto, no qual a agricultura passa a ter um cunho social.

Com esses conceitos, princípios e aprendizados em mente, foi realizada, no dia de trabalho desse eixo, no turno da tarde, após o almoço (sempre) coletivo, uma visita a Barão de Cotegipe (RS) para

conhecer a Unidade de Produção ANGICO. O nome ANGICO é uma criativa e simbólica junção: AN (Andressa) + GI (Giovani) + CO (Companhia, referindo-se a quem quiser se somar ao coletivo). “*Quem quiser se agregar será bem-vindo*”, explica o agricultor agroecológico Lucas Bertoni, agrônomo e produtor que faz parte do coletivo Girassol de Agroecologia e que também frequentou o curso de extensão¹.

A unidade agroecológica pertence a Andressa e Giovani, que também fazem parte do coletivo Girassol de Agroecologia. A experiência foi encantadora; a acolhida e o domínio de saberes são algo que realmente nos reporta para um contexto em que as dificuldades se revertem em desafios e em aprendizados. A partilha foi importante e gerou aprendizados ao coletivo do curso. Assim, consolidou-se, na prática e na experiência acumulada pelos produtores da ANGI-CO, outros fundamentos sociais, essenciais à preservação e ao desenvolvimento sustentável.

Por último, o oitavo eixo “Feminismo e Agroecologia: luta, resistência e emancipação no campo brasileiro” aprofundou mais o debate acerca da Agroecologia na interface com a questão de gênero. Para o debate, formularam-se as seguintes questões norteadoras: Quais são os novos sentidos que as experiências agroecológicas apontam? Quais são as questões atualmente colocadas para as relações de gênero? Onde estão os maiores potenciais dessas experiências?

Diante de aspectos conceituais já trazidos no item acima, reafirmou-se a importância de reconhecer as coletividades nas sociedades humanas e como estas foram se relacionando com os respectivos “agroecossistemas” (Tardin; Hadich, 2020; Monteiro, 2012; Gliess-

¹ ANGICO é a propriedade da Andressa e do Giovani. Girassol é um grupo agroecológico que, entre outras ações, entregam cestas agroecológicas através da Célula de Consumo Responsável.

man, 2000). Historicamente, os povos desenvolveram, acumularam e perpassaram por gerações modos de ser *agriculturais*. Esses modos, de acordo com Tardin e Guhur (2017, p. 44), são “[...] dialeticamente sinérgicos e antagônicos nas relações dentre si e com a natureza. No entanto, [...] não cabe dar vazão às versões idealistas que vislumbram um passado harmônico” (Tardin; Guhur, 2017, p. 44).

Dessa maneira, é ratificada a relevância de verificar junto às nossas discussões as singularidades de cada experiência, os contextos e os sujeitos. Ao falar em Agroecologia, é necessário perceber que ela se dá plasmada nas relações sociais, as quais perpassam gerações e grupos humanos, suas especificidades e as relações com a natureza. Assim, não se pode padronizar nem se perder o olhar crítico, tendo em vista suas concepções e seus princípios.

Segundo Tardin e Guhur (2017, p. 44), “[...] o gênero *homo* é parte em coevolução, como as relações sociais que se dão contraditoriamente [...]”. É dessa forma que, à medida que se imprimem os objetivos e as relações práticas, no seu devir histórico, as marcas na natureza vão se imprimindo, “[...] tendo essa como mediadora às suas relações e comunicações entre si e com ela própria” (Souza *apud* Tardin, 2012, p. 181). À vista disso, os processos formativos precisam chamar a atenção, em especial em nossa contemporaneidade, quando a natureza dá sinais de esgotamento.

Diante desse quadro, discutimos como as iniciativas, em termos de políticas públicas, ocorreram somente a partir de 2012. A Agroecologia e a produção orgânica ganharam espaço, no contexto nacional, com a Política Nacional da Agroecologia e a Produção Orgânica (PNAPO), fruto de muita luta, pressão social e política e organização popular. Programas como esses são fundamentais e indispensáveis. Entretanto, a integração da política precisa perpassar pela articulação de programas e ações indutivas de transição agro-

cológicas, indo da produção orgânica para a produção agroecológica, possibilitando novas relações e contribuição para o desenvolvimento sustentável, a fim de possibilitar melhoria e qualidade de vida, com oferta e distribuição de alimentos.

No âmbito das políticas públicas, é preciso avanços em termos de uma política estrutural, a qual ainda tem *status* de programa. Sabemos bem da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a produção de alimentos saudáveis. Esses programas se estruturam na perspectiva da soberania e da segurança alimentar. Porém, houve dificuldades de integrar essas políticas ao setor produtivo, como as limitações nas linhas de crédito para a Agroecologia, as quais precisaram ser integradas ao PRONAF.

Por último, gênero e Agroecologia, em sua materialidade, considerando a vida das mulheres camponesas, deixam o alerta para a construção de novas relações entre homens e mulheres, cujo ambiente é o espaço onde se estabelecem as relações sociais, onde o poder ainda é demarcado por dimensões patriarcais. Afirmar a Agroecologia como um modo de vida, conforme nos mostrou a experiência da visita à ANGICO, demonstra que é possível e viável, ainda que com todas as dificuldades de um contexto repleto de estratégias para invisibilizar e inviabilizar tais alternativas. É um modo de vida e de produção que resiste e traz o embrião do novo, do necessário, do esperar e da real possibilidade de tornar-se uma ferramenta alternativa a serviço da vida, pela produção do alimento saudável, do consumo consciente e do uso de tecnologias que protegem o meio ambiente e o tornam sustentáveis.

Práticas e estudos demonstram que as mulheres têm revolucionado as relações e as práticas e, no lugar da marginalização, têm bro-

tado inúmeras experiências emancipadoras e humanizadoras. Essas práticas têm gerado alimentos e saúde, curas e melhorias da vida das pessoas, utilizando, de forma equilibrada, os bens da natureza para produzir e comercializar, como exemplo, temos as feiras e as práticas integrativas, conduzidas com a amorosidade que gera vida.

Síntese reflexiva

Durante o desenvolver do curso de extensão, vivíamos um tempo em que se colecionavam perdas que iam dos direitos humanos aos políticos, dos sociais aos ambientais, com expressiva redução de financiamento das principais políticas públicas, intensificada ao longo dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016, ainda que sob o efeito das inúmeras contradições típicas do capitalismo em seu estágio neoliberal e que atravessam o Estado, os governos e a vida, esfacelando o dia a dia da classe trabalhadora no campo e na cidade e marginalizando os mais vulneráveis. A denúncia a expressões como fascismo, nazismo, sexismo, homofobia, militarismo e outros *-ismos* já idos no século passado davam tom e conteúdo às místicas e reflexões nos momentos iniciais dos encontros e prosseguiram nas reflexões subjacentes aos encaminhamentos ao longo de cada eixo trabalhado. Essas são dimensões que não poderiam ficar alheias, pois tomavam de assalto corações, consciência e mentes, aniquilando ações e projeções de grande parte dos setores populares, que juntavam força para resistir.

Ao trazer o contexto mundial em guerra, estampamos o recuo de uma visão de mundo mais globalizada em termos de solidariedade, e evidenciamos o aumento da violência, da expropriação de recursos naturais e da militarização como modo de governo dessa ofensiva neoliberal. Diante disso, urge a necessidade do trabalho

que resgate a autonomia e a humanização e ratifique a importância de afirmar e refletir sobre a paz, o empoderamento e a politização dos laços sociais solidários e comunitários dos setores populares.

Na sequência, aprofundando a análise dos impactos desse modelo societário, alternativas foram sendo reverberadas a cada encontro, como a luta pela soberania energética, pelas formas de cooperação, pela organização sindical, pela Agroecologia, embasada em elementos e práticas de Educação Popular; a concepção das organizações como organismos vivos, que se destinam aos interesses sociais e econômicos dos(as) trabalhadores(as); as transformações nas relações de trabalho e os desafios à organização política dos(as) trabalhadores(as); e as formas organizativas, as instâncias e os instrumentos de luta. Nesse sentido, a luta e a resistência se faziam presentes e, com a mesma energia que faz o sol nascer todo dia e as estrelas se movimentarem, que se impulsiona o caminho ao caminhar, à medida que as ações que nos habitam iam sendo dialogadas, partilhadas e faziam emergir pautas comuns e independentes de qualquer circunstância, a força sempre surgia no convocar para a luta e para o exercício do esperar.

Gramsci (1975), em seu pensamento, nos ajuda a compreender e agregar o elemento revolucionário da dialética em nosso fazer comprometido com as classes populares subalternas, fundada na subjetividade real da história, essa que vivíamos, cheia de retrocessos e contradições. Para o pensador revolucionário italiano, que irradia nas nossas lutas contra-hegemônicas, a hegemonia precisa ser construída *desde já*, enquanto condição, e esse é o movimento que nos forma. Segundo Gramsci (1975, p. 1558), “portanto, uma classe já antes de ir ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo) [...] antes mesmo de ir ao governo e é preciso não contar somente com o poder e com a força material que aquele nos dá para exercer a direção ou

a hegemonia política”. Assim, somos convidados a continuar analisando em que medida um processo como o desenvolvido foi capaz de produzir uma oxigenação às organizações políticas e movimentos populares, a fim de qualificar o trabalho e a participação, permitindo a construção de força emancipatória, sujeitos críticos e, ao analisar, qualificar sempre mais o processo desenvolvido.

E isso exige cada vez mais de nós, condutores, o constante diálogo e uma participação ativa e orgânica. Sabedoria para ouvir e responsabilidade para conduzir. Coordenar processos, assumir responsabilidades e executá-las desde os anseios e com os sujeitos do processo. Refletir, analisar, avaliar coletivamente e, ao final de cada momento, a lição é dar novo fôlego para que a caminhada siga oxigenada. Prosseguir, aprender, transformar e construir alternativas sob o prisma da totalidade percebida pelo coletivo é o rumo. Ensinar e aprender: formar-se dialogicamente e para a transformação!

Referências

BOGO, Ademar. **A mística**: parte da vida e da luta. *dph*, mar. 2010. Disponível em: <https://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

GRAMSCI, 1975, **Caderno I**, 44, p. 44. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2 e 3. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MITIDIERO JÚNIOR; Marco Antônio. GOLDFARB; Yamila.

O agro não é pop e muito menos tudo. Mudança climática, energia e meio ambiente. *Associação Brasileira de Reforma Agrária* (ABRA), set. 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2023.

MONTEIRO, Denis. *Agroecossistemas. Dicionário da Educação do Campo*. Organizado por: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio.; Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.67-73.

PETERSEN, Paulo. **Redes de Agroecologia como uma alternativas à agricultura industrial**. Entrevista especial com Paulo Petersen. Entrevistadora: Patrícia Fachin. Revista Instituto Humanitas Unisinos (On-line), São Leopoldo, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/579458-redes-de-agroecologia-como-uma-alternativa-a-agricultura-industrial-entrevista-especial-com-paulo-petersen>. Acesso em: 02 mai. 2023.

SANTOS, Cristina Sturmer; CRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Curso de qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura Familiar**. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2017. (Cartilha Pedagógica – Versão Cursista.)

TARDIN, José Maria; HADICH, Ceres Luisa Antunes. **Relação ser humano e natureza: potencialidades à educação em Agroecologia no Ensino Básico e Médio**. p. 67-81. *In: GOULART, Anderson Jair et al. Diálogos sobre educação do campo, resistência e emancipação social e humana: um chamamento para reflexão no/do cenário educacional*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

TARDIN, José Maria; GUHUR Dominique Michéle Periotto. Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias. **Reflexões sobre o Programa Residência Agrária**, Volume II. MOLINA, M.C. et al. Orgs. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, p. 44-94.

TARDIN, José Maria. **Cultura Camponesa**. Dicionário da Educação do Campo. Organizado por: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio.; Rio de Janeiro,

ro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p.178-186.

ZONIN, Valdecir José. **A juventude rural no Oeste de Santa Catarina: dinâmicas sucessórias desafiadoras.** In: ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. *Juventude rural e sucessão na Agricultura Familiar*. Curitiba: Appris, 2021. p. 23-58.

ZONIN, Valdecir José; KROTH, Darlan Christiano. **Juventude rural e sucessão na Agricultura Familiar.** Curitiba: Appris, 2021.

A CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
ZENICLÉIA ANGELITA DEGGERONE

A concentração fundiária e a desigualdade social são características históricas que marcam a forma de organização da sociedade brasileira (Prado Júnior, 1987; Martins, 1994). A origem dessa configuração remete ao processo de apropriação e de ocupação do território brasileiro por Portugal, através da instauração das capitânicas hereditárias, do regime fundiário das sesmarias, do processo de exploração das riquezas naturais e de monocultivos para exportação.

Na visão de Caio Prado Júnior (1978), a questão agrária no Brasil localiza-se na dimensão de classe, na contradição estabelecida entre uma ínfima minoria que se apropria privadamente da terra para satisfazer seus “negócios” e uma esmagadora maioria que, mesmo tendo seu sustento organicamente vinculado à agricultura, encontra-se coibida do acesso à terra.

Para José de Souza Martins, no Brasil configura-se uma persistência do passado nas estruturas sociais, políticas e econômicas.

Essa permanência é compreendida de modo totalmente imbricado à questão fundiária. O processo de dominação privada da terra por sujeitos sociais específicos e a posterior consolidação de uma aliança entre propriedade da terra e capital teceram amarras na sociedade brasileira (Martins, 1994) que ainda fazem persistir.

Esse processo foi sendo conformado por instrumentos jurídicos que, ao longo do século XIX, com os movimentos de posse como prática de apropriação privada da terra (1822-1850), com a transformação da terra em mercadoria (Lei de Terras) e o Estatuto da Terra, demarcaram os princípios da chamada questão agrária no Brasil.

A expressão questão agrária, segundo Stédile (1997), refere-se a estudos sobre a forma de o capital se desenvolver nos diferentes modos de produção, em especial no capitalismo. A partir da correlação de forças, se evidenciam diversos problemas agrários, no qual podemos destacar as formas de acesso e posse da terra que se constituiu no Brasil.

Desse modo, visando apresentar um panorama dessa conformação agrária, o objetivo deste estudo é apresentar alguns elementos socio-históricos que conformaram o acesso à terra no Brasil e as contradições impostas pelos instrumentos jurídicos adotados.

Para tanto, este estudo constitui-se em um artigo de revisão, que utiliza como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica e documental, com especial destaque a de natureza legislativa. O recorte temporal utilizado foi o período de 1500 até 1964, quando da promulgação do Estatuto da Terra. Dessa maneira, apresenta-se, inicialmente, uma breve retrospectiva histórica do surgimento da questão agrária no Brasil, procurando demonstrar, em linhas gerais, fatos históricos e instrumentos jurídicos que contribuíram para a implementação das sesmarias, o período das posses, a constituição da Lei de Terras e do Estatuto da Terra no Brasil.

A configuração agrária brasileira

Toda abordagem sobre as origens da propriedade no Brasil deve, necessariamente, ter como ponto de partida o Tratado de Tordesilhas, celebrado em 7 de julho de 1494 entre D. João, rei de Portugal, e D. Fernando e D. Isabel, reis da Espanha. Esse tratado dividiu o mundo, ou melhor, as terras eventualmente por descobrir, entre as Coroas Ibéricas, maiores potências de então. Nesse sentido, o acordo tem importância não somente no que tange ao direito internacional público, mas também na questão atinente à legislação fundiária brasileira, e à consequente ocupação/organização de espaço territorial do Brasil.

O Tratado de Tordesilhas estabeleceu que se traçasse uma linha imaginária de polo a polo, distante 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde em direção ao poente, mediante a qual ficariam atribuídas àqueles reinos as terras por descobrir, nos seguintes termos: as terras à direita daquela linha imaginária pertenceriam a Portugal, enquanto as terras localizadas à esquerda daquela linha seriam da Espanha.

O apossamento, inicialmente simbólico das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa, fez do rei de Portugal o proprietário das terras onde hoje se situa o Brasil, sendo este direito de origem divina, segundo argumento da época, uma vez que o Tratado de Tordesilhas foi aprovado e ratificado pelo Papa Júlio II através da Bula Inter Coetera.

O efetivo domínio da região só teve início mais tarde, a partir de 1530, quando Martim Afonso de Souza recebeu a incumbência de colonizar os domínios americanos da Coroa Portuguesa, através da Carta Régia datada de 20 de novembro daquele ano, na qual foi nomeado governador e capitão-mor das terras do Brasil, sendo este o primeiro documento sobre a ocupação territorial do país.

Muito se tem discutido acerca do estatuto jurídico do solo colonial, posto que sua efetiva compreensão implica na possibilidade

ou não de o Estado propor uma política de ocupação das terras vagas, como, efetivamente, o Estado brasileiro fez em 1850, com a Lei de Terras.

A corrente que atualmente congrega maior número de defensores, valendo citar Costa Porto, Cirne Lima, Messias Junqueira, entre outros, defende a posição de que a Coroa Portuguesa tinha domínio eminente sobre o território colonial, de tal sorte que não havia transmissão da propriedade das terras objeto das sesmarias - estas de propriedade de El-Rei - havendo, sim, o usufruto da terra, não ocorrendo a cessão do domínio aos particulares.

A ocupação territorial do Brasil pode ser definida em quatro fases: a) Período das sesmarias (1500-1821); b) Período das posses (1822-1850); c) Período da Lei de Terras (1850-1964), e d) Período do Estatuto da Terra (1964-atual).

O Período das Sesmarias (1500-1821)

O monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias, que foram doadas pelo rei D. João III a nobres de sua confiança. Essas capitânicas dividiram o Brasil em 15 (quinze) extensões de terra que se tornaram propriedades de fidalgos portugueses.

Segundo a lição de Costa Porto (1965), as Ordenações Filipinas definiam sesmarias como “[...] as datas de terras, casais ou pardeiros que formam ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são”. O disciplinamento sesmarial constante nas legislações do Reino teve como base três obrigações principais: a) os ocupantes (a qualquer título) seriam constringidos a lavrá-las e semeá-las; b) na impossibilidade de cultivarem suas terras, deveriam transferi-las a qualquer um que

pudesse cultivá-las; c) no caso de não cumprimento das obrigações acima descritas (cultivar e/ou arrendar) a área seria simplesmente confiscada ao “bem comum”.

No contexto brasileiro, essas atribuições acabaram se modificando. A primeira fase da formação da ocupação territorial do Brasil teve no regime da sesmaria ou sesmarialismo a sua principal característica. O regime sesmarial, quando da chegada dos colonizadores ao Brasil, já datava de quase dois séculos em Portugal e objetivava corrigir distorções no uso e posse das terras. Na Colônia, em razão da grande disponibilidade de terras e a falta de pessoas para cultivá-las, o sesmarialismo acabou por gerar o latifúndio improdutivo, dado a baixíssima densidade demográfica dos primeiros séculos de colonização.

E o regime sesmarial constituiu-se através da escravização, *a priori*, de indígenas e, posteriormente, de africanos, principalmente no Nordeste do Brasil, com a exploração da cana-de-açúcar. Afinal, os engenhos de açúcar, representados pela casa grande e senzala, imprimiram à economia brasileira a monocultura para a exportação e conformaram a sociedade escravocrata.

Nos engenhos, mais tarde, passou-se a criar o gado, que servia não só para o transporte da cana como também para abastecer a população. A partir de então, o gado passou a ser um novo produto da economia colonial, que muito contribuiu para a expansão das fronteiras interiores do país e veio a formar o segundo latifúndio brasileiro – as fazendas de gado.

Dessa maneira, a criação de gado possibilitou a participação na propriedade da terra a uma parte da população nativa mais pobre, o que vem a significar uma primeira brecha socioeconômica no monopólio da propriedade fundiária. Os engenhos de açúcar e as fazendas de gado estavam concentrados, em toda a sua pujança, no Nordeste

e no Norte brasileiros. Logo, no Centro-Sul, a propriedade latifundiária era voltada significativamente para a atividade cafeeicultora.

Nesse contexto, é importante destacar que a forma familiar de produção agropecuária sempre esteve presente, desde o processo de ocupação do Brasil, no entanto, esse formato familiar existia de uma forma subordinada à grande propriedade, produzindo principalmente produtos alimentícios, como cereais para o autoconsumo e para a oferta em mercados locais, pois, as grandes lavouras, na época, só produziam para abastecer à metrópole.

Contudo, o século XVIII presenciou alterações significativas no Brasil, de tal sorte a influenciar a organização fundiária brasileira. Essas modificações advêm principalmente do “crescimento da colônia”, no que tange ao aumento populacional, à maior integração territorial e ao crescimento econômico, resultado da mineração que se iniciou nos primórdios do século XVIII.

Esse processo, segundo Furtado (1964), constituiu um sistema integrado com os setores produtores de alimentos e com o setor da criação de animais de transporte. Para o autor, foi em decorrência do desenvolvimento da economia mineira que a região Sul do país integrou-se ao conjunto da economia brasileira.

O Período das posses ou extralegal (1822-1850)

Com a extinção do regime de concessão de sesmarias e a ausência imediata de uma norma regulamentadora que o substituísse, observou-se no Brasil, durante 28 anos, um regime caracterizado pela posse, ou ocupação, como sendo o principal modo de aquisição do domínio privado sobre as terras. Assim, na ausência de um poder concedente de terras (como era no antigo sistema), as extensões eram apropriadas, através da ocupação real e direta (moradia habi-

tual e cultivo da terra) e sem nenhuma solicitação às autoridades administrativas, por quem demonstrasse interesse.

Anteriormente, nas concessões de sesmarias, os sesmeiros deveriam desempenhar determinadas obrigações, como a de comprometer-se a cultivar a terra. Entretanto, muitos sesmeiros não cumpriram com esse acordo, e esse precedente possibilitou o surgimento do posseiro, que passou a ocupar e a cultivar as terras improdutivas. Nessa fase, também conhecida como de ocupação, ao pequeno lavrador só era exigido que ele fizesse da terra sua morada habitual e a cultivasse com o próprio trabalho e o de sua família.

De 17 de julho de 1822 até 18 de setembro de 1850, o Brasil ficou sem uma legislação fundiária. Esse período também é conhecido como fase “extralegal” ou das posses, visto que no período representou a única forma de apropriação territorial. Cumpre dizer que a posse, característica desse período, sempre foi uma posse ilegal, pois os ocupantes não possuíam qualquer justo título.

No sistema de ocupação, nenhuma solicitação era feita às autoridades administrativas, e as terras brasileiras, nessa fase, achavam-se forçosamente numa das seguintes situações: a) Terras integrantes do patrimônio de particulares, em razão de sesmarias em que os sesmeiros cumpriram os requisitos da cessão; b) Terras possuídas por particulares, também decorrentes de sesmarias, mas cujos sesmeiros não tivessem cumprido os requisitos da cessão, não tendo obtido, pois, a confirmação da doação; c) Terras possuídas por particulares, sem nenhum título hábil que garantisse o direito de seu ocupante; d) Terras que integravam o patrimônio público originariamente, nunca tendo sido objeto de sesmaria nem ocupadas por particulares; e) Terras que haviam sido dadas em sesmaria, e que caídas em comisso foram retomadas ao patrimônio público.

Em suma, esse período é de extrema importância para a fase

posterior da regulamentação fundiária pela Lei de Terras, ademais é objeto de profundas divergências entre os estudiosos do tema, estando divididos em dois grandes grupos, quais sejam:

O primeiro grupo, hoje minoritário, no qual se encontram, em especial, os jus-agrарistas, acredita que essa fase da ocupação territorial brasileira foi extremamente favorável às classes populares, posto que passaram a ter acesso à terra através da simples posse. Portanto, essa seria a fase do apogeu do agricultor, do roceiro, do sitiante ou dos lavradores. Os estudiosos que defendem esta postura encontram, na sua maioria, referência no argumento de Cirne Lima (1990), um clássico do estudo do tema no Brasil.

A segunda corrente, ao contrário da primeira, está preocupada em estudar o período “extralegal” da ocupação territorial do Brasil, levando em consideração não só a ausência de regulamentação jurídica sobre o tema, que caracteriza a fase, e sim a situação fática da época, através da análise histórica e sociológica do tema. Ademais, reforça essa assertiva o fato de que a pequena posse, a ocupação precária, sempre esteve presente na realidade brasileira, desde o período colonial.

Ora, a ocupação territorial do Brasil teve seu centro, em geral, na região litorânea, em decorrência dos portos de escoamento da produção para o mercado consumidor europeu. No século XIX, o Rio de Janeiro - Cidade Real – tornou-se o centro aglutinador da política nacional, sendo o local de atração de europeus não-portugueses, em especial após a abertura dos portos, que pôs fim ao monopólio colonial.

Em contrapartida, no interior do Brasil havia o predomínio da vida nas fazendas, sendo as vilas e cidades frequentadas, na sua maioria, somente em datas festivas ou em razão dos negócios e contatos com funcionários da Corte, conforme relatos de viajantes e cronistas

que percorriam o Brasil naquela época. O paternalismo e o clientelismo foram as formas marcantes da estrutura social: os grandes senhores detinham o controle sobre a terra, o poder político, o controle da administração, da Igreja e da vida pública, de tal sorte que a clientela do senhor não estava restrita apenas aos núcleos urbanos das proximidades.

O século XIX também foi marcado pelo apogeu do café, elevado ao posto de principal produto da economia nacional. O café foi introduzido na agricultura brasileira ainda em 1727, mas somente quando o açúcar e a mineração brasileira perderam importância no mercado internacional passou a haver investimento na produção extensiva do café. Até aproximadamente 1870, o Rio de Janeiro foi o maior produtor nacional de café, cujo mercado consumidor era a Europa e os Estados Unidos da América.

A expansão do café para o Sul deveu-se, especialmente, à fertilidade do solo, quase inexplorado até então, e ao clima favorável. Ao Norte do país, onde predominavam o açúcar e o algodão, houve por parte dos produtores uma certa desconfiança na introdução da nova cultura, em razão de ser permanente, demorada e exigente de grandes investimentos, o que inviabilizou o cultivo pelos pequenos agricultores.

De 1850 até 1930, o café foi o principal produto de nossa balança comercial, de modo que a economia e a política foram totalmente controladas pelos Barões do Café. Esses, comparativamente a outras elites dirigentes do Brasil, apresentavam singularidades, em especial pelo fato de que, na primeira vez na história do Brasil, ocorria a acumulação de riquezas dentro do próprio país, já que até então a acumulação ocorria no exterior.

A partir de 1850, o Brasil passou por uma “reorientação da estrutura econômica”, nas palavras de Caio Prado Júnior, porque a

mão de obra escravizada não atendia mais aos requisitos da economia, ficando evidente a contradição entre o avanço do capitalismo e a manutenção do escravismo como força de trabalho.

A Lei de Terras no Brasil (1850-1964)

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre à terra por parte da população pobre, que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava prestes a ser abolido.

O sociólogo José de Souza Martins consagrou a ideia de que a Lei de Terras no Brasil consolidou a propriedade privada ao determinar juridicamente a compra de terras como única forma de acesso legal à propriedade, “impedindo” a ocupação de terras devolutas pela população na transição do regime de trabalho escravizado para o livre e para os imigrantes que chegassem ao Brasil (Martins, 1997).

Assim, a Lei de Terras foi um artifício fundamental para as elites da época manter inalterada a estrutura agrária e resolver o problema da mão de obra para o café. Em síntese, através da Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil, a partir dessa lei, já não tinha mais “livre acesso”, era restrita a quem tinha condições de pagá-la, e esse não era o caso nem dos escravizados, prestes a serem libertos, nem dos imigrantes colonos, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café (Martins, 1997). As elites nacionais, ocupando-se de um contingente de mão de obra majoritariamente escravizada, não concebia como adequado um sistema de regulamentação territorial que implicasse em um acesso mais democratizado à terra.

Ademais, a lei teve o intuito de regularizar o sesmeiro caído em comisso e o posseiro, ambos até então em situação irregular, daí a normatização da situação desses ocupantes, para depois, excluídas as terras pertencentes ao domínio particular, chegar-se às terras devolutas. Pela Lei de Terras foram revalidadas as sesmarias ou quaisquer outras concessões que estivessem cultivadas, desde que o cessionário tivesse o local como morada habitual. Essa revalidação ocorreria independentemente do adimplemento de outras condições estabelecidas na transação.

As posses mansas e pacíficas também cultivadas e com morada habitual do posseiro seriam legitimadas. Nesse dispositivo, a Lei de Terras contrariou o costume e todas as legislações do período, legitimando, inclusive, posses que incidiam sobre terras públicas, que puderam ser objeto de usucapião.

Por fim, a lei estabeleceu que a Repartição Geral das Terras Públicas seria o órgão encarregado de dirigir, demarcar e descrever as terras devolutas, além de fiscalizar a venda, bem como promover a colonização nacional, já que o produto da alienação das terras devolutas deveria ser revertido, ao menos em parte, para o custeio da vinda de imigrantes europeus para substituir a mão de obra escravizada.

No período compreendido entre 18 de setembro de 1850 e 30 de janeiro de 1854, a Lei de Terras não foi aplicada, posto que necessitava ser regulamentada, o que só ocorreu através do Decreto de n.º 1.318/1854, conhecido simplesmente por Regulamento de 1854, legislação bastante minuciosa, composta por 108 artigos divididos em 9 capítulos.

A legislação fundiária representada pela Lei de Terras e seu Regulamento objetivou centralizar a matéria por meio das instâncias administrativas com competência para resolução dos conflitos. Inobstante a isso, por conta das conciliações ocorridas na elabo-

ração e aprovação do texto final da lei, além da prática há muito enraizada na sociedade brasileira, acabou por ficar na dependência da esfera provincial, já que antes da demarcação das terras devolutas se fazia necessário a discriminação das terras particulares, o que somente foi feito muitas décadas depois da promulgação do dito diploma legal.

Ainda, é preciso destacar que a Lei de Terra e o Regulamento de 1854 foram legislações bastante longevas, sem alterações significativas, salvo a decorrente da opção federalista da Constituição de 1891, visto que transferiu parcela significativa das terras devolutas da União para os Estados-membros, provocando tensões na esfera estadual.

Cabe referir que o contexto brasileiro do século XX foi extremamente rico em debates acerca da estrutura fundiária do país, em que pese a perspectiva predominante seja aquela profundamente marcada pelos princípios privatistas de propriedade, não sendo admitida contestação do direito de propriedade, sob nenhum pretexto, visto que esse modelo sempre foi considerado como um direito natural. No início do século XX, pode-se identificar uma série de movimentos de cunho popular, que contestam a ocupação hegemônica no Brasil, qual seja a grande propriedade. E, nesse caso, a Guerra de Canudos (1896-1897), no Nordeste, a Guerra do Contestado (1912-1916), no Sul, a Guerra do Formoso (1950-1960), no Centro-Oeste são alguns dos mais importantes episódios dessa história (Martins, 1981).

A partir da década de 1930, no Brasil, muda-se o eixo de acumulação da economia, passando da monocultura do café para indústria, e, assim, o país vai aos poucos deixando de ser agrário exportador e passa a se configurar como um país urbano industrial. Afinal, após a crise de 1929, o governo brasileiro, com Getúlio Vargas, implantou

o modelo de substituição de importações, estimulando a indústria nacional e fortalecendo o mercado interno.

A reorganização da economia a partir de novos centros de produção agrícola e a formação de uma industrialização interna, após a década de 1930, promoveu vários movimentos migratórios, tanto no sentido rural-urbano como intrarrurais, principalmente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo (Sorj, 1986). Esse processo denominado de êxodo rural causou a marginalização dos trabalhadores rurais, que foram para a cidade em busca de melhores condições de vida, entretanto, se depararam com o desemprego e a falta de condições básicas para sobreviver nos grandes centros urbanos. Os trabalhadores rurais, novamente, como acontece desde a colonização brasileira, foram explorados e colocados à margem da sociedade.

Diante disso, no final da década de 1950 e início da década de 1960, começaram a aparecer no campo militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste da luta de arrendatários pelo acesso à terra no interior de Pernambuco, o Master no Rio Grande do Sul e as organizações de posseiros no sudeste do Paraná (Martins, 1990). Essas organizações passaram a contestar a grande desigualdade social e concentração fundiária existente no Brasil, pressionando o governo para a realização de uma ampla reforma agrária no país.

A reforma agrária era vista como um processo social amplo, parte fundamental das transformações estruturais que deveriam liquidar a dominação tradicional no campo, melhorar a distribuição de renda e dar novo impulso ao processo de industrialização através da ativação do mercado interno. Entretanto, o grande e principal momento histórico para a realização da reforma agrária no Brasil ocorreu no início da década de 1960, quando se conjugou vários

movimentos sociais e militâncias de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária e, finalmente, em toda a história brasileira, o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária.

Para iniciar esse processo de organização, o presidente João Goulart, em 1963, criou a Superintendência da Política de Reforma Agrária (SUPRA), que se incumbiu de auxiliar trabalhadores e representantes a formarem sindicatos. Também em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, até então à margem da legislação trabalhista. Contudo, em março de 1964, devido ao golpe de estado e através de um pacto entre as elites, o Brasil passou a ser governado pela velha oligarquia rural, que permeava o poder político através de vários deputados, senadores, governadores, etc., e pela burguesia industrial, que, com o apoio dos militares, decidiram manter inalterada a estrutura fundiária brasileira.

A conformação do Estatuto da Terra (1964)

No ano de 1964, mais precisamente em 24 de outubro, o presidente Castelo Branco encaminhou ao Congresso Nacional – naquele contexto órgão meramente homologador das disposições do Executivo Federal – o Projeto do Estatuto da Terra, cuja principal característica era ser uma resposta aos problemas fundiários brasileiros, tomando como referência a ideia de modernização agrária, bastante relevante em razão do desenvolvimento e da industrialização do Brasil na época. Em 30 de novembro do mesmo ano, o Estatuto da Terra foi aprovado, como Lei n.º 4504/64.

O Estatuto da Terra foi o primeiro instrumento jurídico a adotar a função social da propriedade como aspecto necessário para sua legitimidade perante o Estado, critério que se sobrepõe ao título de propriedade. De acordo com essa lei, para cumprir a função social, a propriedade da terra deve desempenhar as seguintes funções: a) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela trabalham, bem como de suas famílias; b) manter níveis satisfatórios de produtividade; c) assegurar a conservação dos recursos naturais; d) observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (Brasil, 1964).

Palmeira e Leite (1997) enfatizam que a formulação do Estatuto da Terra foi resultado de um longo processo de tensões sociais, com diversos atores envolvidos. O enfoque que orientou a elaboração da Lei de Reforma Agrária teve por base a crise de abastecimento alimentar devido à baixa produtividade, ao atraso tecnológico da agricultura praticada no Brasil, bem como ao baixo poder aquisitivo da população rural.

A Lei n.º 4.504/1964 trata de diversos temas, dentre eles, como tópicos principais, reforma agrária, terras públicas e particulares, distribuição de terras, financiamento da reforma agrária, sua execução e administração, zoneamento, cadastros, política de desenvolvimento rural, tributação da terra, rendimento da exploração, colonização, assistência e proteção à economia rural, mecanização agrícola, cooperativismo, eletrificação rural e obras de infraestrutura, seguro agrícola, uso e posse temporária de terra, arrendamento rural e parceria.

Para viabilizar tal projeto, diversos instrumentos foram manejados para garantir a modernização do campo brasileiro, destacando-se o crédito subsidiado, através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965. Concedido em doses elevadas para a agricultura patronal do eixo Centro-Sul do país, privilegiou pro-

duto destinados à exportação ou vinculados a programas energéticos, como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Além do crédito, o Estado também financiou pesquisa agrícola, assistência técnica e ensinos técnico e superior necessários à formação de profissionais especializados.

Por fim, é preciso assinalar que dos principais propósitos do Estatuto da Terra, somente a modernização da agricultura foi atingida. Afinal, o custo social dessa meta, especialmente para os camponeses, foi muito elevado, pois, em razão do direcionamento dos créditos e da assistência técnica para culturas identificadas com essa modernização, culturas basicamente destinadas a abastecer o mercado externo, com o propósito de favorecer a balança comercial brasileira, foram os grandes proprietários e os grandes empreendimentos agropecuários aqueles que efetivamente se beneficiaram da chamada ‘modernização conservadora’, que não foi capaz de alterar a configuração fundiária brasileira, ainda marcadamente latifundiarista.

Os efeitos socioeconômicos dessa via de desenvolvimento capitalista sobre o conjunto da população rural foram dramáticos. Dentre eles, destacaram-se o aumento da concentração da propriedade da terra, a concentração de renda, a aceleração do êxodo rural, o incremento da exploração da força de trabalho, a ampliação do processo de expropriação de camponeses (tanto dos que viviam como dependentes dentro dos grandes domínios como dos produtores autônomos), a deterioração ambiental e a piora nas condições de vida da maioria dos trabalhadores.

Considerações finais

Ao final dessa reflexão pode-se asseverar acerca da centralidade dos instrumentos legislativos na configuração agrária/fundiária brasilei-

ra, de sorte que a lei foi e é um importante mecanismo de implementação dos interesses das elites agrárias nacionais, cujas articulações e alianças foram capazes de obstaculizar o acesso à terra por segmentos sociais menos favorecidos, garantindo a efetiva concentração da terra e, após o Estatuto da Terra, dos investimentos estatais.

Deve-se atentar que essa característica não pode ser identificada apenas em nível nacional, sendo recorrente na América Latina, em que pese no Brasil ganhar um significado mais preocupante basicamente por duas razões: enquanto outros países fizeram reformas agrárias efetivas, como é o caso do México, o Brasil não viveu essa experiência. Ademais, a extensão territorial do Brasil agrava muito esse quadro, pois temos um reduzidíssimo número de proprietários para uma área territorial gigantesca, o que faz com que uma quantidade muito grande de agricultores se encontre, absolutamente, desaposado de terras. Nesse cenário, as diferenças sociais ganham contrastes muito intensos.

Através desse estudo conseguiu-se demonstrar como a legislação fundiária/agrária brasileira foi elaborada com o firme propósito de garantir o monopólio de vastas extensões de terra para um reduzido número de proprietários, a fim de possibilitar o predomínio do latifúndio na estrutura de terras do país. O estudo permitiu identificar a estreita e perniciosa ligação entre lei e latifúndio, que vem sendo tensionada graças à ação dos movimentos sociais populares do campo.

A título de conclusão, é preciso referir-se à música de Ademar Bogo – Terra Sertaneja, que denota uma configuração territorial excludente, cuja superação somente ocorrerá com a mobilização social.

Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres em um país onde a terra vale ouro e os seres humanos,

alguns gramas de chumbo moldados em balas que fazem sangrar o destino de nosso povo sofredor! Na arte de resistir às tentativas de destruição dos nossos sonhos, nas trincheiras da criatividade se revela a rebeldia dos poetas e dos cantadores filhos da terra e da esperança no palco imaginário para onde marcham as colunas dos grandes guerreiros e lutadores sem terra. A terra no seu suspiro nos abençoa e agradece através das nuvens de poeira provocadas pelos rígidos pés descalços que seguem destemidos, construindo esta grande irmandade de companheiros em busca da dignidade perdida. Seguimos cantando [...]. Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra e o povo todo segue um só caminho na trincheira estreita plantando o futuro.

Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som de nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade (Bogo, 2002),

Referências

BOGO, A. (org.). **Gerações – Coletânea de Poesia**. Caderno de cultura n.º 1 –MST. São Paulo. 2002.

BRASIL. **Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, RJ, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 20 Nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília, DF: MIRAD, 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 20 Nov. 2022.

- COSTA PORTO, J. da. **Estudo sobre o Sistema Sesmarial**. Recife: UFP/Imprensa Universitária, 1965.
- JUQUEIRA, M. **O Instituto Brasileiro das Terras Devolutas**. São Paulo: Lael, 1976.
- LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. Goiânia: EdUFG, 2002 [1ª edição, 1954]
- MARTINS, J. de S. **Fronteira**. A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária**. In: Debates CPDA. Rio de Janeiro, 1997.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRADO JÚNIOR, C. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Capinas: Ed da UNICAMP, 1996.
- SMITH, R. **Propriedade de Terra e Transição: Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOARES, G. A. D. **A Questão Agrária na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SORJ, B. **Estado e classes na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- SOUZA, João Bosco Medeiros de. **Direito Agrário: Lições Básicas**. São Paulo: Saraiva, 1985.
- STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.

MULHERES E AGROECOLOGIA:

em busca de novas relações

NAIRA ESTELA ROESLER MOHR

ADRIANA MARIA MEZADRI

O tema proposto, que envolve tanto os estudos feministas e/ou de gênero, como a discussão sobre processos econômicos da sociedade, é bastante desafiador, tendo em vista o volume de teorias e a complexidade de relações envolvidas. Todavia, refletir e problematizar sobre elementos que possuem relações imediatas ou de repercussões históricas torna-se relevante, já que explicam muito dos atuais padrões de organização social e aceitação de normas de conduta.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que os debates que envolvem as questões de gênero têm um acúmulo teórico bastante expressivo na atualidade, produzido a partir de lutas históricas, em diferentes tempos e locais. Ou seja, muito do que os movimentos feministas acumularam foi gestado por situações concretas de necessidades e dificuldades vividas por esses grupos, tais como ausências, opressões, violências, abusos, marginalizações, dentre outros. Entretanto, se existe um conteúdo rico de estudos, teorias e movimentos, isso pode nos atrapalhar, pois corremos o risco de cometer simplificações

ou generalizações, dificultando o diálogo e a construção de alianças que beneficiem justamente as pessoas mais atingidas e interessadas.

Na nossa sociedade, rica em contradições, torna-se difícil a realização de sínteses que dão conta de apreender todo o dinamismo, o que gera avanços e retrocessos simultaneamente. Tomamos como exemplo de conquistas aquilo que algumas mulheres alcançaram na ocupação de postos no mercado de trabalho ou em relação aos direitos de participação em espaços públicos. Assim, muitas obtiveram resultados melhores quando comparados aos de tempos passados, beneficiando-se de maior status profissional, cultural etc. Porém, o usufruto dessa liberdade não ocorreu de maneira concomitante para todas as mulheres, relegando as piores condições para alguns grupos delas. Portanto, a abordagem que pauta essa reflexão está na perspectiva do termo conhecido como consubstancialidade¹, que, de forma muito sucinta, busca considerar a dinamicidade de ‘relações imbricadas entre classe, gênero e questões étnico-raciais’.

Um segundo ponto que consideramos importante diz respeito à diversidade de territórios no planeta e às manifestações multiculturais de cada local, dificultando vislumbrar a totalidade e suas devidas particularidades. Estamos partindo da ideia de uma terra latino-americana invadida e explorada nos últimos cinco séculos, cujo povo ou povos vivenciaram grandes processos de violências e sacrifícios. Obviamente, os processos ‘civilizatórios’ não ocorreram nos mesmos moldes e ritmos em cada local, embora algumas similaridades possam ser estabelecidas. Ilustrando o caso brasileiro, defendemos a tese de que todo nosso território sofre os impactos do capitalismo, patriarcado e racismo, compondo um grande ‘NÓ’, como caracteriza Saffioti (2013).

O intuito não é forçar um consenso artificial, mas buscar aproximarmos ao máximo do reconhecimento de quem somos e quais

¹ Uma melhor definição desse conceito será discorrida em seguida.

elementos estão presentes na vida social que destina determinados lugares a determinadas pessoas. Para que esse reconhecimento nos impulse rumo à tomada de atitudes, quer seja de respeito, de fufutação ou de luta pela transformação desse jeito de estar no mundo.

Por fim, esperamos que a discussão possa justamente contribuir com seu propósito: o fortalecimento do diálogo e as redes de solidariedade entre grupos que apostam em outras formas de organizar o trabalho e a vida, gerando outra economia. Afinal, se, originalmente, o termo ‘economia’ estava relacionado a uma ideia de ‘organização da casa’, esperamos que nossa luta se oriente pela ‘organização cuidadora de nossa casa comum: o planeta Terra’. Isso só será possível com pessoas engajadas em mudanças, pelas quais muitas mulheres produtoras da vida vêm criando distintas experiências.

O texto está estruturado em quatro segmentos. O primeiro busca refletir sobre o peso do projeto da colonização sobre as mulheres, evidenciando a subalternidade de diversos grupos sob a égide do modelo capitalista, patriarcal e racista no Brasil. O segundo resgata conceitos essenciais para discutir o mundo do trabalho com base na teoria marxista, fundamentando, assim, o debate em torno do trabalho feminino na atualidade, foco do terceiro momento. Enfim, a quarta parte deste artigo tem como pretensão projetar e reconhecer iniciativas que apontam para outras formas de relações humanas e produtivas, a partir da Agroecologia praticada por mulheres.

Heranças da colonização sobre as mulheres

“Minha vó foi pega a cachorro”². Essa frase pode soar de forma bizarra em determinados ambientes, mas não tão estranha em alguns círculos.

² Essa expressão foi ouvida de relatos orais quando algumas pessoas tratam de sua descendência, utilizada para identificar mulheres indígenas, geralmente de etnias que viviam de forma nômades e que foram caçadas e destinadas a viver com homens de outros grupos.

culos ou conversas, como é o caso de certas regiões em que a colonização foi mais tardia. Na busca de compreensão, veremos que ela se refere, literalmente, ao ato de caça de mulheres indígenas brasileiras.

Se analisarmos os conteúdos escolares de até pouco tempo atrás, verificamos que as referências sobre indígenas na região Sul do Brasil eram inexistentes. ‘Índio’ remetia à ideia de um passado distante, vislumbrado nas gravuras dos livros didáticos de História ou nos filmes de Hollywood, ou fruto de uma ignorância incapaz de associar esses personagens narrados aos denominados ‘bugres’ que vendiam suas cestarias em algumas épocas do ano, nas pequenas cidades do interior de Santa Catarina.

Pedimos desculpas pelo uso de exemplo tão grotesco e extremamente perverso para introduzir essa discussão e ilustrar situações de violência, do que, como ironizou Marx, ‘é a parteira da história’. O que desejamos, neste exemplo terrível de ‘caça a um ser humano’, é apontar alguns comportamentos. Primeiro, é sobre o desconhecimento sobre o passado, que não é tão passado, pois trata de práticas corriqueiras ocorridas ainda no século XX. O segundo ponto diz respeito ao estranhamento que esse relato pode nos causar, pois, mesmo ocorrendo em tempos e locais próximos, a reação imediata, quase sempre, é a afirmativa de que isso não nos diz respeito. Terceiro, e talvez o mais cruel, é o da naturalização, pois se trata de algo intrínseco aos processos civilizatórios, haja vista que seres tidos como selvagens que viviam de forma primitiva contrapunham o modelo de desenvolvimento, logo, assim como animais, poderiam ser caçados e domesticados. Esses comportamentos, às vezes combinados, vão moldando nossa sociedade, nossa forma de pensar e de portar-se diante da vida.

Nos últimos anos se pode verificar alguns sinais de mudança sobre o desconhecimento e o estranhamento sobre os povos ances-

trais no Brasil. No entanto, seria hipocrisia mencionar que esses grupos ainda não sofrem com inúmeros tipos de discriminação, privação, atrocidades etc.

Essa narrativa representa o nosso modelo de colonização à força, que se apoderou não só da terra e das riquezas provenientes dela. Apoderou-se, também, dos corpos humanos, em especial das mulheres, principalmente daquelas consideradas de ‘raças inferiores’, negras, indígenas e os cruzamentos estabelecidos nesses grupos.

Esse domínio do modelo ideal do colonizador – homem, branco e senhor de terras – não só se constituiu estruturalmente, como foi autorizado e justificado, com todos os aparatos possíveis, jurídicos, religiosos, políticos, entre outros. As formas escravocratas aqui adotadas, que, curiosamente, já estavam significativamente superadas na Europa nos tempos feudais, subjugarão nativos e africanos-mercantilizados, isso tudo legitimado pelo discurso da ‘supremacia racial’. Quando tratam da dominação exercida sobre esses povos, Almeida e Jesus (2020, p 79-80) ressaltam que esse efeito brutal foi ainda mais intenso para as mulheres:

Em ambos os casos o fato é que o contato com o colonizador foi marcado pela violência, pelo genocídio, pela superexploração, pelo silenciamento de culturas e, no caso das mulheres (indígenas e negras), também pela violência do estupro que ocorria de forma muito precoce com as jovens nas senzalas a fim de aumentar a taxa de natalidade para servir de mão de obra aos seus senhores.

As mesmas autoras chamam a atenção sobre a objetificação da mulher, considerada também elemento de propriedade na sociedade patriarcal, em que o fator racial pesava ainda mais, conforme a definição descrita pelo sociólogo Gilberto Freyre: “a mulher branca

é para casar, as mulatas para transar e as negras para trabalhar”. A hiperssexualização da mulher mestiça – a mulata, mistura que não foi tranquila entre os diversos povos – está muito presente no imaginário social (Almeida; Jesus, 2020, p. 82).

Nesse sentido, nossa organização social é profundamente marcada pelo racismo, mas também pelo patriarcado. Entendemos aqui o patriarcado em seu sentido mais amplo, como propõe Gerda Lerner (2019, p. 290), ou seja, como “[...] manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres em geral”.

De qualquer forma, essa hierarquização e desvalorização das imagens femininas e o desrespeito por seus corpos, lamentavelmente, perpetuam-se atualmente, como é o caso de notícia veiculada por meio de um manifesto da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga, 2021), cujo trecho transcrevemos a seguir:

[...] viemos por meio deste manifesto repudiar e denunciar o crime de barbárie cometida na tarde desta quarta-feira (04), no Setor Estiva, da Terra Indígena do Guarita, no município de Redentora, contra a jovem de apenas 14 anos, Daiane Griá Sales, indígena Kaingáng, moradora do Setor Bananeiras da Terra Indígena do Guarita. A jovem Daiane foi encontrada em uma lavoura próxima a um mato, nua e com as partes inferiores (da cintura para baixo) arrancadas e dilaceradas, com pedaços ao lado do corpo.

Temos visto dia após dia o assassinato de indígenas. Mas, parece que não é suficiente matar. O requinte de crueldade é o que dilacera nossa alma, assim como literalmente dilaceraram o jovem corpo de Daiane, de apenas 14 anos. Esquartejam corpos jovens, de mulheres, de povos. Entendemos que os conjuntos

de violência cometida a nós, mulheres indígenas, desde a invasão do Brasil é uma fria tentativa de nos exterminar, com crimes hediondos que sangram nossa alma. A desumanidade exposta em corpos femininos indígenas, precisa parar!

Infelizmente, o caso citado não é único dentre os abusos sofridos pelas meninas e mulheres indígenas, como também não acontece somente em locais afastados dos centros urbanos. O mesmo ódio esteve presente no assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, cujo perfil se encaixa como uma luva para aquilo que precisa ser violado, silenciado e exterminado. Era Marielle: mulher, de orientação homoafetiva, negra e proveniente da periferia do Rio de Janeiro. Exemplos dessa natureza não nos faltam.

Portanto, lutar contra as diversas formas de opressão significa reconhecer que o modelo colonizador foi sustentado por um ‘monstro’ formado por três patas: capitalismo, racismo e patriarcado. E, na voz de Mercedes Sosa, ‘o monstro é grande e pisa forte’, continuando a sapatear sobre muitos corpos.

Utilizamos esses exemplos e analogias no sentido de provocar reflexões sobre a ideia de que as diversas violências contra corpos femininos não fazem parte apenas dos tempos passados, como na perseguição às bruxas na Idade Média (Federici, 2017). Elas continuam a ocorrer no sistema capitalista, atingindo de forma mais intensa alguns grupos, como é o caso das mulheres negras e indígenas.

Apesar da existência de um discurso modernizador em torno da supremacia das atuais relações produtivas, baseadas no individualismo, na competição, no mérito e esforço pessoal, na liberdade, o fato é que, em nome da acumulação de riqueza de poucos, perpetuam-se, na atualidade, as mais precárias formas de dominação. Dito de outra forma, o modelo capitalista de produção, considerado mais

avançado em relação aos que lhe antecederam, por basear-se no trabalho livre, carrega consigo situações das mais arcaicas, materializadoras de opressão e violências.

Assim, na busca por elementos que favoreçam o entendimento sobre as violações de diversas ordens que recaem sobre as mulheres trabalhadoras na luta pela sobrevivência ainda na atualidade, voltamos a atenção para o mundo do trabalho.

Recuperando conceitos em torno do trabalho

Estudos no campo da economia política vêm há algum tempo desmistificando as dinâmicas do funcionamento da sociedade capitalista, onde ocorre a extração da mais-valia, especificamente, resultado da exploração do trabalho. Por isso, entender o trabalho humano é central.

Na medida em que as forças produtivas se desenvolveram, as formas da divisão social do trabalho também se tornaram mais complexas, ampliando as diferenças entre cada atividade produtiva. A explanação de Marta Harnecker (1983, p. 40) em torno do conceito marxista sobre a ‘divisão social de trabalho’ é bastante elucidativa, caracterizando-a como “[...] a distribuição das diferentes tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade (tarefas econômicas, ideológicas ou políticas) que se realizam em função da situação que eles têm na estrutura social”. No que se refere à ‘divisão sexual do trabalho’, é consenso afirmar que isso já ocorria nos modos de produção anteriores, porém, é no capitalismo que a segmentação das tarefas se aperfeiçoa e intensifica a exploração de seres humanos e da natureza.

Tratando dessa acentuada divisão do trabalho, com a especialização e parcelamento das tarefas, utilizamos a diferenciação entre os conceitos de ‘trabalho concreto’ e ‘trabalho abstrato’, formulados por

Marx e Engels³. Decorrente dessas análises, caracterizamos como ‘trabalho abstrato’ aquele em que o ser humano atua sobre a natureza, transformando-a, ao mesmo tempo que também se transforma. Em outros termos, ao realizar mediações com a natureza, os seres humanos produzem ‘valores de uso’ para a satisfação das necessidades de sobrevivência e, em consequência dessa realização, promovem a aprendizagem de novos processos. De outra maneira, a existência de um ‘trabalho abstrato’ é geradora de ‘valores de troca’, convertidos em ‘mercadorias’. A execução desse ‘trabalho abstrato’ não exige uma relação profunda entre produtor e produto, afastando-se, assim, de uma dimensão de humanização. Os procedimentos laborais precisam ser organizados para otimizar a fabricação de ‘mercadorias’. Como parte de uma engrenagem, cada pessoa deverá desempenhar determinado papel ou atividade para garantir o funcionamento do todo. Algumas passam o dia apertando parafusos, outras cortando asas de frango, outras dirigindo máquinas, outras atendendo o telefone, outras recolhendo lixo. Isso sem mencionar aquelas pessoas que possivelmente almejam exercer esse tipo de trabalho e não lhes é acessível, ou seja, grupo de sobrantes, denominadas de ‘exército de reserva’. Por isso, afirmamos que esse tipo de ‘trabalho abstrato’ não é mais associado à emancipação humana, ao desenvolvimento das capacidades criativas. Em geral, para a maioria das pessoas, passa a ser penoso, cansativo, elemento de limitação, de repetição, de alienação.

Com o desenvolvimento do capitalismo, cada vez mais, o ‘trabalho concreto’ é subsumido pelo ‘trabalho abstrato’, assim como a forma ‘mercadoria’ passa a ser a principal maneira de acesso de bens de consumo. O exemplo mais claro dessa constatação é o da alimen-

³ O trabalho é categoria central de análise na teoria materialista histórica dialética desenvolvida por Marx. Para nosso enfoque, interessa-nos a formulação de trabalho trazida por Friedrich Engels no texto datado de 1876 ‘O papel do trabalho na transformação do macaco em homem’.

tação, que parece brotar das estantes dos supermercados, um pão é uma ‘mercadoria’, um copo de água é uma ‘mercadoria’, uma abóbora é uma ‘mercadoria’, um cheiro verde é uma ‘mercadoria’. E, na esteira da produção de ‘mercadorias’, torna-se necessário intensificar a ação predatória, com a exploração de todos os recursos possíveis: da natureza e de muitos seres humanos. Os últimos, majoritariamente, vão perdendo sua humanidade, pois, no mundo do trabalho abstrato, não existe espaço para as potencialidades criativas e de autonomia. Na busca pela garantia da própria existência, grande parcela da população precisa vender sua ‘força de trabalho’, traduzindo-se naquilo que, normalmente, chamamos de condições de empregabilidade.

No entanto, a situação complica-se quando o mundo econômico requer menos dessa ‘força de trabalho’, e precisa selecionar alguns, sendo assim, ocorre um incentivo para a adoção de certos atributos, tais como: a iniciativa individualizada; a meritocracia; a competitividade a qualquer custo; o silenciamento e/ou extermínio daqueles considerados inferiores. Expresso em outras palavras, emergem maneiras de dominação que são muito antigas na história da humanidade, ancoradas na ideologia de supremacia de alguns sobre outros, como as relações patriarcais e o racismo, conforme discutido anteriormente.

No capitalismo, nos mais diversos espaços da vida das pessoas, afirmam-se e legitimam-se as relações de opressão e exploração baseadas nas diferenças de gênero e raça/cor. Essa discussão é tratada na próxima seção.

O trabalho das mulheres

A classe trabalhadora vem enfrentando dificuldades no contexto neoliberal, que retira direitos sociais historicamente conquistados.

No entanto, estatisticamente, as mulheres tendem a ser mais sobrecarregadas e, dentro desse grupo, podemos constatar que algumas são ainda mais exploradas. Hegemonicamente, ocorreu e ainda subsiste uma condição de invisibilidade das mulheres em seus trabalhos, no ambiente doméstico/privado e no âmbito profissional/público.

O trabalho realizado no âmbito privado sempre esteve atrelado à ideia de vocação feminina, naturalizado como uma atividade menor, mas extremamente necessária, tais como a alimentação, o cuidado com crianças, a organização da vida familiar e tantas mais. Sendo assim, é desvalorizado e desconsiderado, pois seus resultados não produzem ‘valor de troca’ ou ‘mercadoria’, que, como já mencionamos, é o que importa no capitalismo. Por isso, durante nossas vidas, tantas vezes ouvimos que muitas mulheres não trabalham, pois elas são ‘do lar’. Essa situação ocorre nos meios urbanos e rurais. No campo brasileiro, a luta das mulheres camponesas colocou em pauta uma série de direitos historicamente negados, como documentação, previdência social, posse da terra etc. Estudos comparativos comprovam que, em geral, as jornadas laborais do trabalho na agricultura familiar e camponesa são mais alargadas para as mulheres. São elas que produzem grande parte dos elementos necessários à sobrevivência da coletividade familiar, tidos como ‘valores de uso’. No entanto, o modelo **patriarcal** de família e de sociedade determina o ritmo da organização da casa e, em grande medida, a atividade feminina não é vista em situação de igualdade. Ela é definida como uma ajuda e as tomadas de decisões centrais são feitas pelo chefe familiar, por exemplo, o planejamento da produção e investimentos, sendo isso corriqueiramente aceito, para o bom funcionamento da casa e da sociedade.

A partir da década de 1970, estudiosas da sociologia do trabalho apresentaram muitos dados sobre as diferenças salariais vincula-

das à questão de gênero. A título de exemplificação, podemos citar os estudos de Heleieth Saffioti (2013) na obra *A mulher na sociedade de classes*; Danièle Kergoat e Helena Hirata (2009) em textos sobre a divisão sexual do trabalho; Elisabeth Souza-Lobo (2021) no livro *A classe operária tem dois sexos*. Esses estudos trazem denúncias sobre inúmeras diferenciações ocorridas dentro dos processos de trabalho do modelo industrial capitalista que, por sua vez, alteram diversos espaços, incluindo a vida privada das mulheres. Contribuindo com essa perspectiva, temos os estudos sobre a história das mulheres e o patriarcado, que, dentre outras coisas, coloca em evidência o trabalho doméstico não pago como funcional ao capital, com destaque para os escritos de Gerda Lerner (2019) e Silvia Federici (2017; 2019).

Sobre o contexto do mercado de trabalho, alguns comparativos entre as profissões demonstram a presença forte da ‘divisão sexual do trabalho’, tendo cargos mais destinados para homens e/ou outros para mulheres, mascarados por determinadas características e habilidades tidas como naturais. Enquanto aos homens, vistos como racionais, fortes e decididos, cabem as profissões de chefia e de maior prestígio, às mulheres são designadas atividades que exigem cuidado e sensibilidade, como as profissões no magistério e enfermagem, dentre outras. Curiosamente, muitas dessas profissões consideradas femininas são as de menor reconhecimento econômico. Outros estudos, empreendidos no ambiente fabril, indicam que, dentro de uma mesma linha produtiva, a divisão de tarefas por sexo também ocorre, sendo que, em muitos casos, a mesma função desempenhada apresenta salários diferenciados entre homens e mulheres.

Ademais, agregado a essas diferenças de gênero, temos o elemento racial presente nos estudos do Movimento Feminista Negro, que foram e continuam importantes para diagnosticar as estruturas desiguais de poder, principalmente no campo do trabalho. Es-

sas análises e denúncias, que consideraram a sociedade norte-americana, comprovaram as diversas escalas de poder ocupadas pelas pessoas, podendo ser assim hierarquizadas: 1º Homem branco; 2º Homem negro, 3º Mulher branca, 4º Mulher negra. A título de exemplo, podemos apontar as análises realizadas por Kimberlé Crenshaw sobre o caso jurídico contra a General Motors, empresa acusada por mulheres afro-americanas de discriminação racial e de gênero. No entanto, o tribunal, ao tratar do tema, desagregou o processo e recusou a acusação de discriminação, pois a defesa alegou que a empresa recrutava afro-americanos para trabalhar no chão de fábrica e que também recrutava mulheres. Crenshaw, ao analisar de forma combinada os fatores étnico-raciais e de gênero argumentou: ‘os afro-americanos na empresa não eram mulheres e as mulheres não eram afro-americanas’, ou seja, embora a GM recrutasse afro-americanos e mulheres, ela não recrutava mulheres afro-americanas (Hirata, 2014, p. 64).

Outra iniciativa mais recente está nos estudos do ‘Trabalho Care’ (os cuidadores). Citamos como exemplo a pesquisa comparativa realizada por Kergoat e Hirata em três países: França, Japão e Brasil. As autoras assinalam o paradigma da ‘consustancialidade’ no trabalho das cuidadoras, pois agregam as relações de sexo, classe e étnico-raciais. No exercício dessas atividades de ‘cuidar’, ocorre uma forte associação entre a desvalorização do trabalho doméstico e o respectivo ao cuidado no âmbito da família, geralmente realizado por mulheres e meninas, e sendo trabalho não pago.

A ideia de ‘consustancialidade’, neste estudo, também pode ser expressa pelas práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e etnia, não de forma mecânica. A análise da consustancialidade das relações sociais na perspectiva da coextensividade é assinalada

por Kergoat (2010, p. 94). Segundo ela, implica na interpretação de que “a análise de gênero, classe, etnia coexiste dentro de um mesmo sistema, se reproduzem e se coproduzem mutuamente”. Ademais, complementa que é no entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, onde “cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010, p. 100).

Nesse sentido, considerando as diferenças socioeconômicas dos três países estudados por Kergoat e Hirata (França, Japão e Brasil), o ponto comum encontrado é que são as pessoas ‘mais vulneráveis que se tornam as cuidadoras’. Comumente, são recrutadas para esse trabalho mulheres das classes baixas, das periferias e imigrantes (no caso dos países desenvolvidos). As características dessas funções estão na precarização (trabalho mal pago), na informalidade (sem direitos trabalhistas) e no enfrentamento de inúmeros preconceitos e situações de desrespeito e formas de violência. Isso se agrava onde o ‘trabalho care’ é desenvolvido com grupos de maior vulnerabilidade, como idosos, pessoas com deficiência e doentes de baixa renda, que também têm suas condições de cidadania ameaçadas. Nesses casos, ocorre uma maior desvalorização das cuidadoras, que pertencem a uma população considerada de segunda categoria, aquelas para quem não sobrou outro lugar na sociedade.

No Brasil, é notório observarmos situações em que meninas são precocemente designadas a exercer atividades de cuidado para com os irmãos menores e a realizar afazeres domésticos para que as mães possam desempenhar atividades remuneradas. Novamente, podemos associá-las à ideia de que a função do ‘cuidar’ é algo menor e, por isso, não precisa ser valorizada, atribuindo-se à perspectiva de função feminina. Esse tipo de concepção está muito presente na atualidade e tem sobrecarregado as mulheres que assumem significa-

tiva responsabilidade na manutenção econômica das famílias como provedoras, sem se desvencilhar de sua responsabilidade da manutenção da vida no espaço privado e/ou doméstico.

Ilustramos com casos concretos no âmbito do trabalho humano atual as diferentes formas de exploração/dominação que se manifestam, se perpetuam e se (re)inventam a favor da acumulação de certos grupos privilegiados da sociedade. Assim como são legitimadas práticas autoritárias que se materializam nas formas de violências contra alguns grupos considerados de menor valor: pobres, mulheres, comunidade LGBTQIA+, indígenas, afrodescendentes, imigrantes etc. Desse ponto de vista, afirmamos que certas forças atuam simultaneamente na sociedade e necessitam ser combatidas.

O trabalho agroecológico como possibilidade

Os primeiros momentos desta reflexão foram carregados pelas denúncias e pelo levantamento de situações de violência e opressão que têm ocorrido no decorrer da história sobre as mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que isso não ocorreu sem enfrentamentos e resistências. Assim, entendemos que é preciso reconhecer as positivities presentes na postura de contraposição que diversos grupos de mulheres têm exercido, elevando o grau de conscientização e sinalizando formas diferenciadas de relações.

O projeto capitalista, patriarcal e racista, além de nefasto, é insustentável, e as crises econômicas e ambientais, cada vez mais acirradas, vão mostrando a inviabilidade da manutenção da vida comum dessa maneira. Portanto, combater a lógica individualista, competitivista e violenta que predomina no atual modo de produção é necessário, no sentido de criar possibilidades de convivência mais justas e equilibradas.

Nessa direção, salientamos que iniciativas no campo da Agroecologia, em vários níveis de articulação, já vêm sendo demonstradas. O movimento agroecológico, que não se limita à esfera agrônômica com aplicação de técnicas e manejos de cultivo, desde o princípio, aponta que as mudanças devem abarcar as diversas dimensões da vida, questões ambientais, sociais, econômicas, éticas e políticas. Em outras palavras, nos pressupostos da Agroecologia, portanto, está o estabelecimento de dinâmicas mais justas e solidárias entre todos os seres, refutando a sobreposição de indivíduos sobre os outros, por razões de diferenças de classe, raça/etnia, gênero, orientação sexual, geração etc.

Podemos destacar com significativa ênfase a atuação de muitas organizações coletivas, entidades e movimentos sociais, que têm acenado para a relação necessária entre a proposta ecológica e feminista por meio de estudos, mobilizações, organização e experiências produtivas concretas.

O trabalho feminino tem representado importante parcela do desenvolvimento do arcabouço teórico-prático da Agroecologia, como atestam as autoras a seguir:

É reconhecido que, historicamente, na maioria dos lugares, as mulheres desempenham um papel importante na produção de alimentos, principalmente os considerados de subsistência. Nesse sentido, temos observado nas últimas décadas um engajamento bastante evidente de mulheres em debates e ações no campo da agroecologia. Mas para além da discussão na esfera produtiva dos alimentos, essa participação tem agregado outros elementos à vida das participantes do processo. A pauta da superação do machismo e das violências (físicas, emocionais e patrimoniais) enfrentadas no cotidiano vai, aos poucos, se materializando em novas posturas

diante da vida, com a construção de formas de relações mais salutares (Mohr; Salles, 2021).

Além disso, muitas trabalhadoras do campo estão imprimindo sua marca a partir de uma prática coletiva na produção agroecológica, de forma direta e perene, naquilo que se traduz na produção de ‘valores de uso’, mas também extrapolando essa esfera, na ocupação de espaços públicos, em eventos de discussão e/ou formação, na organização de empreendimentos de comercialização e, principalmente, em feiras agroecológicas. Esses ambientes estimulam e provocam alternativas de superação de muitas das dependências, bem como ampliam possibilidades de construção da autonomia.

Mulheres também têm sua contribuição para o arcabouço teórico da ciência agroecológica, embora com maiores desafios, pois, na arena da produção e disseminação do conhecimento científico, a desigualdade de gênero ocorre do mesmo modo. Como exemplo, citamos o estudo realizado sobre três cientistas mulheres que tiveram pesquisas importantes para a Agroecologia: Rachel Carson, Johanna Liesbeth Kubelka Döbereiner e Annemarie Conrad (Ana Primavesi). Ao analisar os trabalhos e as biografias das três cientistas, Mohr e Salles (2021) destacam duas questões: 1) a relevância de conhecimentos produzidos por mulheres pesquisadoras em Agroecologia não é proporcional ao reconhecimento social desse trabalho; 2) o trabalho feminino na produção científica da Agroecologia, assim como em outros espaços de trabalho exercido por mulheres, tem uma sobrecarga excessiva e um caráter solitário oculto. Neste sentido, acrescentam:

Ao analisar essas figuras consagradas na literatura pertinente à temática abordada, constatamos que percalços desafiadores estiveram presentes

em suas narrativas históricas. Três mulheres que nasceram em países desenvolvidos tiveram acesso ao meio acadêmico, diferentemente de muitas outras na mesma época. Ainda assim, enfrentaram pronunciado grau de dificuldades. Tais limites apontam a realidade no processo do alcance da mulher na construção do conhecimento científico, mas também um certo sombreamento de seus trabalhos, confirmado pela dificuldade em encontrar materiais que dão visibilidade a esses feitos. Por outro lado, a importância que suas atividades científicas expressam nos remetem a um sentimento de satisfação e ânimo sobre as contribuições que as mulheres desempenharam e continuam a desempenhar no desenvolvimento da agroecologia. (Mohr; Salles, 2021).

Considerando o acima exposto, quando tivemos a oportunidade de acompanhar discussões no âmbito de mulheres que assumiram a postura agroecológica, ficou evidente o acúmulo conceitual presente em suas falas, que vão se refletir na elaboração de seus objetivos e suas pautas de lutas. Sem desconsiderar outros grupos, o destaque que gostaríamos de apresentar está no contexto daquelas que compõem o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)⁴, que, particularmente, têm inferido discussões em um sentido bastante complexo, ou seja, nas mais variadas dimensões da produção da vida.

Para além do discurso ético, o pensar/agir agroecológico está presente na maioria dos momentos vivenciados por essas mulheres. Ele ocorre na hora de depositar uma muda no seu ‘berço’ fofo da

⁴ O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) foi criado oficialmente em 2004, porém sua gênese está ligada a diversas lutas efetuadas anteriormente por grupos de mulheres, tais como as do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina e as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul, ambos atuantes desde a década de 1980 (Boni, 2015).

terra e não na 'cova', usualmente reconhecido como local de plantio. Está na seriedade com que organizam uma campanha de sementes para recuperar e multiplicar a diversidade em cada canto do país, assim como está na troca de um abraço com a companheira que passa por uma dificuldade. Está no momento do estudo de diversas teorias já sistematizadas, mas também no encorajamento de que cada participante é capaz de trazer conhecimentos a partir de sua experiência. Está na troca, nos laços, na não aceitação daquilo que oprime e na coragem de mudar.

No trabalho desenvolvido por mulheres que fazem Agroecologia, reconhecemos um embrião, uma semente de novas formas de produzir a vida. Elas fazem-no observando e sentindo a terra com seus ciclos (da água, dos ventos, dos astros), conhecendo a diversidade dos seres vivos (desde os micro-organismos do solo até as plantas e animais mais complexos), como ensinam os diversos estudos de Ana Primavesi.

No decorrer de muitas gerações, mulheres das mais diversas etnias vêm mediando relações com a terra, culminando em hábitos e atitudes que possibilitaram a produção e a reprodução humana. Essa mediação intencional, planejada, refletida e criativa exige de quem a executa um olhar ampliado sobre seu meio, uma organização de seu tempo e um realizar-se enquanto ser social. Esse fazer agroecológico possui um sentido educativo materializado por um trabalho insistente de observar, planejar, analisar, cuidar, comparar, relacionar e tantos outros verbos carregados de sentidos e de vida em plenitude. Mas, também, se faz presente nas pautas de lutas, em que se refuta o domínio de relações capitalistas, raciais e patriarcais, reconhecendo no outro e na outra um ser semelhante que, de forma coletiva, pode empreender transformações.

Se tomarmos a produção do alimento saudável, compromisso

determinante assumido pelas mulheres camponesas, agricultoras, quilombolas, ribeirinhas, sem terras, pescadoras, meeiras, boias-frias, diaristas, extrativistas, dentre outras, vemos que, historicamente, desempenham um papel de guardiãs das sementes, reafirmando que ‘a luta pela vida e pelo pão’, além de ser uma luta milenar, é condição para a existência da humanidade e das espécies.

Dentre os vários aspectos que o trabalho agroecológico carrega, insistimos na ideia de que seu desenvolvimento tem se realizado pela insistência de produtoras, no cenário da pesquisa e da experimentação, em que muito conhecimento é gestado. Mas, sobretudo, nos processos de lutas e resistências, tanto nas formas de se relacionar entre as pessoas, como nas mediações com a natureza. O modelo de exploração, hoje representado pela agricultura industrial, opõe-se ao projeto de vida justa e igualitária e, por isso, necessita ser contraposto. E, decerto, as teorias e práticas acumuladas por feministas na perspectiva agroecológica podem e devem contribuir ainda mais com essa contraposição.

Considerações finais

Esse conjunto de ideias teve como foco contribuir com a discussão agroecológica, que necessita reconhecer mais o papel feminino na produção e reprodução da vida, por isso, a categoria trabalho foi a escolha de nossa análise, desde o ‘trabalho abstrato’ alienado, como o ‘trabalho concreto’ emancipador.

Em nosso entendimento, o fazer Agroecologia, por muitas mulheres que têm como um de seus princípios a produção de alimentos completos e conectados com outras dimensões da vida humana e da natureza, carrega em si uma lógica diferente ao da produção estritamente direcionada à ‘mercadoria’. Nesse sentido, aponta para

as dimensões criativas e de humanização que o ‘trabalho concreto’ carrega. Entretanto, seria ingênuo acreditar que sejam as relações hegemônicas de nosso tempo. O trabalho em seu sentido emancipador precisa ser defendido.

Apresentamos desafios e tensionamentos que persistem, bem como a necessidade de se criar estratégias inovadoras, visando encarar de forma consubstancial a problemática de gênero, classe e étnico-racial nos diferentes espaços, inclusive em ambientes considerados progressistas.

Somos conscientes de que ainda há muito para construir, envolvendo e escutando grupos historicamente invisibilizados, sempre tensionando as mudanças necessárias em nosso trabalho cotidiano.

Referências

ALMEIDA, Itamara Aparecida. JESUS, Cleidineide Pereira de. **Feminismo Camponês e Popular: Uma abordagem antirracista**. In: MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLER, Zendaide. *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 75-85.

ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. *Manifesto das Mulheres Indígenas do Brasil contra a barbárie cometida à jovem Daiane Kaingang, de 14 anos*. **Apib oficial.org**, 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/08/05/manifesto-das-mulheres-indigenas-do-brasil-contr-a-barbarie-cometida-a-jovem-daiane-kaingang-de-14-anos/?fbclid=IwAR-17gR-2qnBEN7T5u9Ef8K2Atvc-1vAHi5luBWpd5mzA9iINCBj-Ui4qbQw> Acesso em: 06 de ago. De 2021.

BONI, Valdete. **Três Décadas do Movimento de Mulheres Campo-**

nesas em Santa Catarina. In: BONI, Valdete; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; DE BASTIANI, Tânia Mara (Orgs). Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. Tubarão: Copiart, 2015.

CARSON, Raquel. [Tradução Claudia Sant'Anna Martins]. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Gaia, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2019.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico.** São Paulo: Global, 1983.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 12 de Ago de 2021.

KNABBEN, Virgínia Mendonça. **Ana Maria Primavesi: Histórias de Vida e Agroecologia.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** São Paulo: Cultix, 2019.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth, COLLER, Zendaide. **Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MOHR, Naira Estela Roesler; SALLES, Rhuane Cristine Fonseca. **O**

trabalho de produzir conhecimento: a(in)visibilidade da mulher na agroecologia. Cadernos de Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia) Convergências e divergências: mulheres, feminismos e agroecologia. v. 16, n. 1, 2021.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Manual do solo vivo:** solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. 2 ed. rev. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. 3ª ed. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA:

*a trajetória de formação do Núcleo Missões
da Rede Ecovida no Rio Grande do Sul*

CRISTINA BREMM
EVERTON PICOLOTTO

Ao ouvir a palavra Agroecologia é possível que nossa mente forme a imagem de uma propriedade autossustentável, produtora e consumidora de seus próprios recursos, ou que, quando isso não é totalmente possível, imaginemos uma propriedade onde são utilizados apenas insumos, produtos e sementes orgânicas e onde o manejo é realizado seguindo preceitos voltados à conservação ambiental e à saúde dos moradores e trabalhadores desse lugar. O que talvez não venha de imediato à nossa mente é o questionamento a respeito de quem são os agentes que se propõem a trabalhar e viver segundo um modo de vida que preza a sustentabilidade ambiental e quais os motivos que os levaram a isso.

Neste trabalho temos como intuito apresentar o processo socio-histórico que levou à formação de um núcleo de agricultura ecológica na região da Fronteira Noroeste e Missões do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente, o Núcleo Missões da Rede

Ecovida de Agroecologia¹. Para a construção deste texto, nos servimos de dados produzidos com base em entrevistas realizadas com 12 famílias agricultoras de diferentes municípios da região das Missões e da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul (Porto Xavier, Dezesseis de Novembro, Alecrim, Santo Cristo, Cândido Godói, São Paulo das Missões, Cerro Largo, Salvador das Missões e Santa Rosa), e com agentes técnicos e dirigentes locais, além de observação participante em eventos do Núcleo Missões da Rede Ecovida e análise de documentos da Rede Ecovida e do seu Núcleo Missões².

As famílias que hoje compõem o Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia nem sempre adotaram processos produtivos ecológicos em todos os seus manejos. Décadas atrás, por exemplo, passaram por vivências opostas, de envenenamento, degradação dos recursos e bens naturais nas propriedades, êxodo rural, entre outros. Nesse sentido, no texto, antes de apresentar a trajetória de formação do referido núcleo, e delinear a participação das famílias ecologistas, dos técnicos e dirigentes nesse processo, convém apresentar como foi o processo que implantou o paradigma moderno de agricultura, as suas consequências nocivas para muitas famílias agricultoras e como esses desdobramentos levaram à criação da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil.

Para além desta parte introdutória, este capítulo está dividido em mais quatro seções. A primeira trata da opção pela “modernização conservadora” no nosso país. Na segunda seção apresentamos o conceito de trajetória e como ele foi operacionalizado para analisar a

¹ Em outro trabalho tratamos das relações de mediação social envolvendo agricultores ecologistas, técnicos e dirigentes vinculados ao Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia (Bremm; Picolotto, 2019).

² A pesquisa que embasa este texto também deu origem à dissertação de mestrado em Ciências Sociais elaborada e defendida pela primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (Bremm, 2018).

trajetória coletiva de formação do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia e as trajetórias individuais dos agentes envolvidos. Nela analisamos os antecedentes históricos até o final da década de 1990. Na terceira seção apresentamos o processo de formação do Pré-Núcleo Missões e sua consolidação para, na última seção, expormos nossas considerações finais.

Modernização da agricultura e impactos socioambientais

A agricultura moderna foi desenvolvida, especialmente, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Nessa época, organizações e grupos econômicos internacionais fortaleceram suas ações de expansão por meio da oferta ampla de máquinas, equipamentos e insumos industriais aplicados à agricultura, créditos para adquirir tais produtos e pela criação de empresas de assistência técnica para a difusão de formas modernas de produção para a agricultura e acompanhamento das práticas dos agricultores. Para isso, no Brasil, contaram com a parceria de representantes do Estado, dos grandes proprietários rurais e de setores conservadores da sociedade brasileira. Assim, os agentes da modernização tecnológica atuavam indicando um pacote tecnológico moderno às famílias agricultoras: sementes selecionadas e melhoradas geneticamente, adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos e a orientação para a tomada de crédito bancário para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Nesse contexto, os cursos de Agronomia também tiveram suas grades curriculares adaptadas em prol da prática da agricultura moderna que teria por objetivos erradicar a fome mundial, aumentar a produção de alimentos e superar o atraso histórico que a agricultura representava na economia, além de contribuir para expandir o mercado capitalista no setor.

Esse processo de modernização da agricultura brasileira foi associado por diversos autores à via da modernização conservadora (Moore Jr., 2010). Nesse modelo, os governantes buscaram implementar um padrão de organização social e de Estado por meio da imposição autoritária do capitalismo e da industrialização. Foi estabelecido um governo central forte e hábil no tratamento e no convencimento dos elementos reacionários dentro das classes altas proprietárias; e construído um arcabouço burocrático poderoso que possibilitou aos governos se libertarem de pressões populares e radicais, por meio de instituições de repressão, dos militares e da polícia. Esses foram os fatores que asseguraram o êxito da via da modernização conservadora. Paralelamente, a propaganda realizada pelo governo em torno da modernização técnica na agricultura deu conta de que esse processo se destinava à melhoria de vida dos pequenos e médios produtores quando, na verdade, tinha o intuito de conter revoltas populares e responder às expectativas das elites agrárias (Fonseca, 1985; Palmeira, 1989; Domingues, 2004).

Dessa maneira, a modernização de base técnica da agricultura foi realizada sem a participação popular camponesa e terminou por prejudicar o estabelecimento da democracia e de instituições livres porque não alterou as bases estruturais da sociedade. Outrossim, os impulsos iniciais das políticas de crédito rural subsidiado não foram destinados às culturas alimentares produzidas pelos camponeses e colonos. Na prática, o crédito de custeio para a produção favoreceu apenas as culturas produzidas em larga escala, como o café, a soja, o trigo a cana-de-açúcar e, um pouco mais tarde, o milho e o arroz, beneficiando os grandes e alguns médios produtores mais capitalizados (Martine; Beskow, 1987). Com isso, a agricultura foi adequada ao mercado e suas relações estendidas para zonas mais vastas de pro-

dução de *commodities*³ exportáveis, em detrimento da produção familiar para o consumo e para a venda nos mercados locais (Palmeira, 1989; Wanderley, 2003; Domingues, 2004; Delgado, 2005).

O papel desenvolvido pelos agentes de extensão rural na adoção do pacote tecnológico do modelo da modernização agrícola foi fundamental. A prática de extensão rural foi colocada como um projeto comunitário e educativo que propunha aos agricultores a melhoria de seus padrões de vida, higiene, saúde e educação, junto ao aumento da produtividade dos seus cultivos. Contudo, a maioria das atividades de formação realizadas nas comunidades rurais ignorava totalmente a cultura local e tinha como objetivo convencer os camponeses a adotar as técnicas modernas de agricultura, como práticas cientificamente válidas, na resolução dos seus problemas (Fonseca, 1985). Partia-se do pressuposto de que os camponeses eram incapazes de compreender conceitos técnicos e teóricos por seu baixo nível cultural. Por isso coube aos técnicos e agrônomos, considerados detentores dos conhecimentos da ciência moderna, estender seus conhecimentos científicos às famílias agricultoras numa ação educativa unidirecional e avessa à possibilidade de diálogo, de apropriação e de ressignificação da parte dos camponeses sobre os conhecimentos trazidos pelos agentes peritos (Freire, 1975). A forma tradicional como as famílias praticavam agricultura era considerada arcaica. Desse modo, como foi observado por Wanderley (2003), na agricultura moderna os agentes extensionistas tornaram-se “ mestres”, instrutores dos agricultores que passaram a estar subordinados aos seus conhecimentos.

A partir do fim da década de 1970, e ao longo das décadas de

³ *Commodities* são mercadorias com baixo valor agregado. Neste caso, produtos primários oriundos da agricultura, como soja, milho, trigo, café, algodão, entre outros, que são produzidos e destinados à venda para outros países onde serão processados e industrializados.

1980 e 1990, grupos de agricultores e trabalhadores rurais, com ou sem terras, descontentes com esse modelo tecnológico excludente, com as políticas de crédito agrícola, com a assistência técnica recebida, com as intoxicações sofridas pela utilização de agrotóxicos, degradação dos recursos e bens naturais e, também, agricultores que nunca utilizaram o pacote tecnológico da modernização agrícola, ou o utilizaram parcialmente, passaram a se articular em prol de uma agricultura alternativa. Nesse processo, retomaram e ressignificaram práticas e conhecimentos próprios de seus antepassados camponeses, segundo padrões ecológicos emergentes, e criaram as primeiras redes e projetos de produção alternativa no Brasil. A exemplo da Rede do Projeto de Tecnologias Alternativas (Rede-PTA) e da Rede Tecnologias Alternativas-Sul (Rede TA-Sul), que agregavam uma série de ONGs atuantes com assistência técnica voltada à agricultura ecológica (Brandenburg, 2002; Almeida, 2003; Luzzi, 2007).

Em 1998, com base nas experiências de ecologização assessoradas pela Rede TA-Sul e nas primeiras experiências de comercialização em feiras ecológicas realizadas pelos agricultores, foi fundada a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil. Essa rede foi criada como resultado da necessidade sentida pelos agricultores, e suas organizações, em torno da ampliação do debate sobre a agricultura ecológica, sobre a regulamentação da certificação orgânica no país e sobre a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à Agroecologia. Sua proposta de atuação defende a adoção de uma metodologia de assistência técnica e de certificação participativa da produção orgânica, na qual agricultores e técnicos são considerados agentes ativos no processo, utilizando-se de ações coletivas e endógenas como tentativa de negociação e equilíbrio entre o laudo técnico e a palavra dos agricultores (Radomsky, 2009, 2010; Perez-Cassarino, 2012; Lucion, 2016).

Os antecedentes: as trajetórias coletivas e individuais dos agentes

Neste trabalho adotamos o conceito de trajetória descrito pelo sociólogo Pierre Bourdieu para tratar da trajetória coletiva do Núcleo Missões e das trajetórias individuais dos agentes nele envolvidos. Segundo Bourdieu (2006), uma trajetória é uma série de posições ocupadas, ao longo do tempo, por um agente (ou grupo) situado em um espaço social onde se exprimem as disposições do *habitus* e no qual está confrontado aos demais agentes. Sendo assim, a trajetória social de um indivíduo ou de uma coletividade não se sucede somente segundo suas escolhas, mas está sujeita ao confronto com as posições ocupadas pelos demais agentes sociais e à desigual distribuição de capitais presentes naquele universo social. Nessa perspectiva, no estudo das trajetórias sociais, é preciso cotejar os elementos estruturais que condicionam os agentes sociais com os sentidos que estes dão aos acontecimentos que conferem unidade, que revelam um norte e que também podem ser apontados pelos indivíduos como organizadores do seu projeto de vida, do passado e do futuro (Facina, 2001).

A esse respeito, Velho (1981) e Vianna (2001) identificam que não existem projetos de vida puramente individuais, posto que o projeto é uma mistura de fatores históricos, sociais, culturais, psicológicos e emocionais que impossibilitam sua constituição como fenômeno estritamente subjetivo. Portanto, os projetos contêm em si a dualidade entre a liberdade de escolha dos indivíduos e o campo das possibilidades e restrições de escolha histórica e socialmente definida. Isso ocorre porque a identificação e existência de um projeto individual formatado por um agente passa por sua verbalização ao público, a fim de que ele seja reconhecido e aceito pela coletividade, mesmo quando a coletividade é representada por grupos menores como a família ou a comunidade moral da qual o sujeito participa.

Nesse sentido, em relação à trajetória coletiva de agricultura familiar na região das Missões e da Fronteira Noroeste do RS, foi possível perceber que historicamente essas regiões são marcadas pela prática da agricultura em pequenas e médias propriedades, tendo como objetivo a reprodução social do grupo familiar por meio da comercialização de alimentos destinados ao consumo das famílias brasileiras, como feijão, batata-doce, aipim, milho, pipoca, amendoim, frutas, verduras, legumes, carne, leite e seus derivados. Com a modernização agrícola, muitas famílias apostaram na produção de soja, milho, trigo, leite e fumo como os principais produtos da propriedade destinados à comercialização. Contudo, no caso das famílias agricultoras ecologistas pesquisadas, percebeu-se que muitas delas adotaram apenas parcialmente o pacote tecnológico da agricultura moderna e algumas não tinham por prática utilizar fertilizantes químicos e agrotóxicos nas produções:

[Os pais] eram agricultores por um tempo, depois eles tinham moinho e carpintaria. Mas é que nós sempre lidamos, também desde crianças, a gente lida com um pedacinho de terra [...] E eu sempre lidava na roça. [...] **[E os pais de vocês chegaram algum momento a usar veneno ou naquela época não tinha ainda?]** Não. Não tinha, não [...] *Só era carpida (Agricultor Ecologista Cleiton. Em negrito está a fala da pesquisadora).*

Naquele tempo [do meu pai] não se usava veneno nenhum. Não tinha nem noção, né. Daí depois que veio a soja e outras coisas, daí começou a vir as lagartas e isso mais aquilo, daí é que partiram para o veneno, mas sem conhecimento nenhum de veneno (Agricultor Ecologista Marcos).

Os pais eram pequenos agricultores [...] [a agricultura] era tradicional. [...] Daí quando começou o adubo, calcário, nos anos 1970 [...] eu fiz

o curso de suinocultura em 1968, aí a primeira vez eu ouvi falar de calcário e adubo, no curso, né. Não tinha [antes disso]. Depois a gente voltou pra casa e começou a usar adubo, daí começou a melhorar a produção porque as terras eram fracas (Agricultor Ecologista Carlos).

Diante das dificuldades que vinham enfrentando, como a baixa produtividade das terras, a pobreza, o tamanho numeroso das famílias, e em virtude das tecnologias produtivas modernas, fortemente difundidas para a agricultura no período da Ditadura Militar brasileira, esses agricultores, quando jovens, decidiram aplicar, senão de forma integral ao menos parcialmente, o pacote tecnológico da Revolução Verde. Após algumas experiências malsucedidas, como intoxicações recorrentes pelo uso de agrotóxicos, inadequação do tamanho e relevo acidentado das propriedades aos cultivos de soja, milho e trigo, as famílias agricultoras passaram a considerar, e até mesmo resgatar, outras formas de cultivo e manejo, como revelam as falas abaixo:

[...] primeiro eu me intoxiquei porque eu não sabia. Aí eu fiz o tratamento e fiquei bom [...]. Só que daí veio o [...] veneno de pó pra lagarta de soja [...] E daí nós passamos dois anos, eu acho que, esse pó [e eu me intoxiquei novamente]. E daí eu disse “Olha. Sabe de uma coisa? Vamos parar com esse negócio porque isso aí vai matar! O quê que adianta ter dinheiro e morrer envenenado”. E daí nós começamos a parar. (Agricultor Ecologista Carlos).

Primeiro, nas Romarias da Terra, nos chamava a atenção o cuidado com o solo, com o veneno. Cuidar mais da mãe-terra. Aí sempre exibindo que isso podia afetar a saúde e aí começamos [...] Nós criamos um... Um medo disso. A gente diz “Isso é um perigo para a saúde” (Agricultor Ecologista Cleiton).

Importa ressaltar que a partir de meados da década de 1980 a região ficou marcada por movimentos de oposição à construção de barragens no leito do Rio Uruguai e manteve contato com as discussões sindicais realizadas em outras regiões em torno da corrente rural da Central Única de Trabalhadores (CUT-Rural). Foi a participação nos movimentos sociais dos atingidos por barragens (MAB), dos pequenos agricultores (MPA), nos movimentos sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da CUT-Rural e nas discussões ambientais realizadas junto às Igrejas Católicas (Dioceses), Luteranas (IECLB) e Anglicanas (IEAB) que incentivou as famílias agricultoras da região a procurar tecnologias alternativas de produção para a agricultura. Várias opções foram testadas como saída para a crise agrícola, agrária, econômica e ambiental que estava levando à migração acentuada de famílias agricultoras para as regiões metropolitanas do estado. Algumas tentativas realizadas foram a retomada da criação de suínos, porém dentro do padrão de integração industrial dos agricultores às empresas de insumos e processamento da carne; o estabelecimento da cadeia produtiva do leite que permitiu a comercialização de um produto antes destinado principalmente ao consumo doméstico; a implementação de algumas experiências de produção de fruticultura, especialmente nas regiões declivosas favorecidas pelo microclima da encosta do Rio Uruguai; horticultura; piscicultura; criação de rãs e coelhos; agroindustrialização de alimentos, como o melado e o açúcar de cana. Contudo, essas experiências se mostraram limitadas para a reprodução social familiar nas pequenas propriedades da região porque esbarraram na falta de mercados compradores para os pequenos volumes de alimentos produzidos pelos agricultores, como demonstram as falas a seguir:

Aí vem esse discurso da diversificação e da agregação de valor, assim, como grandes saídas e, mais ou menos, todos os atores sociais que têm opinião sobre a agricultura e coincidem passam a fazer esse discurso. Do banco à grande cooperativa, a academia [...] Em parte, os pequenos agricultores também aderem a esse discurso, a assistência técnica e a extensão rural, também, propagam que é isso e aí passa a se experimentar um conjunto de iniciativas de produção nessa linha. [...] E isso aí teve uma limitação. [...] na primeira metade da década de 1990 se começou a questionar isso porque você produzia uma outra coisa, mas os problemas continuavam: falta de renda, o endividamento agrícola e a acelerada saída de pessoas do meio rural. Então, têm alguns municípios, assim, da região que são muito marcados pelo êxodo. [...] e procura diversificar alguma coisa com fruticultura, há projetos de fruticultura na região, mas eles não se completam [...] porque não se pensou na sequência, principalmente na comercialização. E a chamada agregação de valor, quando chegou nessa fase, os atores que estavam propondo recuaram. [...] há um momento que esse pessoal, sempre desse ambiente do Movimento Sindical e das Igrejas, começam a fazer o seguinte debate: “Não adianta só diversificar, nós temos que nos organizar de uma maneira diferente e ter uma proposta de produção diferente”. Daí começa na região a surgir uma discussão, então, desses agricultores, formar associações e cooperativas com o desenho de que isso fosse mais deles (Mediador Técnico-Político Diego).

[...] E daí a gente participava dos sindicatos e a discussão vinha um pouco na organização. Daí, depois, começou as associações e a Emater começou a discutir associações [...] nos anos 1980, né. É, 1980. Depois isso tudo deu problema [...] Então, a gente

começou e disse “Bom. A associação é muito pouco porque a associação ela não... é uma maneira de se organizar, de produzir em conjunto, mas ela não pode vender [...] ela não tem nota, ela só pode comprar em conjunto. E o grande problema era que as poucas coisas que os agricultores produziam, alternativa, de produção alternativa, as grandes cooperativas não compravam. [...] Então, a gente começou a transformar associação em cooperativa, porque ainda existiam algumas associações, transformar essas em cooperativas e criar novas cooperativas. E, nesse sentido, de a gente poder incentivar a produção e ter quem comercializasse isso para os pequenos (Agricultor Ecologista Carlos).

Em virtude desse cenário de falta de mercados para a comercialização dos alimentos das famílias agricultoras, durante as décadas de 1990 e de 2000, os agricultores e suas organizações de representação decidiram transformar algumas associações de pequenos agricultores em cooperativas agropecuárias de agricultura familiar, geralmente uma por município, com o intuito de viabilizar o processamento e a comercialização para as famílias que tinham uma produção alimentar bastante diversificada, mas em pequena escala. O incentivo ao cooperativismo, à economia solidária e à produção agroecológica foi estimulado através de vários programas desenvolvidos pelas entidades da região.

Desde 1993, quando foi realizado o II Encontro Regional da Pequena Propriedade (ERPP), o Departamento de Educação e Comunicação da Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (Cooperluz) tomou a iniciativa de realizar e custear o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) com a preocupação de estimular as crianças e os jovens da região, principalmente rurais, a pensar a cooperação como alternativa para o desenvolvimento da re-

gião e a superação da crise na agricultura familiar (Andrioli, 2007). Isso porque as grandes cooperativas da região, nas quais as famílias eram associadas, tinham enfoque voltado à comercialização das *commodities*, em detrimento dos alimentos produzidos em menor escala, como detalham as falas a seguir:

E aí depois, mais pra diante, começou a história do leite, que as grandes cooperativas fizeram o que fizeram agora, de novo. [...] na época, quem não tinha 30 litros de leite por dia – sabe o quê que é isso, 30 litros de leite por dia? – esse não podia mais vender. Ele teria que vender em nome do leiteiro e o leiteiro iria pagar ele, a cooperativa iria pagar o leiteiro. E aí muita gente iria parar. E aí nós fizemos a discussão no conselho [da Cooperluz], eu me lembro ainda, de “Como é que vai pagar luz se não vende leite?”. Se não vende aqueles 30 litros de leite, era certo que nós não iríamos receber a luz. [...] aí a gente fez uma intensificada nessa discussão, nas regiões que mais problema tinha, de que as cooperativas tinham, e fez pressão em cima, que as cooperativas tinham que começar, tinham que achar um meio de entrar no leite, de fazer linha de leite, pra fazer a contraposição dessa proposta. E aí a gente começou. [...]Juntamos uma turma de produtores que fizemos. [...]E, claro, depois deu, as grandes empresas, as empresas começaram a crescer no leite e começaram a fazer e começaram a nos jogar fora, né, porque daí o grande domina de novo (Agricultor Ecologista Carlos).

E aí em 1996 ocorre a ruptura. As cooperativas vendem o sistema de leite para a Elegê e esses agricultores ficaram meio assim né. [...] Então esses agricultores estão metidos nessas cooperativas, as cooperativas quando separam das grandes montam as pequenas, as primeiras botadas que elas fazem é para sistema de leite. [...] é de uma história em que a região vem construindo cooperativas desde

1993, ano em que faz o encontro chamado ERPP, Encontro Regional de Pequena Propriedade, [...] a região vem entendendo que as grandes cooperativas não são a saída, são as pequenas. [...] A gente teve aqui uma formação muito grande nos anos 1980, que era o GEA⁴, Grupo de Estudos Agroeconômicos, coisa parecida assim. Era uma corrente vinculada à ADS, dentro do grupo da política partidária, que fazia assessoria já para esses agricultores. Então daí que surge a dimensão deles ir pulando para fora das cooperativas grandes porque as cooperativas elas têm de tudo um pouco, mas cada vez mais elas iam indo só para a linha do trigo, soja, milho e leite (Mediador Técnico-Político Guilherme).

Durante os debates realizados nos ERPPs, chegou-se à conclusão da necessidade de fortalecer e consolidar alternativas de produção, processos de organização e canais de comercialização para os pequenos agricultores e isso foi sendo testado e experimentado ao longo do tempo. Primeiro com pequenas cooperativas de leite, depois passando para o processamento de outros produtos, como hortifrutigranjeiros, melado e açúcar da cana, mandioca, batata-doce e milho crioulo. Após a realização do III ERPP, a Cooperluz e a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF) passaram a desenvolver o Programa de Formação da Agricultura Familiar (PAF), que tinha por objetivo discutir práticas orgânicas e ecológicas na produção de alimentos com a finalidade de tornar a agricultura familiar autossustentável. Além da produção ecológica e da organização da propriedade, no PAF era discutida a

⁴ Segundo Bernardi (2011, p. 71), o Grupo de Estudos Agrários (GEA) era uma ONG que promovia formação, assessoria e educação popular junto às agricultoras familiares na década de 1990. O trabalho dessa instituição também contribuiu nos processos de formação de cooperativas da agricultura familiar ao longo das décadas de 1990 e 2000.

cooperação na agricultura familiar por meio de cursos, palestras e outras atividades (Bernardi, 2011). Outro programa desenvolvido pela Cooperluz é o Programa Cooperação Ativa (PCA), que visa a formação para o desenvolvimento sustentável e o apoio financeiro às instituições que prestam assessoria técnica aos agricultores com o intuito de viabilizar as cooperativas familiares (Cooperluz, 2018a). A realização desses programas, PAF e PCA, contribuiu para ampliar e multiplicar os debates realizados nos ERPPs.

Para compreender melhor todo o processo de interação que, mais tarde, culminou na fundação do Núcleo Missões importa destacar, rapidamente, o histórico da Cooperluz e da ASTRF, instituições que desenvolveram trabalhos importantes com as famílias agricultoras ecologistas e que, no caso da Cooperluz, ainda desenvolve trabalhos incentivando a Agroecologia e o cooperativismo, além de auxiliar financeiramente a ONG Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (AREDE), que atualmente coordena e dirige o processo de certificação da produção no Núcleo Missões.

A Cooperluz é uma cooperativa de eletrificação rural fundada em 5 de dezembro de 1970 como resultado do incentivo oferecido pelo governo federal através de programas de eletrificação. A cooperativa está sediada no município de Santa Rosa e possui como visão ser referência regional em distribuição de energia elétrica e cooperativismo (Cooperluz, 2018a). Além do PAF e do PCA, a Cooperluz desenvolve o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) desde 1993 e os temas trabalhados com os estudantes seguem os eixos: cooperação – vida e empreendimento; economia solidária; ecologia e agroecologia – educação para o consumo consciente, no intuito de realizar a formação de lideranças desde as escolas⁵. Todos os pro-

⁵ Segundo Cooperluz (2018a, 2018b), em 2017, o PCE atendeu 15 escolas de seis municípios da área de abrangência da cooperativa e trabalhou com estudantes do 7º ao 9º ano

gramas desenvolvidos pela Cooperluz auxiliaram na transformação das primeiras associações de pequenos agricultores em cooperativas da agricultura familiar e incentivaram a criação de pequenas cooperativas em outros municípios, que aceitam apenas a entrada dos agricultores familiares camponeses.

A ASTRF também é uma entidade que em vários momentos apoiou as mobilizações dos agricultores nas décadas de 1980 e 1990, principalmente as lutas contra as barragens no leito do Rio Uruguai, a queda da correção monetária em 1987 e, mais tarde, na década de 2000, o direito por aposentadoria, documentação própria e bloco de produtora individual para as mulheres trabalhadoras rurais (Rambo, 2006; Bernardi, 2011). Em 1994, a ASTRF foi fundada como entidade jurídica e, em 1998, a Agroecologia foi incluída em seus ideais e ações de trabalho tendo em vista a incompatibilidade dos preceitos oficiais para a agricultura em relação à agricultura familiar e a realidade ambiental vigente. O trabalho da ASTRF organizou-se em torno da captação de recursos financeiros e da criação de projetos de produção alternativa, oferecendo assistência técnica e contratando serviços coletivos de contabilidade para auxiliar os pequenos agricultores e agricultores ecologistas.

Até aqui vimos a importância do contato e da participação das famílias agricultoras locais nos debates ambientais realizados dentro das Igrejas (Católica, IECLB e IEAB) e dos movimentos sociais (MAB) e sindicais ligados à Fetag e à CUT-Rural que as conectaram com as discussões sindicais e ambientais mais amplas. Isso incentivou as famílias da região a procurarem outras maneiras de permanecer na agricultura e a se organizarem para criar as cooperativas

do ensino fundamental. Os alunos da etapa final do programa receberam a oportunidade de viajar para conhecer uma cooperativa de agricultura familiar em Ametista do Sul e uma cooperativa de garimpeiros do Médio Alto Uruguai.

de agricultura familiar a fim de viabilizar a comercialização dos seus produtos. Nesse processo, receberam formação e apoio dos programas desenvolvidos pela Cooperluz e pela ASTRF. Durante meados da década de 2000, a ASTRF deixou de existir e para continuar a captação de recursos e a criação de projetos voltados à produção agroecológica foi criada a ONG AREDE.

A consolidação do núcleo missões: um espaço de reconhecimento para as famílias agricultoras ecologistas

Como resultado das discussões desenvolvidas pela Cooperluz e entidades parceiras, no ano de 2002 foi criada a Cooperativa Central de Agricultura Familiar (Unicooper), em Santa Rosa, para reunir as cooperativas de agricultura familiar criadas em diversos municípios da região, fortalecer sua organização e viabilizar mercados para os agricultores. Durante a pesquisa de campo, em 2017, essa central reunia cerca de 15 cooperativas. Seu enfoque é direcionado para a produção orgânica, ecológica ou em fase de transição com vistas a incentivar a sustentabilidade na agricultura familiar (Unicooper, 2018). Ela atua fornecendo produtos biológicos às famílias agricultoras ecologistas; possui um ponto de comercialização de alimentos orgânicos em Santa Rosa; e disponibiliza um caminhão que recolhe e transporta os alimentos das famílias associadas para um grupo de 250 consumidores do município de Santo Ângelo.

Muito próximo à criação da Unicooper, em 2001, as entidades da região (Cooperluz, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs e cooperativas) fundaram uma nova ONG no município de Santa Rosa, a AREDE⁶, com o intuito de disputar e arrecadar recur-

⁶ A Arede é uma entidade composta por entidades parceiras que contribuem para sua manu-

sos federais e estaduais para a realização de ações com os agricultores familiares ecologistas inseridos nas cooperativas de agricultura familiar. As lideranças regionais diagnosticaram a queda na mobilização em torno da Agroecologia ao longo da década de 1990, principalmente porque as cooperativas de agricultura familiar reuniam tanto as famílias ecologistas quanto as famílias que optaram por seguir na produção convencional em pequena escala. Portanto, além de ser constituída para prestar formação e assessoria para um grupo mais amplo de entidades, a AREDE foi criada para reforçar as iniciativas desenvolvidas pelas primeiras famílias agricultoras ecologistas desde a década de 1980. No final da década de 1990, algumas lideranças das pequenas cooperativas regionais já haviam tomado conhecimento sobre a Rede Ecovida de Agroecologia devido às discussões sindicais realizadas no âmbito da CUT-Rural. No entanto, a aproximação dos agricultores da região com a Rede Ecovida se deu principalmente pelo trabalho realizado pelos mediadores da AREDE.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010, os mediadores que participaram da criação da AREDE iniciaram intercâmbios e movimentos em direção da reaproximação com técnicos, agricultores e articuladores de núcleos da Rede Ecovida já formados até o momento, como o Centro Ecológico, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), os Núcleos Litoral Solidário, Serra e Planalto. No decorrer dessas aproximações, muito em função das trajetórias individuais de cada mediador, relações que já haviam sido estreitadas

tenção financeira em troca de assessoria técnica em alguns projetos e atividades. No ano de sua fundação, era composta por 13 entidades associadas. Dentre elas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Santo Cristo, Porto Lucena e Porto Vera Cruz; Cooperluz; Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana); Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Produção Agrícola da Região de Santa Rosa (Sindicooop); Sindicato dos Municipários de Santa Rosa; Sindicato dos Comerciantes de Santa Rosa; Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers Sindicato) – 10º Núcleo Santa Rosa; Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina; Igreja Católica – Diocese de Santo Ângelo; IEAB e IECLB.

no passado, em trabalhos realizados fora da região de abrangência do Pré-Núcleo Missões, foram retomadas e reforçadas. Isso resultou na troca de mudas; na vinda de mediadores da Serra e do Centro Ecológico para proferir palestras aos agricultores; bem como em convites para viagens aos outros Núcleos da Rede, como é evidenciado pela fala de um agricultor:

Daí [...] teve a discussão da Rede Ecovida. A Rede Ecovida, isso já começou, também, nas áreas sindicais, na discussão da CUT, e daí a gente conheceu. E daí ficou essa questão da certificação da Rede Ecovida, que [...] foi criada lá na região da Serra, e coisa assim. E daí teve a primeira, eu nem sei que ano que foi, teve uma discussão em Passo Fundo, eu acho, sobre a Rede Ecovida, que a Cooperluz pagou um ônibus pra ir, pro pessoal ir naquela discussão e aí foi indo. E daí isso ficou um pouco parado e depois foi começado a participar mais. Então foi inúmeras, inúmeras vezes, que foi o carro da Cooperluz pra participação [...] (Agricultor Ecologista Carlos).

A discussão à qual o agricultor se refere aconteceu no 4º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado em Passo Fundo (RS), em 2003. A participação nesse encontro e os intercâmbios realizados resultaram no convite às entidades da região das Missões para apresentarem a proposta de sua entrada na Rede, enquanto um Núcleo Regional. Portanto, no 5º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado no município de Praia Grande (SC), no ano de 2005, foi oficializada a proposta de integração do Pré-Núcleo Missões à Rede, assim como a associação da Ong Arede à Ecovida. Em 2007, o Núcleo foi aceito na Rede Ecovida.

Contudo, a aceitação do Pré-Núcleo Missões como integrante da Rede Ecovida, em 2007, não implicou no início imediato do

processo de certificação participativa de conformidade orgânica na região. Nessa época, a ONG AREDE sofreu problemas financeiros pela saída de algumas entidades sociais que contribuíam com sua manutenção econômica, de maneira que sua equipe técnica foi reduzida e alguns projetos e atividades de ecologização nos quais as famílias agricultoras recebiam assistência técnica foram interrompidos, o que acabou desmotivando os agricultores. Em 2008, um novo mediador chegou à região para trabalhar na AREDE e, em 2010, a equipe técnica da ONG realizou um planejamento anual para implementar a certificação participativa junto às famílias ecologistas da região. Esse planejamento tornou-se funcional a partir do final do ano de 2013, com o apoio de mediadores da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar), que colaboraram com a logística para a realização das visitas para a certificação participativa. Então, a ativação oficial do Núcleo Missões ocorreu no ano de 2013, quando foram visitadas e certificadas as primeiras 31 famílias agricultoras ecologistas, organizadas em seis grupos de produção locais.

Podemos destacar que a demora para implementar o processo de certificação participativa se deu pelos períodos de instabilidade perpassados pela ONG AREDE e pela Emater/RS-Ascar, entidade oficial de assistência técnica na região. No caso da Emater/RS-Ascar, suas diretrizes e políticas de trabalho internas sofreram alterações nos períodos de 1999 a 2002, quando houve uma orientação para a Agroecologia, durante o governo estadual de Olívio Dutra; mas foram alteradas novamente de 2003 a 2010; e o enfoque para a Agroecologia foi retomado no período de 2011 a 2014, durante o governo estadual de Tarso Genro. A retomada da orientação para a Agroecologia, a partir de 2011, permitiu que os técnicos da Emater/RS-Ascar interessados em trabalhar com assistência técnica voltada

à produção ecológica se aproximassem dos mediadores da AREDE para estabelecer parcerias para a disputa de editais e projetos, impulsionando o processo de certificação participativa da produção.

No ano de 2017, dois mediadores do escritório regional da Emater/RS-Ascar de Santa Rosa colaboravam com a AREDE – que integra e coordena o Núcleo Missões – por meio de parcerias firmadas para aquisição de recursos em projetos e editais voltados à produção orgânica. Esse trabalho colaborativo realizado entre os mediadores tem garantido o deslocamento dos agricultores até municípios longínquos para a realização das visitas de certificação participativa de conformidade orgânica.

Durante o período de realização da pesquisa, em 2017, o Núcleo Missões contava com 11 grupos de famílias agricultoras ecologistas e reunia cerca de cem famílias, das quais 67 já estavam certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia. Desde a consolidação do Núcleo, ocorrida entre os anos de 2013 e 2014, foram incluídos cinco novos grupos de agricultores ecologistas dos municípios de Horizontina, Salvador das Missões, Cerro Largo, Santiago, Três Passos, Crissiumal, Tenente Portela e Seberi. A maioria das propriedades dessas famílias possui tamanho médio de 10 hectares, nas quais são produzidas, principalmente, hortaliças como alface, rúcula, repolho, couve-folha, couve-flor, chicória, salsa e cebolinha, brócolis, espinafre, rabanete, pepino, cenoura, beterraba, batata-doce, mandioca, abóbora, abobrinha, moranga, quiabo, tomate, berinjela, pimentão, milho verde; leguminosas como feijão e amendoim; milho, pipoca, cana-de-açúcar; frutas como melão, melancia, laranja, bergamota, uva, morango, banana, abacaxi, manga; e cereais como soja e trigo. Existem várias agroindústrias na região, sendo que se teve conhecimento de quatro agroindústrias de produção de melado, açúcar-mascavo e rapadura, e uma agroindústria de produção de

vinhos e sucos de uva orgânicos. A ONG AREDE e seus parceiros também têm incentivado trabalhos de produção de polpas de frutas nativas, como o butiá, e sua utilização na elaboração de sucos, iogurtes, compotas e no recheio de queijos (Bremm, 2018).

Algumas famílias que já têm produção orgânica certificada fazem uso desse diferencial na venda de alimentos para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que pagam, em média, um preço 30% mais elevado sobre os produtos orgânicos. Além dessa alternativa de comercialização, as feiras municipais, a comercialização nos estandes das cooperativas de agricultura familiar, na Unicooper e nas propriedades constituem outros canais de venda. Ainda, uma estratégia de comercialização que tem se difundido entre o grupo ecologista de Santa Rosa é a entrega semanal de cestas de alimentos por encomenda. Essa modalidade de venda direta é incentivada pelos dirigentes do Núcleo Missões e vem sendo discutida e fomentada dentro da Rede Ecovida de Agroecologia por eliminar os intermediários e atravessadores que lucram sobre a produção agrícola realizada pelas famílias ecologistas e encarecem os produtos para os consumidores finais.

Em relação à consciência ecológica dos consumidores da região, percebeu-se que ainda não há um consenso formado. As famílias ecologistas certificadas pelo Núcleo enfrentam realidades diferentes no momento da comercialização dos alimentos, como é visível nas falas abaixo:

Hoje o povo de Santa Rosa negocia, inclusive, com Santo Ângelo, com um grupo de consumidores de Santo Ângelo, enquanto que nos municípios mais pequenos a venda é local. Então são dois pesos com leituras bem, bem diferentes. [...] Então, isso a gente

também tem percebido dentro da Rede Ecovida. Os agricultores mais antigos que participam de feiras têm tão estabelecida essa relação com o consumidor que não... que [o selo e o certificado] é mais uma coisa, mais um adereço do que uma necessidade (Mediador Técnico-Político Guilherme).

No geral, assim, é um município pequeno, ele tem menos de 3 mil habitantes, são 2.866 habitantes, então é um município pequeno. E é difícil, assim, de tu agregar preço e dizer para essa população, que também é oriunda da agricultura, que aquele produto vale mais porque não é... não tem veneno. [...] Geralmente os preços se equivalem. É um preço único (Agricultora Ecologista Carla).

[...] Tem alguns que dão importância, mas é bem poucos, é mais quem tem um grau de escolaridade maior que dá esse [valor ao alimento orgânico]. Por exemplo, os professores do CPERS, ligados ao ensino público, eles dão muito valor pra isso, têm um grupo de consumidores consciente. Mas a gente não tem essa valorização do senso comum, digamos. As pessoas, assim, estão mais atrás da questão do preço, né, lá na feira do produtor tu vê nitidamente isso. [...] Então, ele [consumidor] é muito pelos olhos, não pela qualidade, pela questão nutricional. Então, isso ainda tem muito o que melhorar [...] (Agricultora Ecologista Renata).

No caso do consumidor nós temos ali o mercado [Unicooper] que tem aquele cliente que não quer saber preço, ele acredita e daí quando entra para o lado das hortaliças lá, do tomate, que é muito complicado, ele chega e diz “Olha. É mesmo limpo?”. [...] tem gente lá que só come produto biológico, só produto limpo, a produção, a alface tem que ser daqui e vai longe buscar. Por quê? “Ah, não, porque eu tive um caso na minha família”. O outro trabalhava na área e foi intoxicado. O outro surgiu um câncer por causa disso e daquilo, foi diagnosticado que

era. Então, tem esse lado aí. [...] Porque ele não está buscando só porque acha que é bonito. É porque o outro é alérgico a tal coisa e não pode, então. Mas está aumentando muito a procura por produto limpo, produto natural, porque o povo está vendo, está vendo que a saúde compromete exatamente aí (Mediador Técnico Ernani).

Diante disso, constata-se que a consciência do consumidor em valorizar alimentos orgânicos que passaram por um processo de verificação da procedência é maior nos grandes centros, notadamente, nos municípios de Santo Ângelo e Santa Rosa, onde há uma concentração maior de professores e profissionais liberais. Aliás, geralmente o público que reconhece e valoriza o consumo dos alimentos agroecológicos teve alguma experiência envolvendo doenças, prescrição médica ou alguma vivência de educação nutricional ou socioambiental. Por outro lado, em municípios menores, cuja economia local gira predominantemente em torno da agricultura, a discussão sobre alimentação orgânica ainda é incipiente, muitas vezes pela existência de um ideário de que “todos ali são agricultores” e pela confusão que ainda se faz de que “para ser orgânico basta que o alimento seja produzido sem o uso de agrotóxicos”. Nesse sentido, as famílias agricultoras ecologistas do Núcleo Missões ainda enfrentam a falta de esclarecimento do público consumidor mais amplo.

Considerações finais

A trajetória de organização da agricultura alternativa e de organizações de apoio às famílias agricultoras que objetivavam romper com a lógica dominante na agricultura é antiga na região pesquisada, ini-

ciou-se ainda nas décadas de 1970 e 1980. No ensaio e erro, foram experimentadas diversas coisas. Muito do que se fez não deu certo, mas ficou o aprendizado das famílias agricultoras e das instituições. No início do século XXI, o acumulado de experiências, os anseios por fazer Agroecologia e as articulações com a Rede Ecovida possibilitaram iniciar o processo de formação do Núcleo Missões. Mesmo com novas dificuldades, ele foi efetivado no ano de 2013 e tem permitido novas possibilidades de produção diversificada, certificação dos produtos, acesso a mercados (públicos e privados), nova dinâmica organizativa entre as famílias ecologistas e articulação em uma rede ampla de produtores agroecológicos e consumidores.

Mesmo que a visão sobre Agroecologia, dos agricultores e dirigentes, seja diferente em alguns pontos, o que une as famílias agricultoras ecologistas e os agentes técnicos e dirigentes em torno da realização do projeto coletivo da Rede Ecovida de Agroecologia é sua identificação com as causas que dizem respeito à preservação da saúde familiar (delas e dos consumidores) e uma melhoria na qualidade de vida que está associada com a possibilidade de permanecer trabalhando e vivendo no campo. Muito disso se deve às experiências e memórias afetivas, individuais e coletivas, de aproximação com o meio rural que esses agentes viveram na infância ou juventude e ao longo da vida adulta. Apesar das rupturas e dos imprevistos que vivenciaram com o passar do tempo, as memórias afetivas sobre o meio rural são mobilizadas por esses agentes e configuram os pontos de sustentação para seus projetos de vida e para a identidade que afirmam atualmente, seja como famílias agricultoras ecologistas, seja como técnicos e dirigentes que simpatizam com a causa da Rede Ecovida.

O reconhecimento social recebido dos consumidores é uma realidade mais forte para algumas famílias da região, dependendo

das localidades, enquanto as outras ainda trabalham para ser reconhecidas pelos alimentos que produzem num processo que envolve uma relação diferenciada com a natureza e o aprendizado contínuo que se dá nas trocas de informação e experiências entre os pares que compõem essa rede.

Referências

ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

BERNARDI, C. M. **Agricultura familiar e organizações cooperativas**: a luta social das agricultoras familiares camponesas. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande Do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2011.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6. p. 11-28, jul./dez. 2002.

BREMM, C. **Saber, conhecimento e poder**: relações de mediação entre agricultores ecologistas e técnicos no Núcleo Missões da Rede Ecológica de Agroecologia. 2018. 187 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BREMM, C.; PICOLOTTO, Everton L. Mediação social e agroecologia: as trajetórias e os desafios dos agricultores, técnicos e dirigentes vinculados ao Núcleo Missões da Rede Ecológica de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, p. 234-245, 2019.

COOPERLUZ. **Site**. Santa Rosa, 2018a. Disponível em: <<http://www.cooperluz.com.br/>>. Acesso em: vários acessos.

_____. **Informativo da Cooperluz**. Cooperluz, Santa Rosa, jan. 2018b, 12p. Disponível em: <<http://coo->

perluz.com.br/uploads/outros_programas/cooperluz_010218113627.pdf>. Acesso em: 06/05/2018.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JAC-COUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DOMINGUES, J. M. A dialética de modernização conservadora e a nova história do Brasil. In: **Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 187-208.

FACINA, A. A cidade de Nelson Rodrigues: observações sobre a relação entre experiência urbana e criação artística. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 89-106.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUCION, J. M. R. **A gramática por trás do selo: agroecologia e processos de certificação participativos**. 2016. 189 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, p. 19-39.

MOORE JÚNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Edições 70, 2010.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 03, n. 07, p. 87-108, set./dez. 1989.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**.

2012. 479 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **IDeAS**, v. 3, n. 1, p. 133-164, jan./jun. 2009.

_____. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RAMBO, A. G. **A contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional: a experiência da Coopercana – Porto Xavier/RS**. 2006. 326 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

UNICOOPER. **Quem somos**. Santa Rosa, 2018. Disponível em: <<http://unicooper.com.br/>>. Acesso em: 18/05/2018.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANNA, L. O rei do meu baião: mediação e invenção musical. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 61-88.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.

A AGROECOLOGIA COMO UMA SEMENTE REVOLUCIONÁRIA NA SOCIEDADE EM RISCO

JULIE ROSSATO FAGUNDES

LEONICE APARECIDA DA FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD

LUCAS FELIPE BERTONI

SOLANGE TODERO VON ONÇAY

A sociedade está em risco! Essa é uma razão a mais para fortalecer a Agroecologia em seus princípios e seu vínculo com os processos de resistência ativa dos territórios camponeses, visto que possui um potencial já evidenciado em inúmeras práticas desenvolvidas desde os tempos ancestrais, que pode fazer toda diferença para o futuro da humanidade. Por isso, o presente ensaio tem o objetivo de referendar o potencial transformador da Agroecologia diante da crise sem precedentes e de diferentes naturezas que a sociedade enfrenta, às quais se dá um enfoque problematizador.

Diretamente associada à dinâmica da vida em equilíbrio e da sustentabilidade, a Agroecologia torna-se uma alternativa real para a produção de alimentos e a retomada da autonomia para os povos do campo. Pode-se dizer que na Agroecologia

[...] há um potencial que não nos aparece à primeira vista. É a de que esta forma de produção (ancestral

e recriada pelo movimento das contradições de nosso tempo), além de indicar o futuro da agricultura, pode não servir apenas para ela; põe estacas de um caminho real, material, para superação da forma de trabalho e a concepção de economia que são o motor do modo de produção capitalista. Exatamente o motor que está “falhando” esgotado pelos seus próprios limites estruturais (Caldart, 2020, p. 2).

Roseli Caldart (2020), intelectual e teórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaca que é cada vez mais relevante perceber a relação da Agroecologia como possibilidade real à *função social das comunidades camponesas*. Trata-se da necessidade de criar formas de superar a relação antagônica homem-natureza, um fator que se tornou ainda mais visível após o momento pandêmico que a humanidade vivenciou. Também, é necessário perceber que a perspectiva de avanços através de políticas públicas sofre com a crise e reorganização do capital (em nível ultraliberal), bem com o avanço indiscriminado do grande agronegócio (*plantation*).

Sebastião Pinheiro trata o avanço desse paradigma como agravamento da Negação: “Alta concentração da propriedade da terra, marginalidade e criminalidade urbanas, e todas as mazelas que vêm com o mau uso da biotecnologia, da transgenia e da nanotecnologia, que são as expressões máximas da negação” (Pinheiro, 2005, p. 31).

Agricultura e as relações antagônicas entre ser humano e natureza

A forma competitiva e expropriatória que vem configurando as relações de produção na atualidade prejudica toda diversidade, bem como as relações de quem sempre viveu em equilíbrio com o meio e

prática a agricultura como um modo próprio de vida, os quais não se colocam na mesma racionalidade. Os municípios empobreceram ao longo do tempo sem sua autonomia campesina, que antes era geradora de recursos e foi afetada pelo êxodo rural, perdendo a capacidade de gerar o crescimento autógeno e endógeno.

A agricultura camponesa é esmagada pela “modernização conservadora”, em sua máxima expressão, a fracassada “revolução verde”, que é, também, a expressão máxima da destruição da agrobiodiversidade, a negação da natureza: monocultura, técnicas capital intensivas, expulsão dos camponeses do campo, marginalidade e criminalidade urbanas (Pinheiro, 2005, p. 31).

Dominando mentes e territórios, solidifica-se o “complexo-agro-alimentar-industrial-financeiro” na acepção de Sebastião Pinheiro (2005). A evolução internacional da indústria de alimentos a integrou com outros setores, como o produtor de energia e combustíveis, com o de química, embalagens, *marketing* e insumos para a agricultura.

Desencadeia-se a Revolução Industrial. Foi o primeiro passo para um gigantesco avanço, expresso na atual mecanização agrícola. Um século mais tarde, em 1840, Justus Von Linbig, na Alemanha, descobre que a nutrição das plantas também pode ser realizada através de fertilizantes solúveis, sintéticos. Acentua-se a contradição com uma nova e surpreendente perspectiva para a reprodução do capital. Estão criadas as condições tecnológicas para as monoculturas em grandes extensões: plantio uniforme em linha, fertilizantes com produtos solúveis e síntese química e ‘tratos culturais’ em linha. É a negação da proteção da natureza. A descoberta do DDT, em 1939, por Paul

Muller, na Suíça, gera uma nova e promissora frente para a reprodução do capital: os agrotóxicos. Agrava-se a negação (Pinheiro, 2005, p. 31).

Cabe destacar que o DDT, conhecido também como “agente laranja”, um dos agentes usados pelos Estados Unidos (EUA) na Segunda Guerra Mundial contra os *vietcongs*, na atualidade é chamado de 2,4-D (2,4-Diclorofenoxiacético), regulador hormonal de crescimento, sendo altamente tóxico e de fácil dispersão. Entretanto, esses mesmos reguladores são usados na agricultura “convencional” dos dias atuais.

Para Pinheiro (2005, p. 8), “a agricultura importada tem suas plantações em fileiras como exércitos, alinhamentos exagerados obtidos por máquinas e esmero. A uniformidade que gera eficiência será o ponto alto. O emprego de energia e insumos passa ser intensificado ao extremo”. Segundo o autor, estas práticas, assim como o culto às pragas multiplicadas com o intensivo das monoculturas e a prática indiscriminada do uso de fungicidas que causam desequilíbrio à natureza, passam a ser vistas como uma guerra santa e higienista. Trata-se do culto à morte, cultivando-se uma visão em que o solo passa a ser um material inerte, sem vida, em que para a planta se desenvolver é necessário a adubação industrial, a dependência total sobre sementes, adubos, manejos, colheitas, e a venda devidamente calculada pelas bolsas de valores.

E como a propaganda nas guerras foi fundamental, na agricultura não foi diferente. Financiada com incentivo político, militar, juntamente com multinacionais, intensificou-se uma cultura sacra da revolução verde, obviamente com o propósito de dominação de pensamentos. Nesse sentido, por exemplo, notamos que a expressão “Se é Bayer é bom!” se manteve e ultrapassou a virada do século, ou

seja, trata-se de uma mentira que é capaz de se fazer realidade, o que acarreta, com o tempo, a depreciação, ridicularização e contestação da agricultura de subsistência e das práticas agrícolas dos camponeses. As teorias asseveram o óbvio quando dizem que o homem faz parte da natureza, todavia, torna-se uma relação golpeada em nome da industrialização.

No monocultivo do pensamento dessa superioridade adotada pelo modo capitalista, em que o respeito se dá pela maior acumulação, vemos as culturas do esvaziamento surgirem, ora causadas pelo êxodo rural, esvaziamento do campo ou substituindo pessoas por máquinas, assim como nas fábricas na Revolução Industrial; ora pela perda da tamanha diversidade de sementes crioulas pelo cultivo de monoculturas híbridas e/ou transgênicas que têm sua genética sobre domínio das sementeiras. Em síntese, vivenciamos o esvaziamento de sentido de bem viver pela terra e com a terra, em equilíbrio com os espaços.

Como aponta Marx, sobre o processo da dependência:

Todo progresso na agricultura capitalista é um progresso da arte de roubar, não só do trabalhador, mas do solo; todo progresso no aumento da fertilidade do solo por um determinado tempo é um progresso em direção à ruína das fontes mais duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e o grau de combinação do processo social da produção solapando simultaneamente as fontes originais de toda riqueza – o solo e o trabalhador (Marx *apud* Foster, 2005, p. 219).

A cultura da dependência é estabelecida sob o controle das multinacionais, que se tornam oligarquias em prol do modelo da agricultura industrial. Cria-se essa dependência de insumos mine-

rais do complexo industrial, ao ponto de perder tantas alternativas possíveis para uma fertilidade natural do próprio território e das proximidades. Deve-se conservar a soberania sobre o alimento, mais diversificado, mais sadio e proveniente da multiplicação de plantas pelas sementes crioulas, que persistem com seu gene melhorado ao cabo de milhares de anos de cultivo e seleção. Contudo, esse patrimônio milenar está sendo ameaçado pela dependência esmagadora que está ocorrendo nas sementes (hibridismo, transgenia, tecnologias patenteadas).

Nos adubos industriais, na propaganda vendida por parte das empresas como forma de incentivo e fomento ao uso das fórmulas industriais compulsoriamente, através dos créditos ao adotarem “pacotes tecnológicos”, podemos observar a união do poder estatal, bancário, das oligarquias industriais e, em parte, das instituições de pesquisa, que atuam conforme os interesses, fortalecendo a divulgação desse pacote para o convencimento/manipulação dos agricultores.

Não obstante, nossos solos estão escassos de nutrientes de toda diversidade existente para equilíbrio de sua biota em razão dos tantos processos físico-químicos-hormonais que são depositados no solo, desestabilizado pelo uso extensivo de insumos industriais, como os nitratos, e a variedade exorbitante dos agrotóxicos, nessa cultura do extermínio da biodiversidade, afetando ciclos naturais e desencadeando rupturas nas cadeias alimentares. O casal Primavesi assevera que:

[...] a agricultura extensiva desenvolveu técnicas isoladamente, convencida de que o solo fosse tão somente um suporte inerte. Não se conhecia, ou ao menos não se considerava, a microvida e se a considerava, julgavam-na, igualmente, um fator isolado,

sem relação com os demais. Robison mostrou pela primeira vez, o íntimo entrosamento entre a raiz e a estrutura do solo e Scheffer Winogradsky, Frank e Rubin, entre a raiz e os microrganismos, enquanto Sekera, Kubiëna e Russel mostram claramente a relação entre a estrutura do solo e microrganismos (Primavesi; Primavesi, 1964, p. 7).

Entretanto, tenta-se convencer de que as plantas espontâneas/indicadoras devem ser consideradas inços ou pestes; já os insetos, que também são indicadores, devem ser considerados pragas. Nesse viés, muda-se a cultura de interação com a paisagem natural e atribui-se juízos significantes, exacerbados e irreais. Por exemplo, as águas do aquífero Guarani estão em risco pela contaminação por herbicidas. Porém, o que vemos nas campanhas de conscientização do uso da água são aconselhamentos para a população ter os cuidados no lazer, o máximo de economia possível, reutilizando e racionando esse bem tão precioso, mas nenhuma dessas campanhas apresenta os maiores usuários e poluidores do sistema. Ao fim e ao cabo, o grande agronegócio é líder no uso da água, acessando 49,8% da água que é utilizada na irrigação. Ora, as campanhas estão diretamente ligadas à conscientização da população, mas nunca problematizam outros setores.

Nesse sentido, Bernardo Mançano Fernandes afirma que “para sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios, como por exemplo, os territórios camponeses e indígenas” (2008a, p. 44). Sabemos que resistir a esse modo hegemônico de entrada do capital no campo exige pertença e a presença de uma proposição teórico-prática para a agricultura familiar e camponesa que reúna força política.

Reiterando a afirmação de Fernandes (2008b, p. 37)., “não é em demasia repetir que a racionalidade ou lógica de produção cam-

ponesa é contrária, e na maioria das vezes antagônica, à racionalidade capitalista de produção”.

Esta irracionalidade intrínseca de produção que se manifesta no impacto social e ecológico segue a obsolescência programada, em uma falsa ilusão de infinitude de recursos na produção industrial, aplicada nos bens de consumo em massa; bens que geram poluição, escassez, exploração, degradação e depredação do solo. Uma superexploração ligada à expansão da fronteira agrícola, cujas consequências se alastram diariamente.

O alerta da sociedade de risco à autodestruição planetária

Diante do que vem sendo refletido, é preciso notarmos a fragilidade do momento atual e o quanto ele demanda uma postura radical diante dos riscos planetários. O autor germânico Ulrich Beck (2011, 2018) e seus colaboradores produziram uma extensa teoria a fim de chamar a atenção para os riscos contemporâneos que a humanidade está correndo, em termos ambientais, sociais e econômicos, pela forma como vem expropriando a natureza.

A obra póstuma de Ulrich Beck, *A metamorfose no mundo: novos conceitos para uma nova realidade*, que contou com contribuição de Elisabeth Beck-Gernsheim, reafirma que a produção social da riqueza é acompanhada por uma produção social do risco.

Para o autor, o risco não é invenção de suposição para a Idade Moderna, carregando consigo uma conotação de aventura, porém, com palavras grifadas, chama atenção para a “autodestruição da vida na Terra”, ou seja, a forma como está armada a arquitetura social e a dinâmica política com sua potencialidade, autoameaça à civilização. Esse é o aspecto central de sua teoria! As forças produtivas muito desenvolvidas, em seus aspectos químicos e atômicos, desencadeiam,

de modo não visto antes, o risco, suprimindo as bases e categorias com as quais haviam sido pensadas, atuando somente com viés na aceleração da produção e do lucro, em espaços e tempos estreitados, trabalho em tempo livre, empresa em estado nacional; tudo é transpassado, incluindo o que eram limites ou bloqueios militares ou continentais.

Segundo o teórico, com vasto currículo e uma formação que congrega diversas áreas de conhecimento (sociologia, filosofia, psicologia e ciências política), essa crise diferencia-se de outros tempos, não só pelo potencial de destruição, mas sobretudo pelo aspecto institucionalmente fabricado, tendo a ciência, o mercado e os governos como aparatos que legitimam os fatores que são os causadores da crise. Em suas palavras, “perigos são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas e minimizados no plano político” (Beck, 2011, p.230), cujas intervenções são cosméticas, afirma Beck, diante do desenvolvimento técnico-econômico.

No entanto, promessas de seguridade encontram respaldo junto à opinião pública, que as ratificam naturalizando o paradigma da miséria material e da ditadura de escassez aos países chamados Terceiro Mundo, que desenvolvem com plenitude as categorias da desigualdade de classe e da sociedade individualizada. Bosco e Giolio (2015), ao interpretarem o pensamento do autor, apresentam a ideia de “encenação”, que vai instituindo e fortalecendo interesses, benefícios, prejuízos, os quais encontram ressonância e promovem a perspectiva da cosmopolitização reflexiva e reforçada na vida social, tendo presente que os riscos não têm fronteira.

Bosco e Giolio (2015) assim como Yaeley (2009), associando-se ao pensamento de Beck, afirmam que quando se reforça o risco ambiental se tem um processo social no qual participam meios de

comunicação social e a ciência, portanto, aspectos morais e políticos. Assim, esses autores nos apontam um quadro sociológico para situar a atual crise ecológica. Em síntese, a crise de racionalidade se instituiu em um reflexo de mudanças ambientais por conta da ação humana, a qual é resultante de negociações, projeções e respostas políticas moldadas por variáveis sociais, escolhas tecnológicas, políticas públicas de desenvolvimento, comportamento de consumidores e desempenho econômico. Esses aspectos tornam-se cada vez mais complexos, por exemplo, a questão climática que ultrapassa inclusive a questão de classe, atingindo globalmente a todos, mesmo que possa haver determinados setores mais atingidos.

A obra encaminha para a lógica de repartir as riquezas. Entretanto, o autor não enxerga essa predisposição, ratificando que o que se tem é uma ou outra opinião pública que alerta para o risco, o que chama de intervenções cosméticas, frente ao real desenvolvimento técnico-econômico. Também aponta que há uma preocupação em legislar para que os causadores dos riscos se assegurem de extrair e expropriar ao máximo, como é o caso do uso de agrotóxicos em nosso país.

Nesse contexto, o autor indaga: até onde vai o limite aceitável e não aceitável dos riscos? Os padrões, a que compromissos podem chegar? Estamos dispostos a assumir uma catástrofe ecológica para satisfazer interesses econômicos? O que são necessidades e o que se pode mudar em relação a elas? É viável indagar sobre as responsabilidades, por onde se deveria começar, pode-se responsabilizar o agricultor, por exemplo, pela contaminação da terra?

Podemos considerá-las teorias, porém anunciam e intuem riscos, podendo ser verdadeiras. Os riscos são incertos, por isso são riscos. Comunga-se com a preocupação do autor quando destaca que, em contraposição às riquezas, que são palpáveis, os riscos têm a

dimensão do irreal. São ao mesmo tempo reais e irreais, entretanto, inúmeros perigos e destruições são reais, tais como: águas contaminadas, destruição das florestas, poluição, pandemias. A contaminação, comprovadamente, já chega no leite materno, através das altas concentrações de dióxido de carbono no ar; nos rios, pela presença nitratos, que diminuem a vida e a fertilidade dos peixes, extinguindo espécies; no ar, o uso de pulverizantes, que ameaçam a vida dos insetos, como é o caso das abelhas, que são fundamentais para a polinização.

Nesse sentido, o efeito bumerangue que afetará a propriedade, o dinheiro, a legitimação envolverá a todos globalmente, igualando a morte com o desaparecimento de espécies, ameaçando a vida, como também diminuindo o próprio valor dos bosques, reduzindo o valor da terra, e assim por diante. Ou seja, enquanto “a pujança social segue, o risco reside na projeção de ameaças para o futuro” (Beck, 2018, p. 31)

O autor aponta que não precisa ser um especialista na área para perceber, porém parece ser mais cômodo difundir-se uma imagem geral de harmonia do que confrontar disputas de racionalidades de maneira conflitiva, ainda que elas possuam veemência e lutem por sua preeminência.

Diante da teoria, o que dizer da aceleração nos últimos tempos, da ofensiva neoconservadora que se fez presente no mundo, a qual, dentre outras características, recoloca em cena a postura imperialista, re-colonizadora da América Latina e continentes mais empobrecidos em busca dos recursos naturais, minérios e muitas outras fontes de matérias-primas, sob o comando e investida do capital privado, de conglomerados econômicos, grupo a favor da privatização e apropriação dos bens comuns, como forma de concentração de capital?

Agroecologia: mais que uma alternativa, uma concepção de equilíbrio com a natureza

Parece-nos que os sinais de risco preanunciados por Beck não estão demorando a aparecer. A crise sanitária, ambiental, social que a humanidade vivenciou já expressa nuances desses sinais. Assim, torna-se ainda mais importante recorrer a outros referenciais que elucidam outras formas paradigmáticas de relação homem-natureza, dentre elas destaca-se a Agroecologia.

Gliessmann (2001, p. 61), um renomado teórico, relaciona o conceito da Agroecologia ao do agroecossistema: “o conceito de agroecossistema baseia-se em princípios ecológicos e na nossa compreensão dos sistemas naturais”. Chama a atenção para a perspectiva do equilíbrio ao referir-se ao sistema: “um ecossistema pode ser definido como um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, as quais, no espaço e no tempo, parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável” (Gliessmann, 2001, p. 61). Esse aspecto é fundamental de ser compreendido, sendo que ele tem a ver com o grau de tolerância particular do organismo vivo.

Falar em Agroecologia é falar em sustentabilidade, reciprocidade em equilíbrio nas relações ambientais, “manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retorno econômico-financeiro adequado” (Altieri, 2004). É, sobretudo, a necessidade de construir um outro modelo de sociedade em equilíbrio com a natureza, ou seja, dentro de relações não antagônicas entre ser humano e natureza e dos seres humanos entre si, afirma Caldart (2020), ao sistematizar as discussões que foram base para as propostas de uma Reforma Agrária Popular, protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para a autora,

os processos de (re) territorialização da agricultura camponesa em bases “agrossocioecológicas” recuperam e recriam uma forma de trabalho humano que toma parte das lutas contra a devastação da vida. Vida humanamente produzida na natureza. Fazem isso quando alteram as finalidades da produção e recompõem a função (efetivamente) social da terra. Porque enquanto se pense o desenvolvimento das forças produtivas da agricultura pelo objetivo de acumulação capitalista (lucro para proprietários da terra cada vez mais concentrada), não é possível estabelecer e manter de forma abrangente, padrões sustentáveis de relação dos seres humanos com a natureza e entre si (Caldart, 2020, p. 30).

Assim, urge intensificar a luta contra-hegemônica, ocupando e ampliando espaços, desde os mais inesperados até os de maior significância. Se a luta nos habita e habita nossas entidades, organizações, nosso trabalho de base, precisamos criar engajamento, pertença para que até os desesperançosos sejam motivados a se engajar na luta pela vida do planeta.

A luta por terra e território é de grande importância no contexto em que se situam pequenos territórios que vêm sendo esmagados pelo modelo capitalista da agricultura industrial, que modificou os sistemas artesanais, de autossustento, para largas extensões de monocultivos. Como bem aponta Vandana Shiva (2003, p. 23), “as monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo”, a diversidade da mente faz a diversidade da cultura, das agri-culturas.

Nessa contraposição ao modelo gerador dos riscos expostos, encontra um potencial cada vez mais rico e significativo, que reúne experiências que somam saberes milenares, lidas, experimentos e pesquisas que se associam à ciência e demonstram um olhar e uma

ação consciente do ser humano na reciprocidade com a vida e com os demais seres vivos, como parte do cosmo, da natureza, em coevolução com o meio, numa simbiose com o metabolismo, o qual já vem dando sinais de esgotamento.

Atribui-se ao potencial da Agroecologia esse lugar, o qual se associa às lutas de resistência e torna-se vigoroso pelo reconhecimento à diversidade e à produção com sabedorias “ancestrais e recriada pelo movimento das contradições de nosso tempo, que além de indicar o futuro da agricultura pode não servir apenas para ela” (Caldart, 2020), como também pela reconstrução social e ecológica dos territórios camponeses.

Por outro lado, Caldart (2020) nos leva a compreender que os sistemas agrícolas são resultados da coevolução que ocorre entre cultura e ambiente. Também que uma relação sustentável reconhece a relação de interdependência entre homem e a natureza. Essa relação, culturalmente, está presente na agricultura camponesa. O estigma que enfrentamos é que a lógica que foi sendo imposta é outra, totalmente antagônica a essa relação, cultivando o lucro e o negócio às custas da expropriação máxima da natureza e da competição esmagadora.

Interações e interconexões que existem na natureza como agentes próprios, independentes da vida humana, mas que, no entanto, são ordenados, ou configurados, por ela de acordo com as formas históricas de trabalho humano ou da relação produtiva entre o ser humano e a totalidade da natureza. Nada sobrevive isoladamente e tudo está em permanente *movimento*, desde sua base material (Caldart, 2020, p. 27).

Conforme Pinheiro (2005, p. 21), “a Agroecologia é uma ciência Dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém

princípios. É o caminho mais racional para a produção de alimentos limpos”. Junto a essa proposta encontra-se o caminho da Agroecologia, por construir-se econômica, culturalmente e ecologicamente sustentável, porém não somente é necessário lutar por tecnologias apropriáveis, mas ao negar o projeto capitalista, deve-se potencializar a reprodução da vida social no campo, a relação homem-natureza, num mundo distinto do oferecido pelos valores da empresa capitalista de produção.

Outrossim, as alternativas que defendem um modelo de desenvolvimento que contesta essa lógica dominante e que buscam resistir política, econômica e culturalmente, dão sinais de resistência, demonstrando que há muitas formas de continuar vivendo da terra, da cooperação, da Agroecologia, desde que se some à perspectiva da construção de um outro projeto, no qual a agricultura passa ter um cunho social. Como já referia Chico Mendes, “Agroecologia sem luta de classes é mera jardinagem”.

Diante disso, acreditamos que a reprodução social dos camponeses, com seu modo próprio de produção, com a geração de tecnologias, com a inserção em práticas coletivas, assessoradas pelas organizações sociais populares, vinculadas de forma orgânica aos interesses dos agricultores, possa ajudar na construção de alternativa de resistência viável aos camponeses e agricultores familiares.

Tardin e Hadich (2020, p. 78) asseveram que há inúmeras iniciativas “entre ações práticas, urbanas e no campo, cabendo destacar a crescente e sistemática produção de alimentos saudáveis, associadas à regeneração da natureza, potencializando seus processos agroecológicos”. Os autores identificam, tratando da Agroecologia, “um movimento amplo, diverso, ativo, crítico, combativo, com uma motivação de fundo comum [...]” (Tardin; Hadich, 2020, p. 78).

Nesse ensejo, existem diversas organizações que nos fazem re-

fletir sobre as coletividades e formas de organizações sociais, sejam elas camponesas ou populares, como resistência. Vemos crescente a força da *Teia dos Povos*, originada na Bahia e, atualmente, com organizações por grande parte do Brasil. Uma luta social pela terra, território e água é estabelecida pela aliança entre os tantos povos, a grande aliança Preta, Indígena e Popular.

Seu propósito é atingir a soberania hídrica, mantendo matas ciliares, recuperando córregos perdidos pela degradação, lutando por retomada ou permanência em territórios, com o objetivo de descolonizá-los, reafirmando a importância das sementes crioulas, dos tantos conhecimentos ancestrais e populares estrangulados pelo capital, trazendo a soberania pedagógica como emancipação cognitiva, enfatizando estudos críticos sobre o entorno e a valorização cultural de cada povo, e intercambiando povos de luta. O nome não é por acaso, a aliança é como uma teia que une os povos em luta! As cadeias curtas de comercialização são formas de organização para que o povo que produz chegue ao povo que consome, seja nas cidades ou no campo, cujas oportunidades precisam se revigorar para gerar uma economia local, restabelecendo interconexões entre campo-cidade.

Nessa perspectiva, o grupo Guandu Agroecologia de Santa Maria (RS) semeia um modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), como forma de estabelecer conexões, trocas das distintas realidades, meios de financiamentos para fortalecimento do coletivo, dando passos para a soberania alimentar, fortalecimento da autonomia na agricultura camponesa agroecológica, com bases em sistemas de policultivos e sistemas agroflorestais. O grupo faz atividades de visitas nos territórios buscando restabelecer a conexão campo-cidade, reconectando esses espaços que foram separados na história. Assim, constroem-se possibilidades que forjam novas fron-

teiras entre dois contextos, campo e cidade, unindo lutas, se fortalecendo enquanto grupo de base da Teia dos Povos.

Na região do Alto Uruguai, o grupo Girassol Agroecologia e Sociobiodiversidade cultiva esse coletivo de agricultores ecologistas formado por jovens e mulheres, mostrando resistência do campo, em que os agroecossistemas não compactuam de nenhum tipo de violência de gênero, plantio de transgênicos, e a preservação permanece em pequenos espaços, protegendo as nascentes e os córregos de água, preservando a biodiversidade, buscando a abundância de sistemas florestais, como um trabalho de formiga o coletivo flui. O grupo faz parte da Rede Ecovida de Agroecologia, que certifica a produção orgânica de acordo com a legislação, a certificação é participativa e garantida pela visita periódica de outros grupos de agricultoras(es).

Na busca de fortalecimento do coletivo, criaram o Grupo de Consumo Alternativo (GCA), que é outra forma de organização com a ideia da reconexão da cidade-campo e campo-cidade, as atividades nos territórios são essenciais, trocas de realidades entre esses dois contextos diferentes, que se correlacionam, em busca de uma coevolução estrutural nos modos de (re)viver na cidade e no campo, que foi tão afetada nas últimas décadas pela industrialização, centralização urbana e dos produtos em grandes franquias de supermercados, acarretando o esvaziando de uma cultura campesina, perdendo o potencial autógeno e endógeno que as cidades possuem.

Considerações finais

Para plantarmos a semente revolucionária agroecológica a fim de desenvolver a conscientização de reconstrução ecológica na agricultura é necessário a reconexão do humano-natureza para coevolúmos com o meio, emergidos em cultivos equilibrados com a sociobiodi-

versidade existente. A caminhada é longa até chegarmos à soberania dos povos, mas sua consciência e organização viabilizará a resistência, lutando por direitos, pelo reconhecimento de suas cosmovisões, protegendo e restabelecendo a interconexão com a natureza.

Caldart (2020, p. 45) chama a atenção e nos convoca para a resistência ativa e radical dentro de uma visão mais alargada de educação. Propõe, desse modo, para o trabalho com as escolas do campo um novo olhar para a relação trabalho e natureza: “O momento atual nos exige radicalidade. E a compreensão mais alargada e profunda do cenário em que atuamos é nosso desafio formativo comum”. De sorte, estamos diante da urgência e radicalidade na tomada de posição da humanidade.

É necessário negociar entre diferentes racionalidades para engajar-se em denunciamentos mútuos, da voluntariedade de erigir novas posturas diante do contexto, e, por fim, demarcar um reconhecimento da importância central de vontade coletiva de agir de forma responsável no que diz respeito às penas que sempre irão recorrer a partir de cada precaução, aponta a governança de risco.

Comungando com o pensamento de Beck (2011, 2018), vivemos um contexto de riscos em termos ambientais, sociais, econômicos, os quais se diferem de outros tempos, não tanto por seu potencial de destruição, mas em especial por seu aspecto institucionalmente fabricado, tendo a ciência, o mercado ou os governos como aparatos. A extensão dos riscos que pareciam distantes se acirra nesse momento. A crise pela qual passamos deve nos levar a uma radical mudança. É preciso perceber outra relação de reciprocidade, uma racionalidade que demonstre complementaridade em torno da vida.

A Agroecologia tem esse princípio em seus fundamentos, podendo, dessa forma, tornar-se uma estratégia importante para o enfrentamento da crise a qual a humanidade vem se inserindo. Al-

cançar a aliança entre os povos para fins comuns é fundamental, alcançar uma nova perspectiva, semeando às sementes da reciprocidade para com a natureza, cultivar a visão crítica ao ter a leitura planetária passa ser fundamental para, assim, colher a revolução igualitária que está presente nos princípios da Agroecologia.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável** /. Miguel Altieri. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. R. Janeiro, Editora Zahar, 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade**,2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOSCO, E.M.; DI GIULIO, G.M. **Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em ambiente e sociedade e desafios**. Ambient. soc. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 149-160, abr/jun. 2015.

CALDART, R. S. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. 2020. Disponível:< <https://olhoscriticos.files.wordpress.com/2020/03/artigo-funcacao-social-das-esc.-do-campo-e-desafios-educac.-do-nosso-tempo-roseli-s.-caldart.pdf>> . Acesso em: fevereiro. 2023

CALDART, R. S. Texto da Exposição realizada no 3º Seminário de Agroecologia e 2º Seminário de EdoC do IFPE – (forma virtual). **Mesa “Educação do Campo: desafios e perspectivas”**, compartilhada com Rubneuzza Leandro de Souza, MST e André Luís Gonçalves Pereira, IFPE na noite de 9 de setembro 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Ivete/Downloads/6935-Texto%20do%20resumo-29827-1-10-20220311%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Ivete/Downloads/6935-Texto%20do%20resumo-29827-1-10-20220311%20(3).pdf)> . Acesso em: fevereiro.2023.

DOMINGUES, Jose Mauricio. **Coronavirus, Ciências Sociais e Política**, Jornal do Brasil, 23/03/20 (disponível em https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/03/1022945-coronavirus--ciencias-sociais-e-politica.html#.Xs0S_uQ30GI.email) acesso em 20 jan. 2023;

FERNANDES, Bernardo Maçano (2008a) **Entrando nos territórios do Território**. In Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (coordenadores). Campesinato e territórios em disputa. (São Paulo: Expressão Popular).

FERNANDES, Bernardo Maçano (2008b) **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** In: Buainain, Antônio (coordenador) Luta pela Terra, Reforma Agraria e Gestão de Conflitos no Brasil (Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224).

FERREIRA Joelson; FELÍCIO Erahsto. **Por Terra e Território, caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Teia dos Povos. 2021.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GLIESSMANN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**, Porto Alegre: Ed UFRGS, 2001.

MACHADO, Luís Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo. Expressão Popular, 2014.

PINHEIRO Sebastião. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Santa Maria. Editora do autor. 2005.

PRIMAVESI, A.; PRIMAVESI, A. M. **A biocenose do solo na produção vegetal**. In: Moderna agricultura intensiva. Vol. 1. Santa Maria: UFSM, 1964.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: **Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo, Gaia, 2003.

TARDIN, José Maria; GUHUR Dominique Michéle Perioto. **Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias** – Reflexões sobre o Programa Residência Agrária, Volume II. MOLINA, M.C. et al. Orgs. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017, 476 p. (44-94 p.)

TARDIN, José Maria; HADICH, Ceres Luísa Antunes. **Relação Ser Humano e natureza: potencialidades à educação em Agroecologia no ensino básico e médio**. In: GOULART... [et al,..] (Org) Diálogo sobre educação do Campo, resistência e emancipação social e humana: um chamamento para reflexão no/do cenário educacional. Curitiba: Apris, 2020. (p. 67-81).

**EXTENSÃO RURAL NO CONTEXTO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL:**

uma análise na região do Médio Alto Uruguai, Rio Grande do Sul

TATIANE DOS SANTOS
VALDECIR JOSÉ ZONIN
CHEILA FÁTIMA LORENZON

Os modelos de produção agrícola sofreram modificações, que se intensificaram através da industrialização do meio rural. As transformações sociais e a exclusão de uma grande camada social de agricultores do mercado competitivo funcionaram como pressão para que o modelo de desenvolvimento rural pudesse ser repensado e reestruturado. Modelos de atividades produtivas agrícolas, com fortes impactos ambientais, podem ser uma ferramenta interessante para o crescimento econômico, mas estão longe de promover o Desenvolvimento Rural (Romaniello e Assis, 2015).

As preocupações com os temas ambientais são recentes, foram necessárias diversas e frequentes catástrofes ambientais para que, somente em 1972, ocorresse o primeiro evento internacional sobre a relação do homem com o meio ambiente. Nesse contexto, a interferência de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), foi fundamental para a realização da Conferência

das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, que objetivou destinar mais atenção às questões ambientais (Coutinho, 2009).

A partir da Conferência, com a elaboração da declaração de princípios norteadores para a proteção ambiental (Declaração de Estocolmo), os problemas ambientais começaram a ser encarados de outra forma, tendo repercussão, inclusive, na Legislação Brasileira. O Brasil se viu obrigado a criar sua política ambiental, a qual foi instituída em 1981, pela Lei Federal n.º 6.938/81, estabelecendo a criação de órgãos ambientais e instrumentos de controle de impactos, assim como princípios e diretrizes de atuação em prol da proteção do ambiente (Pasquali, 2018).

Com forte influência de paradigmas internacionais, o Brasil avançou no que diz respeito à legislação ambiental e, na Constituição Federal de 1988, determina que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988).

Desse modo, considerando que o meio rural e as atividades econômicas, principalmente a agricultura, têm como base a utilização de recursos naturais (água, solo, ar e clima), esse segmento rural de atividades também iniciou um processo de adequação, procurando oportunizar um ambiente mais equilibrado, mediante o uso de técnicas e práticas com mais tecnologia. Por muito tempo se pensou a agricultura como um campo de industrialização, e ela representava uma fonte permanente de acúmulo de capital para a indústria, condizente com o sistema, ficava subordinada à indústria (Müller, 1989).

No processo de reestruturação das atividades produtivas no meio rural, com vistas à promoção de um desenvolvimento mais sustentável e menos agressivo, Romaniello e Assis (2015) destacam que

a extensão rural e a assistência técnica possuem um papel essencial de orientação, podendo realizar uma assessoria informativa e educativa para ampliar a consciência conservacionista e ambiental dos agricultores familiares.

Para Caporal e Costabeber (2004), o meio rural não pode mais ser visto como um local atrasado e com atividades homogêneas, pois a diversificação das atividades produtivas é uma realidade. A transformação da base técnica da agricultura tem papel primordial nesse processo, o que, por um ângulo, reflete o esgotamento do modelo de crescimento imposto ao setor agrícola e, por outro, remete a um novo caminho, que pode e precisa ser traçado pela extensão rural no Brasil.

Dito isso, a presente pesquisa contextualiza a situação da agricultura familiar, da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e algumas políticas públicas, no cenário regional (região do Médio Alto Uruguai – RS), para compreender a importância da extensão rural na região, a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts* e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, estrutura-se em seções: a primeira se destina à introdução; a segunda aborda os aspectos da extensão rural no Brasil, os impactos do modelo de desenvolvimento adotado, as preocupações com o desenvolvimento sustentável; a terceira seção versa sobre as metodologias de pesquisa utilizadas; na quarta seção são mostrados os resultados e discussões dos dados analisados e, por fim, as conclusões.

Eextensão rural e o impacto do modelo adotado

A extensão rural de forma institucionalizada, no Brasil, iniciou-se com a vinda das empresas do grupo Rockefeller, em 1942, trazendo a possibilidade de desenvolvimento e implantação de projetos que

trariam industrialização ao meio rural, baseados em modelos norte-americanos de extensão (Tota, 2014). Segundo Caporal e Costabeber (2004), foi a partir de 1950, com a consolidação da produção de bens e serviços rurais, que a extensão rural, através do processo de industrialização da agricultura, começou a ofertar, aos produtores, inovação e perspectiva de intensificação das atividades produtivas.

A criação do crédito subsidiado consolidou-se a partir de 1965, tornando-se uma ferramenta importante à extensão rural, sendo os extensionistas os agentes desse desenvolvimento, com viés na inovação tecnológica para as propriedades rurais (Peixoto, 2008). O trabalho da extensão rural estava centralizado em grandes e médios produtores rurais, buscando atingir a industrialização da agricultura (Nunes *et al.*, 2013)

Desde a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a reflexão acerca do modelo de aprimoramento agrícola adotado e divulgado pela ATER começou a ser repensado, compreendendo seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável e entendendo que os serviços de ATER estavam excluindo uma parcela dos agricultores que tinham capital para ser incluídos no processo de modernização da agricultura (Caporal e Costabeber, 2004).

Quando uma determinada região, ou até mesmo o país, propõe-se a fazer o desenvolvimento, fundamentado na utilização dos recursos naturais sem discriminação, é de se esperar que impactos possam surgir ao longo da implementação da atividade produtiva. Nesse panorama, Andrades e Ganimi (2007) apontam que esse momento de intensificação da agricultura não aconteceu isoladamente no Brasil, pelo contrário, iniciou nos países europeus após o fim da Segunda Guerra Mundial e, na sequência, acentuou-se em outros países, como o Brasil. Essa nova maneira de produção ficou conhe-

cida como Revolução Verde, em que o modelo produtivo se baseava no uso intensivo de agrotóxico e fertilizante sintético, e o objetivo era a produtividade sem preocupações com os impactos ambientais e sociais das atividades produtivas.

A Revolução Verde só conseguiu se instaurar utilizando apelos políticos e sociais, tais como a preocupação com a fome no mundo, visto que a conjuntura era de pós-guerra. Consequentemente, como as tensões entre os países ainda evidentes, as preocupações políticas e com a fome puderam ser empregadas como válvula de escape para que as grandes indústrias que possuíam equipamentos químicos, oriundos da guerra, pudessem alocar esses investimentos na agricultura, por meio da produção de alimentos (Andrades e Ganimi, 2007).

Para o período, a Revolução Verde conseguiu embasar-se em ideologias, especialmente a da fome, e instaurar seus pacotes produtivos, comercializando seus produtos e vendendo altas tecnologias. Os avanços tecnológicos nas pesquisas começaram a ser mostrados. Porém, algumas correntes eram mais resistentes a essa “modernização da agricultura” e, sobretudo, tinham ressalvas em relação ao apelo da produção para acabar com a fome. Conforme Helene *et al.* (1994), o planeta já produzia muito mais do que consumia, frisando, também, que o problema estava na falta de capital econômico, para que as famílias com renda menor pudessem ter uma alimentação mais saudável, com quantidade e qualidade adequadas.

Nesse sentido, a agricultura brasileira, precipuamente por seus governantes e com o apoio das ATERs, optou pela utilização de pacotes tecnológicos que prometiam muita produção, todavia, o custo ambiental e social de tal produção foi desconsiderado. Nesse padrão de produção, as regras ecológicas passaram a não ser respeitadas, sendo assim, Ianni (1997) enfatiza que o mundo agrário está tecido

e emaranhado pela atuação de empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. Essas empresas tencionam a comercialização de seus produtos e pacotes, o agricultor, então, principia a fazer a execução das tecnologias.

Com forte atuação da extensão rural, o setor agrícola, nesse cenário, passou a ser interpretado como um processo no qual, para ser bem-sucedido, se deveria aderir à industrialização, e os principais indicadores desse processo são o volume de produção, rendimento das culturas, a área de plantio, a quantidade de equipamentos usados (tratores e maquinários), adubos artificiais e agroquímicos, a monocultura e a diminuição do pousio. Ora, os indicadores já remetiam a um sistema produtivo nada sustentável (Zylbersztajn *et al.*, 2000).

Com outro direcionamento, surgiram, no Brasil e no mundo, movimentos de agricultura alternativa à convencional, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, à dissipação do conhecimento tradicional e à deterioração da base social de produção de alimentos. Para esses movimentos, a solução não estava em alternativas parciais, e sim no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, de forma a minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade. Intensificou-se, diante disso, o reconhecimento de modelos agrícolas que considerassem a importância das diferentes interações ecológicas para a produção agrícola (Assis, 2005).

As mudanças na percepção ambiental viabilizaram o desenvolvimento de novas pesquisas e mudanças teóricas e metodológicas. Ademais, a relação natural que acontece no ambiente começou a ser observada e usada para a produção de alimentos e serviços, rompendo paradigmas de “industrialização do campo” e passando a respeitar os processos físicos e biológicos que ocorrem naturalmente no ambiente (Assad; Almeida, 2004).

A preocupação com o Desenvolvimento Sustentável

Na década de 1990, foram aguçadas as preocupações ambientais. Empregou-se, nessa ocasião, o conceito de Sustentabilidade e, mais tarde, Desenvolvimento Sustentável, para repensar o contexto ambiental atual e futuro. O desenvolvimento sustentável visa conciliar as atividades econômicas, aliadas com o equilíbrio ambiental, através de ações socialmente justas, ambientalmente corretas, financeiramente viáveis e culturalmente aceitas, sendo um marco significativo alusivo à percepção do ambiental no cotidiano da população (Sachs, 2009).

Conforme Boff (2012), o desenvolvimento sustentável é basililar e precisa ser entendido como um novo modo de pensar e agir, inferindo que o ser humano e o meio ambiente não são dissociáveis, mas um conjunto, e que os seres humanos não sobrevivem sem o ambiente. Alicerçado nessa reflexão, Boff (2012) realça que, para alcançar o desenvolvimento de maneira sustentável, é crucial reeducar o ser humano, repensar o processo, utilizando técnicas não agressivas ao meio ambiente, produzindo apenas o necessário e, principalmente, reduzindo o consumo.

Além disso, haja vista que toda ação humana gera um impacto ao meio ambiente, torna-se imprescindível amenizar os efeitos, estimulando o desenvolvimento sustentável e oferecendo a oportunidade para o progresso de sociedades de consumo responsável (Sauvé, 2005). A produtividade agrícola passa a ser interpretada dentro do enquadramento ambiental e não mais isolada, bem como a conservação dos recursos agrícolas assume papel relevante, pois o manejo dos sistemas produtivos é vital aos processos agroecológicos e sustentáveis (Assad e Almeida, 2004). Quando se analisa a sustentabilidade, é preciso compreender que esta deve alcançar as dimensões sociais, culturais, ecológicas, ambientais, econômicas e políticas,

sempre considerando as necessidades atuais, oriundas da evolução e expansão (Sachs, 2009).

A agricultura sustentável pode ser desenvolvida nas propriedades rurais, com manejo adequado e conhecimento das técnicas disponíveis, mantendo o solo livre de poluentes, seja agrotóxicos, resíduos domésticos, agroquímicos ou insumos utilizados na produção. A cobertura vegetal natural deve ser mantida aliada a produções com escalas menores, mediante sistemas agroflorestais, valorizando a paisagem natural e a biodiversidade local (Assad; Almeida, 2004).

Paulus e Schlindwin (2001) assinalam que a agricultura sustentável tem de incorporar os princípios básicos, valorizando as comunidades rurais, respeitando os aspectos culturais e humanos, a diversidade cultural e a biodiversidade animal e vegetal. Nesse rumo, a sustentabilidade dos agroecossistemas só pode ser alcançada com equilíbrio entre diferentes dimensões, combinando os componentes sociais, econômicos, políticos e ecológicos.

No cenário de produção sustentável, o agricultor familiar assume importante papel na transição da economia sustentável, dado que, ao mesmo tempo em que os agricultores familiares produzem alimentos, mantendo a segurança alimentar, também são capazes de conservar a biodiversidade. Os agricultores podem promover a conservação eficaz do solo e da água perante a administração adequada do solo, reduzindo o impacto sobre a cobertura vegetal natural e cumprindo com o papel social, produzindo com renda e qualidade de vida (Erickson, 2002).

Metodologia

Este trabalho constitui-se em um estudo de caso regional, com caráter exploratório e explanatório, que busca explicar a causa e o efei-

to, relacionando a extensão rural e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. As pesquisas exploratórias visam proporcionar familiaridade com o problema, almejando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Para tal, utilizou-se de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos, que auxiliaram na compreensão (Gil, 2008). Empregou-se a abordagem quali-quantitativa, que é uma combinação de pesquisa quantitativa, na qual se procura traduzir opiniões, visões e informações em números para analisá-las, e qualitativa, que engloba a percepção e objetividade, na qual o sujeito pode expressar seus anseios e opiniões (Gil, 2002). Sendo assim, a pesquisa objetivou combinar as duas modalidades, usando recursos estatísticos e interpretação dos dados amostrados. Para as questões do questionário, recorreu-se à escala de Likert (1932) de 5 pontos para avaliar as respostas, indo de 1 – Concordo Totalmente até 5 – Discordo Totalmente.

O estudo foi desenvolvido na região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU – COREDE), que é composto por 22 municípios, situados no extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o oeste do estado de Santa Catarina, com uma população de 148.403 habitantes, sendo 54,74% residentes no meio urbano e 45,26% no meio rural, de acordo com o Censo de 2010 (Girardi *et al.*, 2017). O público-alvo da presente investigação foram agricultores familiares da região do Médio Alto Uruguai, como também técnicos, extensionistas e representantes sindicais que têm ligação direta com a extensão rural e com os trabalhos da agricultura familiar, aqui denominados como *experts* sobre o tema em voga.

O planejamento amostral é essencial para o sucesso da pesquisa, o dimensionamento numérico e as técnicas de amostragem são

ferramentas importantes à interpretação dos resultados e análise dos dados (Miot, 2011). Para este estudo, foi usado o número de estabelecimentos rurais da região do Médio Alto Uruguai, a fim de ponderar o número de entrevistas.

São aproximadamente 15.336 estabelecimentos rurais distribuídos nos 22 municípios, com uma média de 697,09 estabelecimentos por município. Estão distribuídos em uma média de 20 comunidades por município. À vista disso, entrevistou-se uma amostra focal representativa de 9,4 famílias de agricultores familiares por município, representando 207 instituições rurais de agricultores familiares entrevistados na região do CODEMAU.

Também foram entrevistados dez *experts* em extensão rural, representados pelos seguintes segmentos da sociedade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Extensionistas Rurais, representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e pesquisadores na temática da Extensão Rural, totalizando dez entrevistas. Os agricultores familiares questionados serão tratados com a codificação inicial A, seguido de numeral que indica a ordem em que foram entrevistados, variando de A. 1 a A. 207. Já os *experts* serão tratados como E, também seguido de numeral, variando de E. 1 a E. 10 (Bardin, 1977).

A coleta dos dados foi realizada entre agosto e setembro de 2020, por intermédio de 22 escritórios do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), através de roteiros semiestruturados e estruturados, que abarcavam questões relativas à caracterização da agricultura nos estabelecimentos, à relação com a ATER, aspectos ambientais, econômicos, culturais e políticos e, por fim, acesso à extensão rural. Os dados quantitativos foram sistematizados com o auxílio de programas computacionais, como Excel e BioEstat 5.3. Por sua vez, os dados qualitativos foram analisados e interpretados, bem como as análises organizadas no texto a partir de cada variável.

Resultados e discussões: perfil dos agricultores familiares e caracterização das atividades agrícolas desenvolvidas

Do ponto de vista de uma caracterização inicial das famílias amostradas, 61,4% dos entrevistados pertenciam ao gênero masculino e 38,6% ao feminino. Em relação ao grau de escolaridade, 22,2% não tinham o Ensino Fundamental completo; o Ensino Médio completo e incompleto totalizou 31,4% da amostra; os que tinham Ensino Técnico ou Profissionalizante, Superior completo e incompleto e Pós-Graduação perfizeram 34,8% dos participantes.

A escolaridade dos entrevistados é um instrumento relevante para o debate. Guanziroli e Vinchon (2019) apresentam resultados acerca da correlação entre a renda bruta anual e o nível educacional do chefe de família na região serrana fluminense, notando equiparação positiva entre o nível educacional e a renda bruta anual. Na pesquisa ora desenvolvida, não se avaliou a renda bruta anual das famílias.

No que diz respeito à composição das famílias que participaram deste estudo, 63,3% informaram ter filhos morando na propriedade, esse dado permite refletir sobre a organização e estruturação da sucessão familiar. Espíndola (2002) afirma que, em muitos momentos, a juventude rural é excluída do processo de pensar o cenário rural, no entanto, é possível considerar os jovens como sujeitos de desenvolvimento, que no decorrer do processo de tomada de decisões denotam maior capacidade de agregar mudanças e inovações nas propriedades rurais. Esse fato vincula-se ao maior nível de escolaridade dos jovens, maior curiosidade e domínio das tecnologias com acesso à informação instantânea.

Quando questionados se vislumbravam a sucessão familiar na propriedade, concordaram totalmente 21,7% dos respondentes,

concordaram 49,3%, os que não concordaram nem discordaram totalizaram 20,3%, ou seja, são propriedades que não conseguem responder se a sucessão será possível. Ainda, 8,7% discordaram, não visualizando essa possibilidade, em 2020.

Breitenbach e Corazza (2019), em um estudo recente, buscando analisar as perspectivas de sucessão familiar na agricultura dos(as) jovens rurais, estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Sertão, concluíram que quanto mais os jovens estão inseridos nas atividades gerenciais e operacionais da propriedade, mais chance de se tornarem tomadores de decisão e sucessores na unidade de produção.

A sucessão familiar não é um processo que se define em curto prazo, exige planejamento, diálogo e, acima de tudo, interesse de ambas as partes (pais e filhos), para que o processo se concretize. Ao serem perguntados sobre como enxergam a sucessão, houve relatos como: “na agricultura podemos cultivar um pouco de tudo [...] sabemos como que foi todo o processo” (A. 32). Também explicações de jovens que saíram das propriedades, entretanto, retornaram para trabalhar na agricultura, na esperança de que seus filhos possam ter a oportunidade de ficar no meio rural, resgatando o sentimento de orgulho pela atividade rural: “voltei para a propriedade da família e com relação aos meus filhos, não forcei a saírem da propriedade, tem que mostrar a importância da agropecuária para as crianças agricultoras, para formar uma ideia de orgulho, mesmo sendo um trabalho árduo” (A. 84).

De outro modo, foi observado o sentimento de pertencimento e valorização do trabalho em grupo: “trabalhamos em grupo e unidos” (A. 4), como no caso de irmãos trabalhando e tocando a propriedade juntos: “sim, eu e meu irmão já estamos assumindo a propriedade” (A. 167). Ao mesmo tempo, é preciso atentar que os

jovens participavam de formações voltadas ao desenvolvimento das atividades rurais, sendo um fator positivo à sucessão: “sim! Estudo na Casa Familiar Rural (CFR) e, com o passar dos anos, venho cada vez tendo mais certeza que vou continuar na propriedade” (A. 48). Similarmente, A. 191, disse: “sim, me formei em 2018 no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR), fiz o Curso Técnico em Agropecuária e estou trabalhando em casa junto com os meus pais”. Logo, a partir de tais afirmações, compreende-se que os pais possuem um papel imprescindível nesse processo, haja vista que, em muitas justificativas, a questão de oportunidade para o jovem ficou evidenciada: “dando oportunidade aos jovens, eles conseguem um futuro melhor na sucessão” (A. 62).

Concernente aos principais motivos que dificultam a sucessão, ressaltam-se os conflitos familiares pela gestão da propriedade, a falta de oportunidade, e a não estruturação das atividades produtivas: “falta de incentivo para agricultura familiar e dificuldade em investir, pela falta da documentação da terra” (A. 153), além disso: “minhas sucessoras e esposa não tem interesses em agricultura” (A. 12). E outra constatação: “a cada ano que passa, a juventude vem saindo da atividade rural, pelas dificuldades de se manter em sua atividade tendo uma boa margem de lucro” (A. 201).

Nessa seara, procurando assimilar a organização da agricultura na região, para além da sucessão rural, as famílias foram questionadas quanto à titularidade da propriedade. De antemão, espera-se que a sucessão seja mais frequente em áreas próprias, quando comparada a sucessão em propriedades cujas áreas são arrendadas. Convém destacar que as áreas próprias corresponderam a 84% dos estabelecimentos participantes. Dessa forma, acredita-se que, com a família sendo titular da propriedade, o acesso ao crédito rural é mais facilitado, podendo ser um determinante no processo de sucessão familiar.

Outro ponto de vista relevante é que a região do Médio Alto Uruguai apresenta características rurais, com forte participação da agropecuária na economia e diversificação das atividades produtivas, maiormente nas pequenas propriedades (Girardi *et al.*, 2007). À vista disso, esta pesquisa buscou identificar as principais atividades produtivas, responsáveis pela receita das famílias. O estudo apontou que a atividade produtiva mais expressiva atinente à composição da renda familiar foi a bovinocultura de leite, presente em 136 estabelecimentos rurais, seguida da produção de grãos, em 113 estabelecimentos, a produção para subsistência e comercialização do excedente foi citada como fonte de receita por 48 famílias, na sequência, bovinocultura de corte, em 44 estabelecimentos.

A caracterização e o desenvolvimento das atividades produtivas de uma determinada região dizem muito sobre os caminhos que estão sendo traçados pela agricultura, seja convencional ou alternativa. Ferrari (2005) defende a atividade leiteira como importante às pequenas propriedades, sendo a agricultura familiar responsável por produzir leite de qualidade, a baixo custo e de forma competitiva. Nesse caminho, Faria e Martins (2008) salientam a notoriedade da ATER para os produtores de leite, particularmente os menos capitalizados, com menos capacidade de investimento, menor disponibilidade de área e infraestrutura.

Já a produção para subsistência pode ser apreendida como a produção agrícola de bens de consumo imediatos e produtos que são destinados ao mercado local, com caráter de produção para manutenção da família e a comercialização do excedente (Sandroni, 1999). Nessa tendência, a produção para subsistência e comercialização do excedente foi referida como responsável pela renda de 23% da amostra pesquisada, dados que remetem à diversificação das atividades. Giraldi *et al.* (2007) corroboram com os achados da pesquisa

em tela, destacando que a região possui características geográficas de pequenas propriedades, mas conta com um microclima que possibilita diversas iniciativas agrícolas que estimulam a diversificação.

Para mais, a produção para a subsistência é um importante aliado da promoção do desenvolvimento rural sustentável, posto que a produção de alimentos garante a segurança e soberania alimentar dos agricultores, com uma produção em escalas não tão concentradas, com produção mais segura, sem a utilização de agrotóxico, e com uma contribuição fundamental da mulher na produção. A agregação de valor aos produtos para a subsistência da família pode ser um divisor de águas na questão de gênero, em razão de que, historicamente, tal produção era atribuída à identidade da mulher.

Nas entrevistas, os produtos gerados para a subsistência mais mencionados foram: mandioca, em 95,2% dos estabelecimentos amostrados; frutas, 92,3%; hortaliças, 91,3%; e milho, 86,5%. Nessa esfera, Caporal e Costabeber (2002) asseveram que a agricultura familiar contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, mas frisam que uma alimentação saudável só é possível a partir de uma agricultura sustentável, que permite o consumo de alimentos com qualidade biológica, além de valorizar a cultura e tradição alimentar e o saber local de cada população.

O turismo rural também é uma atividade que vem se sobressaindo na região, mesmo que de forma singular a outras atividades produtivas. A pesquisa indica que seis estabelecimentos declararam ter rendas oriundas do turismo rural. Conforme Dias e Aguiar (2002), a associação às atividades humanas desenvolvidas no meio ambiente natural, onde existe uma cultura de interação com as atividades produtivas vinculadas à produção rural, já é um caminho no sentido do desenvolvimento rural sustentável.

Sustentabilidade dos agroecossistemas

Quando os entrevistados foram questionados sobre a agricultura ser uma opção viável à família, os que concordaram e concordaram totalmente somaram 90,8%. Neste estudo, o conceito de viável foi contemplado segundo a interpretação de cada agricultor. As justificativas para tais respostas são discutidas a seguir.

Dos agricultores participantes, dentre as principais justificativas para as respostas, é possível realçar: “a produção de alimentos para subsistência e a produção de leite com uma renda mensal” (A. 96); “realmente a agricultura tem grande importância na nossa família, pois é dela que tiramos o nosso sustento, morando no interior também temos uma boa qualidade de vida” (A. 39); “porque aqui plantamos o necessário, não precisamos comprar” (A. 55). Outros, como motivos que embasam a viabilidade da agricultura para as famílias entrevistadas, a geração de renda, a qualidade de vida e a segurança alimentar foram as justificativas mais citadas.

Na sequência, a avaliação da percepção dos agricultores em relação à exequibilidade da agricultura nos estabelecimentos agropecuários da região do Médio Alto Uruguai possibilitou analisar aspectos pertinentes à promoção da sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2002) trazem para discussão as dimensões da sustentabilidade com base na Agroecologia, retratando seis dimensões sustentáveis que estão relacionadas entre si: dimensão ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As dimensões perpassam pela valorização dos recursos naturais através da reutilização dos insumos e preservação da biodiversidade local. Relacionando as justificativas que embasam a viabilidade da agricultura para as famílias entrevistadas, de acordo com a Tabela 1, e as dimensões da sustentabilidade sinalizadas por Caporal e Costabeber (2002), tem-se:

Dimensões da Sustentabilidade	Aspectos Relacionados	Frequência	%
Dimensão Econômica	Comercialização, agregação de valor e geração de renda, resultados econômicos.	148	71%
Dimensão Social	Qualidade de vida, equidade (menor desigualdade).	109	53%
Dimensão Ecológica	Recursos naturais, agrobiodiversidade e produção para subsistência (sem agrotóxicos).	78	38%
Dimensão Cultural	Saberes, o conhecimento e os valores locais dos agricultores.	46	22%
Dimensão Política	Políticas públicas de desenvolvimento rural, processos participativos e democráticos.	31	15%
Dimensão Ética	Responsabilidade, respeito com a sustentabilidade dos agroecossistemas e igualdade.	27	13%

Tabela 1. Dimensões da Sustentabilidade. Fonte: Elaborada pelos Autores.

Os resultados demonstram que algumas das dimensões mensuradas são mais referidas pelos agricultores familiares; a dimensão econômica foi percebida na justificativa de 71% dos participantes, tendo uma significância maior do que as demais para o grupo focal entrevistado. Em concordância com Van Bellen (2002), uma das mais importantes características de uma dimensão ou de um indicador é a sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão. Nessa lógica, a dimensão econômica está sendo determinante no processo de tomada de decisões na região do Médio Alto Uruguai, norteando o futuro dos estabelecimentos agropecuários.

Freitas (2012) assinala que a dimensão econômica pode trazer o *trade-off*, ou seja, fazer uma escolha entre a eficiência e equidade, considerando que, nessa percepção, a sustentabilidade possibilita reestruturar os modos de entendimento e consumo, alterações no estilo de vida e valorização dos recursos naturais para a economia, estando a dimensão econômica no mesmo nível da dimensão ambiental.

Paulus e Schlindwin (2001) destacam que a agricultura sustentável deve incorporar os valores básicos, valorizando as comunidades rurais, levando em conta os aspectos culturais e humanos, a diversidade cultural e a biodiversidade animal e vegetal. Em outras palavras, a sustentabilidade dos agroecossistemas só pode ser alcançada com o equilíbrio entre as diferentes dimensões, combinando os componentes sociais, econômicos, políticos e ecológicos.

Caporal e Costabeber (2002) ratificam as afirmações acima e trazem o tema do equilíbrio para a discussão entre as diferentes dimensões, chamando a atenção para a realidade na qual o conflito está inserido, as dimensões ecológica, econômica e social são as bases da pirâmide das multidimensões da sustentabilidade, seguidas das dimensões culturais e políticas, norteadas pela ética. Na presente pesquisa, as dimensões econômica, social e ecológica, respectivamente, foram as mais mencionadas, expondo que essas são atendidas em primeiro para que, posteriormente, as demais dimensões sejam alcançadas. Nesse tocante, Abramovay (1997) enfatiza que os agricultores tendem a ser cada vez mais participativos, empreendedores e esclarecidos, buscando oportunidades para melhorar os processos produtivos, na tentativa de alcançar as dimensões da sustentabilidade.

Políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural

As políticas públicas são vistas como ferramentas elementares na busca do desenvolvimento rural, Bergamasco *et al.* (2013) asseguraram que o sucesso das formas de agricultura familiar está intimamente ligado às políticas públicas que são desenvolvidas na região, a apropriação pelos diferentes agentes participantes determina o quanto o objetivo será alcançado. Portanto, os agricultores precisam apropriar-se das políticas públicas, entender objetivos, limites e possibilidades. O questionamento aos agricultores sobre o acesso às políticas públicas gerou a seguinte distribuição, consoante a Tabela 2. É preciso sublinhar que a ATER não foi questionada acerca desse item, mesmo sendo uma política pública, pois foi dispensado um tópico somente para essa discussão.

Pergunta: Você ou sua família já foram beneficiados com alguma dessas políticas públicas?

POLÍTICAS PÚBLICAS	FREQUÊNCIA	%
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – e/ou outros Créditos Agrícolas	182	87,9%
Programa Troca-troca de Sementes	117	56,5%
Cursos do Sistema S (SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)	105	50,7%
Auxílio Maternidade	72	34,8%
Políticas Públicas Municipais	58	28%
Auxílio-doença	49	23,7%

POLÍTICAS PÚBLICAS	FREQUÊNCIA	%
Aposentadoria	41	19,8%
Chamadas Públicas	39	18,8%
Bolsa Família	29	14%
Minha Casa Minha Vida	25	12,1%
SEAF – Seguro da Agricultura Familiar	23	11,1%
FEAPER – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais	22	10,6%
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	13	6,2%
Luz para Todos	11	5,3%
PGPM/PAF – Política de Garantia de Preços Mínimos	02	1%
Nenhuma	02	1%

Tabela 2. Políticas Públicas acessadas pelos agricultores. Fonte: Elaborada pelos Autores

As políticas públicas podem ser planejadas e executadas com diferentes vieses, o que é muito relativo e dependente do contexto local. Aqui, avulta-se a expressiva parcela de agricultores familiares que, em algum momento, acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – 87,9% dos entrevistados. O crédito rural através do PRONAF tornou-se uma política pública significativa, que garante a possibilidade de produção a muitas famílias brasileiras, não sendo diferente na região do Médio Alto Uruguai do RS. As famílias participantes desta investigação utilizavam o crédito rural para fomentar suas atividades agrícolas. Pereira e Nascimento (2014) explicam que o crédito rural, via PRONAF, estimula o aumento da produção agrícola da agricultura

familiar, assumindo um papel crucial como indicador na sustentabilidade dos estabelecimentos agropecuários.

Contudo, Aquino e Schneider (2015) relembram que o PRONAF, quando criado, possuía o objetivo de atender um determinado público – produtores que tinham a capacidade de responder rápido, mais capitalizados e mais estruturados. Já Castro e Pereira (2017), entre outros autores, reiteram a relação entre o crédito do PRONAF e a Assistência Técnica e Extensão Rural e, sobretudo, a atuação do agente de ATER na orientação e adoção de práticas agrícolas mais rentáveis e sustentáveis. Entretanto, chama a atenção que o PRONAF, em especial, tem mantido o papel frente ao desenvolvimento rural, mas que, por outro lado, acaba intensificando mais os efeitos da modernização da agricultura, com a concentração da propriedade, produtividade e renda (TOLEDO e ZONIN, 2021).

A ATER pela percepção dos agricultores familiares e *experts*

Com a pesquisa, procurou-se compreender a importância da ATER a partir da percepção dos agricultores familiares e de *experts* e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Pelo olhar dos *experts*, como resultado, 100% dos entrevistados consideraram a ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado como muito importante e relevante, externalizando: “acredito ser muito importante, sim, a Assistência Técnica e Extensão Rural, por ser uma ação desenvolvida em prol do agricultor, ou seja, toda e qualquer ação desenvolvida neste sentido só vem a complementar e a garantir o desenvolvimento sustentável no meio rural” (E. 04); também: “a ATER é essencial para os agricultores, contribui com orientações, informações, apoio nas demandas individuais. Passa ser uma base de referência, para além do conhecimento técnico” (E. 05).

A percepção dos agricultores relativa à notoriedade da ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado validou a percepção dos *experts*. Identificou-se que 96,2% dos agricultores entrevistados qualificaram a ATER desenvolvida por instituições oficiais do Estado como muito relevante, assumindo um grau de pertinência extremamente significativo para os agricultores familiares da região em foco.

Dentre as justificativas que alicerçam tal percepção, distinguem-se: “é muito importante termos, em nossa propriedade, pessoas que nos auxiliem com novas ideias, com novos métodos para o melhoramento do nosso trabalho” (A. 09), ainda: “a Extensão Rural tem sido de grande importância no decorrer dos anos, pois como o objetivo principal é ajudar os pequenos produtores rurais, algo que vem acontecendo, ensinando aos agricultores os melhores manejos e a melhor gestão para sua propriedade” (A. 16).

Romaniello e Assis (2015) entendem que o trabalho da extensão rural é fundamental para a consolidação de uma agricultura com bases sustentáveis, dado que, por meio dela, é oportunizada a reflexão sobre os conhecimentos já consolidados pelos agricultores familiares. Dessa maneira, com o apoio desse conhecimento, é possível auxiliar no processo de aprendizagem, não com o objetivo de transferir conhecimento, e sim de construir processos de emancipação e participação. Nessa mesma orientação, Caporal e Costabeber (2004) destacam a diversificação das atividades produtivas e a transformação da base técnica como importantes contribuições da ATER, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Ademais, Rocha Junior *et al.* (2020), em pesquisa tangente à relação entre a ATER e o aumento de uma das dimensões da sustentabilidade (renda), aludem que os investimentos em políticas públicas como a ATER são viáveis, embora analisado apenas o aspecto

financeiro, permitindo o aumento de até um quarto de renda para os agricultores familiares que têm acesso a tais serviços.

Considerações finais

Essa reflexão partiu do entendimento de Desenvolvimento Rural Sustentável com vistas aos aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais, políticos e éticos. A proposta da pesquisa não se resumiu, unicamente, em concepções e conhecimentos já exauridos, pelo contrário, buscou trazer para a discussão os verdadeiros atores do processo, os agricultores familiares e, também, os *experts*, que vivenciam o desenvolvimento rural na prática.

O estudo permitiu concluir que a caracterização da situação da agricultura familiar na região é baseada em atividades produtivas, como a bovinocultura de leite, produção de grãos e produção para subsistência, sendo as atividades mais expressivas na composição da renda dos agricultores familiares entrevistados. Constata-se que a extensão rural possui função importante na promoção da sustentabilidade dos agroecossistemas implantados nas propriedades.

Já quanto às dimensões da sustentabilidade, é possível concluir que a dimensão econômica assume um grau de importância maior para os agricultores do que as demais dimensões, demonstrando que as políticas públicas precisam auxiliar no fortalecimento da agregação de valor e renda às propriedades, valorizando seus recursos naturais, para buscar o desenvolvimento sustentável.

Finaliza-se afirmando que a extensão rural tem capilaridade essencial na região, principalmente relacionada à reflexão sobre as bases mais ecológicas da agricultura. Tais aspectos conclusivos são alicerçados nos resultados apontados na presente pesquisa, em que tanto os agricultores familiares quanto os *experts* reconhecem e

acreditam na extensão rural como uma ferramenta para a busca da promoção do desenvolvimento rural sustentável. Nesse contexto, o fortalecimento da ATER na região se faz necessário.

Referências

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, **Anais**, p. 29 (Texto para discussão), 1997.

ANDRADES T. O. GANIMI R. N. Revolução Verde e Apropriação capitalista. **CES Revista**. Juiz de Fora, V (21) 43-56, 2007.

AQUINO, J. R., & SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In C. Grisa & S. Schneider (Orgs.), Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Editora da UFRGS**, Porto Alegre, 53-81, 2015.

ASSAD, M. L. ALMEIDA, J. Agricultura e Sustentabilidade. **Ciência & Ambiente**, n. 29, p. 15-30, 2004.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista Desenvolvimento rural sustentável no Brasil**, 75 – 89, 2005.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Lisboa**: Edições 70, 225 p. 1977.

BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. E ESQUERDO, V. F. S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50. 2013.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, Editora Vozes, 208 p. 2012.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – **PNATER**, 2010.

_____. Sistema Nacional do Meio Ambiente. **A Política Nacional do Meio Ambiente**, Lei Federal n.º 6.938/81. Recuperado em 21 de setembro de 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm, 1981.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Recuperado em 15 de junho de 2020 de https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp, 1988.

BREITENBACH, R., & CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latino-americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 17 (2), 1-34. doi: 10.11600 / 1692715x.17212, 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, abr./jun., p. 13-16, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, Jul./Set, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. 1. ed. Brasília: **MDA/SAF**, 2004. v. 1. 24 p. ISBN: 978-85-60548-66-8, 2004.

CASTRO, C. N., & PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

COUTINHO, G. A. A ética ambiental na sociedade contemporânea. **Direito & Política**, Itajaí, v. 4, p. 160-178, 2009.

DIAS, R. AGUIAR, M. R. Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições. **Alínea**, Campinas, SP, 2002.

ERICKSON, K. E. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, H. D. Nuevo enfoque de políticas públicas de juven-

tud rural. **Seminário Internacional La revalorización de los grupos prioritarios en el medio rural**, Ciudad de México, México, 2002.

FARIA, V. P.; MARTINS, P. C. O desenvolvimento da pecuária leiteira no Brasil. In: Albuquerque, A. C.; Da Silva, A. G. **Agricultura tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas**. Brasília, DF: Embrapa. 1201-1231 p. 2008.

FERRARI, D. L. **Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina**, 2005. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec-2-0105b>, Acesso em: 18 agosto de 2020.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola. 192p. 1985.

FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. Fórum, 2. ed. Belo Horizonte, MG, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo. ed 2, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, São Paulo. ed 4, 2008.

GIRARDI, E. FRANZ, J. FACCIN, M. RITTERBUCH, M. **Plano estratégico de desenvolvimento da região do Médio Uruguai: 2015-2030**: CODEMAU, Grafimax, Frederico Westphalen, RS. 2017.

GUANZIROLI, C. E. VINCHON, K. Agricultura familiar nas regiões serrana, norte e noroeste fluminense: determinantes do processo de geração de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57(3), 353-367. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.186584>. 2019.

HELENE, M. E. MARCONDES, B. NUNES, E. **A fome na atualidade**. Editora Scipione: São Paulo, 55 p. ISBN-10: 8526223836, 1994.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 256p. 1997.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. n. 140, p. 44-53, 1932.

MIOT, H. A. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. **Vasc Bras**, Vol. 10, Nº 4., 2011.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: **Hucitec/PUC-SP**, 149p. (Estudos Rurais, 10), 1989.

NUNES, S. P. GRÍGOLO, S. C. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil**: Práticas, avanços e limites metodológicos. Editora UNIJUI. Ijuí, 2013.

PASQUALI, I. S. R. **Licenciamento e Perícia Ambiental**. Colégio Politécnico da UFSM. Santa Maria, 97 p. Notas de aula, 2018.

PAULUS, G.; SCHLINDWEIN, S.L. Agricultura sustentável ou (re) construção do significado de agricultura? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, jul./set. 2001.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil** – uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, Brasília, 2008. Recuperado em 10 de janeiro de 2020 de <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>.

PEREIRA, E. L., & NASCIMENTO, J. S. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 52(1), 139-156, 2014.

ROCHA JUNIOR, A., SILVA, R. O., PETERIE NETO, W., & RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 58(2), 1-16, 2020.

ROMANIELLO, M. M. ASSIS, T. R. **Extensão Rural e Sustentabilidade**: Guia de Estudos. Lavras: UFLA, 114 p. 2015.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 96p, 2009.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, São Paulo, 1999.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. São Paulo: **Educação e Pesquisa**, 317-322, 2005.

TOLEDO, E. N. ZONIN, V. J. O PRONAF: um vetor tendencial à concentração e seleção produtiva na agricultura familiar. **Revis-**

ta Grifos, Unochapecó, DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v30i51.5371> | Edição Vol. 30, Núm. 51, 2021.

TOTA, A. P. Como um Rockefeller sonhou em modernizar o Brasil. **Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC**, Niterói. Rio de Janeiro, 2014.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Tese de doutorado (Doutorado em Engenharia de produção) – Curso de Pós-graduação em engenharia da produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 235p. 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Bookman. Porto Alegre. Ed 2 2001.

ZYLBERSZTAJN, D.; Neves, M. F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. Pioneira, São Paulo: 428p. 2000.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MARIA MEZADRI

Graduada no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza. Camponesa e militante do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). E-mail: adri.mezadri@gmail.com.

CHEILA FÁTIMA LORENZON

Administradora de empresas com habilitação em Comércio Exterior, pós-graduada em Logística e mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (PPGCTA/UFFS). Atua no Sebrae/Erechim-RS. E-mail: cheilalz@yahoo.com.br.

CRISTINA BREMM

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: bremmcristina@gmail.com.

DENILSON DA SILVA

Licenciado em Física, mestre e doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, atua como docente em Ensino de Física e em Estágio Supervisionado, e ocupou a coordenação do Curso Interdisciplinar de Educação do Campo: Ciências da Natureza (Licenciatura) entre 2017-2019. Foi bolsista Capes do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, em 2005, quando atuou na Formação Docente na Universidade Nacional Timor Lorosae e na reformulação curricular de cursos de graduação junto ao Ministério

da Educação e Cultura do Timor Leste. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Ensino Médio e Juventudes Contemporâneas (GEPCEM) junto ao PPGEduc/Unisinos; do Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Pedagógicas na Educação do Campo (GEPPEC) junto ao Ceunes/UFES; e do Grupo Educação e Desenvolvimento Social do Campo junto ao campus Erechim/UFFS. E-mail: denilson.silva@uffs.edu.br.

EDSON CORDEIRO DOS SANTOS JÚNIOR

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, e possui interesse nas áreas de Bioarquitetura, Permacultura e Tecnologias Sociais. É bolsista de iniciação científica do professor Émerson Neves da Silva pelo edital n. 270/GR/UFFS/2020 UFFS. Também atua no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS). E-mail: cordeiro.edson6@gmail.com.

ÊMERSON NEVES DA SILVA

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), é professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trabalha com História Social do Campo na América Latina, em especial movimentos sociais e ações coletivos rurais; bem como investiga conflitos agrários constituídos a partir de processos da modernização capitalista da agricultura. É coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS). Atuou como Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFFS, no período de 08/2015 a 08/2019. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFFS) e colaborador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE/UFFS). E-mail: emerson.silva@uffs.edu.br.

EVERTON PICOLOTTO

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM. Bacharel em Ciências Sociais e mestre em Extensão Rural pela UFSM; doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: everton.picolotto@ufsm.br.

FÁBIO ARAÚJO

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó, atuando principalmente nos seguintes temas: história econômica regional, história indígena. E-mail: fabio.ecohi@gmail.com.

JULIE ROSSATO FAGUNDES

Doutoranda em Administração. Mestre em Administração e MBA em Comunicação Estratégica e Branding. Graduada em Administração e Marketing. Graduanda em Nutrição. Técnica Administrativa em Educação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES MOURAD

Graduada em Direito e História (Unisinos), Ciências Sociais, Geografia e Serviço Social (Ulbra) e Agricultura Familiar e Sustentabilidade e Licenciatura em Educação do Campo (UFSM),

Letras, Pedagogia, Filosofia (UNINTER). Mestra em Geografia (UFSM), História da América Latina (Unisinos) e Políticas Públicas (UFSM). Doutora em História da América Latina (Unisinos) e Geografia (UFSM). Atua como docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: profleomourad@gmail.com.

LUCAS FELIPE BERTONI

Bacharel em Agronomia (URI), e estudante do curso de licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza (UFFS). Agricultor certificado pela REDE ECOVIDA, compõe o grupo Girassol Agroecologia e Sociobiodiversidade, que é o elo da Teia dos Povos.

NAIRA ESTELA ROESLER MOHR

Graduada em Licenciatura em Educação Física (1988), mestre em Educação (2008) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura em Pedagogia. E-mail: nairamohr@uffs.edu.br.

SOLANGE TODERO VON ONÇAY

É professora do Ensino Superior da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim. Graduada em Pedagogia (1990) e mestre em Educação (2003) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É doutora em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones - Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales Programa de Postgrado en Antropología Social (PPAS) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem pesquisas na área de Educação e An-

tropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, políticas públicas e educação popular. E-mail: solange.onçay@uffs.edu.br.

TATIANE DOS SANTOS

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (Unioeste), mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental (UFFS), bióloga (URI-FW), pós-graduada em Conservação da Biodiversidade (URI-FW) e Educação Ambiental (UFSM). E-mail: tatianeds2@hotmail.com.

ULISSES PEREIRA DE MELLO

É professor adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem trabalhado nas áreas de reforma agrária, extensão rural e sistemas agroflorestais, com ênfase em Agroecologia. E-mail: ulisses.mello@uffs.edu.br.

VALDECIR JOSÉ ZONIN

Doutor em Agronegócios (UFRGS), é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Erechim, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Marechal Cândido Rondon. E-mail: valdecir.zonin@uffs.edu.br.

ZENICLÉIA ANGELITA DEGGERONE

Graduada em Administração (UERGS) e acadêmica do Curso de Ciências Econômicas (UniRitter). Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (Univates) e doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), unidade em Erechim. E-mail: zenicleia-deggerone@gmail.com.



A presente produção é composta pela síntese de um processo formativo vivenciado pelo conjunto de atores políticos (movimentos sociais, sindicais, organizações e instituições de ensino superior) do Alto Uruguai Gaúcho e por artigos que dialogam com a perspectiva formativa do curso de extensão “Desenvolvimento, Organização Social, Agroecologia e Sustentabilidade no Campo: desafios e limites”. O curso foi organizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e elaborado por autores que, em uma ou outra medida, tiveram participação neste processo.